



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
SCS, Quadra 09, Lote C 9º andar Torre B - Edifício Parque Cidade Corporate
CEP: 70.308-200 Brasília – DF/ Tel: (61) 2024-2778/2945/2936/2780
Email: gabinete.scdc@cultura.gov.br

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BRASÍLIA MARÇO/2014.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013
SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria – TCU nº 175/2013, de 09/07/2013 e das orientações do órgão de controle interno contidas no Memorando – Circular nº 001/2014-AECI/GM/MinC, de 23 de janeiro de 2014.

BRASÍLIA MARÇO/2014.

SUMÁRIO

1	Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	6
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	6
1.1.1	Relatório de Gestão Individual	6
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	15
1.3	Organograma Funcional.....	16
1.4	Macroprocessos finalístico	17
1.5	Macroprocessos de Apoio	20
1.6	Principais Parceiros.....	21
	introdução.....	26
2	Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013	29
2.1	Planejamento da unidade.....	29
2.1.1	Plano Estratégico / Plano Nacional de Cultura – PNC	29
2.1.2	Plano Tático (ANEXO III – PLANEJAMENTO TÁTICO – ACORDO DE DESEMPENHO E MAPAS ESTRATÉGICOS MINC E SCDC)	30
2.1.3	Plano Operacional (ANEXO III – PLANEJAMENTO OPERACIONAL: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL, PLANO INSTITUCIONAL E DOCUMENTO BASE DO PCV).....	34
2.2	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	36
2.2.1	Programa Temático.....	36
2.2.3	Ações	38
2.2.3.2	Ações/Subtítulos - OFSS.....	38
2.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	41
2.2.3.5	Análise Situacional.....	57
2.3	Informações sobre outros resultados da gestão	61
3	Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	75
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	75
4	Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	78
4.1	Execução das despesas.....	78
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	78
4.1.3	Realização da Despesa.....	80
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	80
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	82
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	84
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	88
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	91
4.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	92
4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	93
4.3.1	Análise Crítica	93
4.4	Transferências de Recursos	95
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	95
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	96
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	97
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	100
4.4.5	Análise Crítica	103
5	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	110
5.1	Estrutura de pessoal da unidade	110
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	110
5.1.1.1	Lotação	110
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	111
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	112

5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	112
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	113
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	114
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	115
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	116
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	116
9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	116
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	117
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	119
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	119
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	119
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	121
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	122
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	122
11.2.1	Declaração Plena	122
Este capítulo apresenta as competências e a Estrutura Organizacional adotadas pela SCDC, conforme expressas em seu Regimento Interno, elaboradas com a ampla participação das coordenações.		
3.2.1.2	AÇÕES CONCLUSIVAS.....	159
3.2.1.3	- AÇÕES PREVENTIVAS	160
3.2.1.4	- AÇÕES PROPOSITIVAS	160

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS	38
Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	41
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	75
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	78
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas	78
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa	79
Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	80
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	82
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	84
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	88
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	91
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	93
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	96
Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	97
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	100
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	110
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	111
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	112
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	113
Situação apurada em 31/12.....	113
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12.....	114
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	115
Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	117
Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	119

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Macroprocessos – 17
Tabela 1 – Responsabilidades das Coordenações-Gerais – 18
Tabela 2 – Ações de pactuação da SCDC para o fortalecimento e a expansão do PCV no Sistema MinC - 21
Tabela 3 – Pactuações SNC – 22
Tabela 4 – Pactuações sociedade civil – 23
Tabela 5 – Pactuações Rede de Parceiros – 24
Tabela 6 – Classificação das Metas PNC segundo a participação do PCV – 29
Tabela 7 – Vinculação das prioridades do PCV às prioridades do MinC e ao PNC – 31
Tabela 8 – Vinculação das prioridades do PCV ao PPA – 32
Tabela 9 – Síntese do Plano Institucional (Macroações) - 34
Tabela 10 – Programa Temático MinC - 36
Tabela 11 – Programação orçamentária e financeira – 37
Tabela 12 – Estratégia de implantação do PCV - linha do tempo – 61
Gráfico 1 – Evolução de Pontos de Cultura por ano – 63
Tabela 13 – Indicadores de gestão – resultados estratégicos do PCV – 64
Gráfico 2 – Evolução da Execução Orçamentária LOA – 65
Gráfico 3 – Evolução da Execução de RP – 66
Tabela 14 – Demonstrativo de retorno de questionários enviados – 68
Tabela 15 – Indicadores de gestão – Desempenho Operacional– 68
Tabela 16 – Quantidade de ações de fiscalização realizadas por amostragem nas UF em 2013 – 104
Gráfico 4 – Quantidade de ações de fiscalização realizadas por amostragem nas UF em 2013 – 104
Gráfico 5 – Quantidade de pontos de cultura em implantação nas UF, nos convênios fiscalizados em 2013 – 105
Gráfico 6 – montante de recursos financeiros fiscalizados por UF em 2013 - 105

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
CNIC – Comissão Nacional de Incentivo  Cultura
CNPQ – Conselho Nacional de Políticas Culturais
DGE/SE – Diretoria de Gestão Estratégica
DGI/SE – Diretoria de Gestão Interna
DN – Decisão Normativa
FNC – Fundo Nacional de Cultura
FUNAI – Fundao Nacional do Índio
GT – Grupo de Trabalho
IN – Instruo Normativa
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MinC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ND – Natureza de Despesa
NE – Nota de Empenho
OB – Ordem Bancária
OCI – rgo de Controle Interno
PCI – Ponto de Cultura Indígena
PCV – Programa Cultura Viva
Port. – Portaria
PRONAC – Programa Nacional de Apoio  Cultura
RAP – Restos a Pagar
RG – Relatório de Gestão
SALIC – Sistema de Apoio s Leis de Incentivo  Cultura
SAV – Secretaria do Audiovisual
SCC – Secretaria de Cidadania Cultural
SCDC – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SE – Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
SFC – Sistema Federal de Cultura
SIAFI– Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SID – Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
SNIIC – Sistema Nacional de Informaes e Indicadores Culturais
SPC – Secretaria de Políticas Culturais
SPOA/SE – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administrao do Ministério da Cultura
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informao
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura		Órgão de Vinculação: Ministério da Cultura	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural			
Denominação abreviada: SCDC			
Código SIORG: 102521	Código SIORG: 102521	Código SIORG: 102521	
Situação: Ativa		Situação: Ativa	
Natureza Jurídica: Órgão Público		Natureza Jurídica: Órgão Público	
Principal Atividade: Desenvolvimento de Programa de Fomento à Cultura; Administração Federal, Estadual, Municipal.	Principal Atividade: Desenvolvimento de Programa de Fomento à Cultura; Administração Federal, Estadual, Municipal.	Principal Atividade: Desenvolvimento de Programa de Fomento à Cultura; Administração Federal, Estadual, Municipal.	Principal Atividade: Desenvolvimento de Programa de Fomento à Cultura; Administração Federal, Estadual, Municipal.
Telefones/Fax de contato:			
Endereço eletrônico: gabinete.scdc@cultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.cultura.gov.br/culturaviva/			
Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B" - 9º andar - - Brasília – DF - CEP: 70.308-200			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pelo Dec. Nº 7.743, de 31/05/2012;			
Regimento interno publicado no DOU em 06/05/2013, por meio da Portaria nº 40.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
NORMAS INFRALEGAIS INTERMINISTERIAIS E DE OUTROS ÓRGÃOS			
<input type="checkbox"/> Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977 – Aprova o texto da Convenção à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977 – Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972;			
<input type="checkbox"/> Instrução Normativa STN Nº 1, de 15 de janeiro de 1997 - Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 - Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Portaria MPOG Nº 98, de 16 de julho de 2003 - Dispõe sobre viagens a serviço, concessão de diárias e emissão de bilhetes de passagens aéreas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 3.548, de 21 de julho de 2000, que promulga o Acordo de Integração Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, celebrado em Brasília, em 10 de novembro de 1997;			
<input type="checkbox"/> Portaria Interministerial nº 268, de 9 de setembro de 2004 - Constitui um Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério da Cultura e Ministério da Educação, para os fins que especifica;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 – Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 – Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada na UNESCO em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006 – Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações - Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;			
<input type="checkbox"/> Portaria Interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006 - Dispõe sobre limites, prazos e condições para a execução do Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005;			

- Portaria Interministerial nº 1.536, de 31 de agosto de 2006 - Institui a Câmara Interministerial de Educação e Cultura e dá outras Providências;
- Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais;
- Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 – Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada na UNESCO, em Paris, em 20 de outubro de 2005;
- Portaria Interministerial nº 1, de 4 de outubro de 2007 - Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, com o objetivo de definir critérios visando à integração e a implementação de ações comuns e a consolidação de uma agenda bilateral no âmbito do Programa Mais Cultura da Agenda Social;
- Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007 - Institui o Programa Mais Cultura;
- Portaria Normativa Interministerial nº 2, de 4 de outubro de 2007 - Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Cultura - MinC e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, para o estabelecimento de ações conjuntas que contribuam para a inserção da cultura nos processos de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, promovendo a afirmação e o reconhecimento das identidades culturais dos territórios e o seu potencial criativo e produtivo, no âmbito do Programa Mais Cultura;
- Portaria Interministerial nº 130, de 23 de dezembro de 2010 - Institui o Comitê Gestor e o Grupo Executivo com o objetivo de viabilizar a realização das atividades de implementação e manutenção das Contas de Cultura no Brasil;
- Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010 - Aprova, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, Norma de Execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal, sobre o acompanhamento do Plano de Providências Permanente, a elaboração do Relatório de Gestão, os procedimentos da auditoria anual de contas realizada pelo órgão de controle interno e a organização e formalização das peças que constituirão os processos de contas da administração pública federal a serem apresentadas ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 ou norma que a substitua;
- Portaria Interministerial nº 74, de 5 de agosto de 2011 - Institui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, em caráter temporário, com a finalidade de promover debates, estudos e sugerir critérios com vistas à regulamentação da participação de animais em espetáculos, eventos e apresentações em circos e outras atividades afins;
- Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011 e alterações - Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, o Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e dá outras providências;
- Decreto nº 7.592, de 28 de outubro de 2011 - Determina a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos até a publicação do Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, e dá outras providências;
- Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011 - Regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.
- Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012- Aprova a estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Cultura;
- Emenda Constitucional nº 71, de 30 de novembro de 2012 – Acrescenta o art.216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura;
- Instrução Normativa TCU Nº 71, de 28 de novembro de 2012 – Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de Tomada de Contas Especial;
- DECRETO Nº 5.504, DE 5 DE AGOSTO DE 2005 - Estabelece a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos da União, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos
- DECRETO Nº 1.819, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1996 - Disciplina as transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais e dá outras providências.
- Portaria Interministerial nº 40, de 06 de fevereiro de 2014; Disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV para a celebração de convênios e contratos de repasse objetivando a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais de que trata o art. 52 da Lei nº 12.919, de 2013.
- [Portaria Conjunta nº 8, de 7 de novembro de 2012](#) - Aprova a minuta-padrão de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito.

PORTARIAS MINC

- Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004 – Criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de Novos valores de cooperação e solidariedade;
- Portaria nº 62, de 18 de abril 2005 - Institui Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, com a finalidade de indicar políticas públicas para a cultura indígena, em parceria com os povos indígenas, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com as representações

índigenas;

- Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005 – Altera a Port. nº 156, de 06 de julho de 2004;
- Portaria nº 215, de 25 de novembro de 2005 - Dispõe sobre a criação do Prêmio Cultura Viva dá outras providências;
- Portaria nº 2, de 17 de janeiro 2006 - Institui Grupo de Trabalho, com o objetivo de indicar políticas públicas para a cultura cigana, em parceria com os povos ciganos, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com as representações ciganas;
- Portaria nº 31, de 18 de abril de 2006 – institui o Prêmio Culturas Indígena;
- Portaria nº 48, de 02 de outubro de 2007 – Cria o Programa de Promoção das Culturas Populares, que tem como objetivo o fortalecimento, proteção e difusão da diversidade cultural nas culturas populares do Brasil;
- Portaria nº 52, de 08 de outubro de 2007– Institui o Programa de Fomento e Valorização das Expressões Culturais e de Identidade dos Povos Indígenas;
- Portaria nº 10, de 19 de março de 2008 – Dispõe sobre a estrutura e funcionamento das Comissões de Seleção dos Concursos Públicos no âmbito da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural;
- Portaria nº 11, de 19 de março de 2008 - Cria o Grupo de Trabalho Permanente sobre Diversidade Cultural com a finalidade de elaborar posicionamentos e encaminhamentos do Ministério da Cultura a respeito da Convenção Internacional sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais;
- Portaria nº 29, de 21 de maio de 2009 - Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais;
- Portaria nº 98, de 05 de novembro de 2009 - Constitui o Observatório dos Editais e o Grupo de Trabalho Permanente do Observatório dos Editais no âmbito do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas;
- Portaria nº 1.191, de 09 de novembro de 2009 - Disciplina os procedimentos para Concessão de Diárias e emissão de passagens no âmbito do MinC;
- Portaria nº 107, de 17 de novembro de 2009 - Estabelece a unidade de ouvidoria no âmbito do Ministério da Cultura, as atribuições de seus servidores e dá outras providências;
- Portaria nº 1.226, de 29 de dezembro de 2009 - Estabelece Procedimentos de Implantação de Descentralização de Despesas no âmbito do MinC;
- Portaria nº 9, de 12 de fevereiro de 2010 - Institui o Sistema Integrado de Monitoramento de Ações da Cultura - SIMC como o sistema computacional de informações para registro de iniciativas de projetos e atividades artísticas e culturais no Plano Interno - PI do Ministério da Cultura e órgãos vinculados e dá outras providências;
- Portaria nº 12, de 25 de fevereiro de 2010 - Constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos do Ministério da Cultura (CPADS/MinC) e dá outras providências;
- Portaria nº 32, de 31 de março de 2010 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e realizar estudos sobre as ocupações profissionais no segmento cultural;
- Portaria nº 40, de 30 de abril de 2013 - Aprova o Regimento Interno do Ministério da Cultura.
- [Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2013](#) – Define as Unidades de Avaliação – UA – e fixa as metas institucionais para o exercício de 2013. *(anexo alterado pela Portaria nº 115/2013/MinC)*
- [Portaria nº 38, de 30 de abril de 2013](#) - Institui o Sistema de Informações do Ministério da Cultura - SIMINC - para dar suporte à gestão, registro e acompanhamento das atividades administrativas e de iniciativas de projetos e atividades artísticas e culturais no âmbito do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas e dá outras providências.
- [Portaria nº 373, de 9 de maio de 2013](#) - Estabelece normas de segurança para a utilização das redes computacionais de internet e intranet e do serviço de correio eletrônico do Ministério da Cultura.
- [Portaria nº 372, de 9 de maio de 2013](#) - Estabelece Norma de Segurança para acesso aos sistemas de informação do Ministério da Cultura.
- [Portaria nº 71, de 5 de agosto de 2013](#) - Estabelece os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE.

- Portaria nº 58, de 14 de junho de 2010 - Homologa o Regimento Interno da Comissão Nacional do Fundo Nacional da Cultura – FNC, dispõe sobre as programações específicas do FNC e dá outras providências;
- Portaria nº 64, de 23 de junho de 2010 - Institui o Programa Cultural para o Alto e Médio Rio Negro, no âmbito do Ministério da Cultura;
- [Portaria nº 667, de 19 de agosto de 2013](#) - Estabelece, no âmbito do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para contratação de bens e serviços e para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2013. *(alterada pela Portaria nº 1.026/2013/SE/MinC)*
- [Portaria nº 665, de 19 de agosto de 2013](#) - Estabelece procedimentos para a solicitação de recursos financeiros, no âmbito das unidades orçamentárias do Ministério da Cultura
- [Portaria nº 808, de 9 de outubro de 2013](#) - Institui o [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#)
- [Portaria Nº 87, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013](#) - Estabelece normas sobre acesso e classificação de documentos no âmbito do Ministério da Cultura, constitui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos, e dá outras providências.
- [Portaria nº 939, de 26 de novembro de 2013](#) - Estabelece normas e procedimentos a serem observados para o

encerramento do exercício financeiro de 2013, no âmbito do Ministério da Cultura.

- [Portaria nº 118, de 30 de dezembro de 2013](#) - Reformula o Programa Nacional de Cultura Educação e Cidadania - Cultura Viva.
- Portaria nº 70, de 30 de junho de 2010 - Cria o Programa Cultura e Universidade, com o objetivo de fomentar ações e consolidar políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras;
- Portaria nº 89, de 30 de julho de 2010 – Institui o Código de Ética dos servidores do Ministério da Cultura;
- Portaria nº 96, de 31 de agosto de 2010 - Dispõe sobre a instituição de Comissão destinada a atuar no desenvolvimento e consolidação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC;
- Portaria nº 98, de 31 de agosto de 2010 - Cria o Fórum Permanente de Gestão do Ministério da Cultura e entidades vinculadas e dá outras providências;

- Portaria nº 99, de 6 de setembro de 2010 – Constitui grupo de trabalho – GT com objetivo de reunir, consolidar, validar e disponibilizar, no âmbito do Ministério da Cultura, as informações necessárias a elaboração dos relatórios de transição e de balanço de governo;
- Portaria nº 180, de 9 de novembro de 2010 - Dispõe sobre as normas e procedimentos a serem adotados para o ressarcimento de despesas, referentes ao fornecimento de cópias reprográficas, no âmbito do Ministério da Cultura;
- Portaria nº 116, de 1º de dezembro de 2010 - Estabelece as diretrizes e normas para o funcionamento de Observatórios de Políticas Culturais no âmbito do MinC e dá outras providências;
- Portaria Normativa nº 001, de 30 de dezembro de 2010 - Disciplina os procedimentos operacionais para a utilização dos serviços de telefonia móvel celular e de dados Modem 3G no âmbito do MinC;
- Portaria nº 34, de 26 de abril de 2011 - Aprova o Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura, a ser observado na elaboração do Plano Básico de Divulgação de propostas culturais apresentadas ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, e dá outras providências;
- Portaria nº 39, de 4 de maio de 2011 - Dispõe sobre a transferência provisória da execução do Programa Brasil Plural, vinculado à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, para a Secretaria de Cidadania Cultural e dá outras providências;
- Portaria nº 41, de 4 de maio de 2011 – Estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho institucional do MinC;
- Portaria nº 55, de 16 de junho de 2011 - Constitui Grupo de Trabalho para formular propostas do MinC para a Copa do Mundo FIFA 2014;
- Portaria nº 56, de 17 de junho de 2011 - Dispõe sobre a gestão do Plano Plurianual 2008-2011 no âmbito do MinC e de suas Entidades Vinculadas;
- Portaria nº 60, de 13 de julho de 2011 - Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Ministério da Cultura - MinC, cria a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SubSIGA/MinC e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/ MinC;
- Portaria nº 548, de agosto de 2011 - Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver políticas transversais para a Cultura e Educação, promovendo a integração entre o Plano Nacional de Cultura – PNC;
- Portaria nº 80, de 18 de agosto de 2011 - Dispõe sobre a transferência provisória, para a Secretaria de Cidadania Cultural, da execução dos projetos que tiveram como Unidade Gestora a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural até 31 de dezembro de 2010 e dá outras providências;
- Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011 - Define as regras de classificação e distribuição de projetos ou produtos culturais entre peritos, bem como procedimentos e competências relativas à implementação do Sistema de Credenciamento, no âmbito do Sistema MinC, e dá outras providências;
- Portaria nº 97, de 4 de novembro de 2009 – cria categorias no Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, com a finalidade de ampliar abrangência da concessão de apoio para intercâmbio cultural entre artistas, técnicos, grupos culturais, estudiosos e de personalidades (honoris causa);
- Portaria nº 98, de 18 de outubro de 2011 - Altera dispositivos da Port. nº 65, de 29 de junho de 2010, do MinC;
- Portaria nº 102, de 31 de outubro de - Cria o programa "Usinas Culturais".
- Portaria nº 103, de 4 de novembro de 2011 - Institui Grupo de Trabalho para avaliar a regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados no âmbito do Ministério da Cultura até o dia 19 de setembro de 2011, incluindo os encerrados, desde que a prestação de contas ainda não tenha sido aprovada;
- Portaria nº 106, de 17 de novembro de 2011 – Institui comissão de seleção para avaliar os projetos inscritos no processo seletivo do programas “usinas culturais”;
- Portaria nº 107, de 17 de novembro de 2011 – Altera os critérios de pontuação final dos fatores de avaliação individual para o pagamento da GDAC, da Port. nº 127, de 20 de dezembro de 2010;
- Portaria nº 109, de 18 de novembro de 2011 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Setorial de Ética do Ministério da Cultura;
- Portaria nº 110, de 21 de novembro de 2011 - Disciplina a descentralização de créditos orçamentários constantes do orçamento do MinC e do Fundo Nacional de Cultura - FNC para outros órgãos e entidades do Governo Federal, integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social da União;
- Portaria nº 799 de 28 de novembro de 2011 – Designa servidores para a prática de atos de Gestão Orçamentária e Financeira dos recursos classificados no agregado de outros custeios e capital, das Unidades Gestoras 420029 (Secretaria de

Cidadania Cultural) e 340029 (Fundo Nacional de Cultura para a SCC/MinC;

- Portaria nº 116, de 29 de novembro de 2011 - Regulamenta os segmentos culturais previstos no § 3º do art. 18 e no art. 25 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;
- Portaria nº 119, de 5 de dezembro de 2011 - Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Ministério da Cultura e o Sistema de Segurança da Informação e Comunicações e dá outras providências;
- Portaria nº 120, de 5 de dezembro de 2011 - Institui a Coordenação Executiva do Plano Nacional de Cultura - PNC e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC;
- Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 - Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura – PNC;
- Portaria nº 124, de 13 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, e dá outras providências;
- Portaria nº 127, de 13 de dezembro de 2011 - Cria o Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, no âmbito do Ministério da Cultura;
- Portaria nº 131, de 21 de dezembro de 2011 - Institui o Regimento Interno da Comissão do Fundo Nacional da Cultura - CFNC, dispõe sobre as linguagens artísticas e os segmentos culturais para a alocação de recursos do FNC e dá outras providências;
- Portaria nº 22, de 11 de janeiro de 2012 – Divulga os resultados da avaliação de desempenho institucional relativos ao segundo ciclo de avaliação;
- Portaria nº 9, de 9 de fevereiro de 2012 - Institui grupo de trabalho com o objetivo de discutir e articular a implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações de entes públicos;
- Portaria nº 10, de 9 de fevereiro de 2012 - Altera disposições da Port. nº 12, de 25/02/2010, e da Port. nº 60, de 13/07/2011, do MinC, com vistas à implementação das disposições da Lei nº 12.527, de 18/11/2011, que regula o acesso a informações de entes públicos;
- Portaria nº 101, de 24 de fevereiro de 2012 - Estabelece, para os Órgãos Específicos Singulares do MinC, o prazo de 30/04 /2012 para a liquidação de restos a pagar não processados de despesas do exercício de 2011, referentes a transferências a instituições públicas ou privadas;
- Portaria nº 17, de 2 de março de 2012 - Institui o Conselho Gestor Nacional do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Estaduais de Cultura e o Conselho Gestor Nacional do Projeto de Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Cultura, e dá outras providências;
- Portaria nº 19, de 12 de março de 2012 - Revoga o § 3º do art. 12 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, que trata de limitações ao funcionamento de comissões temáticas e grupos de trabalho no âmbito do Conselho;
- Portaria nº 23, de 16 de março de 2012 - Delega competências, às autoridades que menciona, para autorizar a celebração ou prorrogação de contratos e para autorizar concessão e despesas com diárias e passagens;
- Portaria nº 203, de março de 2012 - Delega competência, no âmbito deste Ministério, de que trata o § 1º do art. 6º do Dec. nº 7.689, de 2/03/2012, para autorizar a concessão de diárias e passagens;
- Portaria nº 25, de 20 de março de 2012 – Fixa as metas institucionais do Ministério da Cultura, por Unidade de Avaliação, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012;
- Portaria nº 221, de 5 de abril de 2012 - Subdelega competências, às autoridades que menciona, para autorizar a celebração ou prorrogação de contratos e para autorizar concessão e despesas com diárias e passagens;
- Portaria nº 37, de 12 de abril de 2012 - Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho para levantamento de informações e elaboração de relatório, a respeito da organização nacional para a proteção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e dos povos indígenas;
- Portaria nº 45, de 19 de abril de 2012 – Institui Grupo de Trabalho, denominado GT- Cultura Viva, para elaborar proposta de redesenho do Programa Cultura Viva, criado por meio da Portaria nº 156/ 2004, alterado pela Port. nº 82/2005;
- Portaria nº 267, de 27 de abril de 2012 - Prorroga até o dia 30/06/ 2012 o prazo estabelecido na Portaria nº 101, de 24/02/2012, para a liquidação de restos a pagar não processados de despesas do exercício de 2011, referentes às transferências a instituições públicas privadas;
- Portaria nº 58, de 17 de maio de 2012 - Designa os representantes do Poder Público no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC);
- Portaria nº 59, de 24 de maio de 2012 - Altera dispositivos da Port. MinC nº 51, de 2/05/ 2012;
- Portaria nº 60, de 24 de maio de 2012 - Cria a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- Portaria nº 351, de 25 de maio de 2012 - Institui, no âmbito do Ministério da Cultura e suas Entidades Vinculadas, Grupo de Trabalho intitulado GT MinC - PNC, com o objetivo de contribuir com o monitoramento do Plano Nacional de Cultura e com a elaboração e adequação dos planos setoriais;
- Portaria nº 2, de 31 de maio de 2012 - Altera na forma do anexo desta Portaria, as modalidades de aplicação, constantes da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, no âmbito do MinC;
- Portaria nº 94, de 6 de julho de 2012 - Publica a relação nominal dos ocupantes de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS, da estrutura Regimental deste Ministério;
- Portaria nº 628, de 6 de novembro de 2012 – Nomeia os seguintes membros da Comissão de Avaliação e Seleção do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural instituído pelo Edital de Intercâmbio nº 2/2012, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura;

Portaria nº 144, de 8 de novembro de 2012 – Cria Comitê Técnico da Cultura para lésbicas, gays, Bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual;

Portaria nº 148, de 20 de novembro de 2012 – Institui Grupo de trabalho para viabilizar diretrizes básicas para elaboração de projeto executivo, construção e funcionamento do Museu Nacional Afro – Brasileiro de Cultura e Memória;

Portaria nº 156, de 6 de dezembro de 2012 – Aprova o Plano de Trabalho Anual de Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para o exercício 2013;

Portaria nº 138, de 6 de dezembro de 2012 – Institui o Grupo de trabalho interministerial, para elaborar o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;

Extrato do Edital Normativo nº 1, de 7 de dezembro de 2012 – Processo Seletivo simplificado para provimento de vagas destinadas à contratação temporária;

Portaria nº 166, de 11 de dezembro de 2012 – Remanejar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 17 de fevereiro de 2012, na forma dos anexos I e II desta portaria;

Portaria nº 162, de 20 de dezembro de 2012 – Fixa por Unidade de Avaliação – UA, as metas institucionais do Ministério da Cultura para o exercício de 2012;

Portaria nº 163, de 27 de dezembro de 2012 – Institui a Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Cultura;

PORTARIAS SCDC /MINC

- Portaria nº 05, de 20 de outubro de 2005 – Aprova as seguintes alterações a formação da Comissão de Avaliação dos Projetos de Pontos de Cultura apresentados em atendimento aos Editais nºs 03 e 04, de 20 de abril de 2005;
- Portaria nº 07, de 21 de outubro de 2005 – Constitui a Comissão de Avaliação para deliberar sobre os recursos descritos no art.º da Portaria – SPPC nº 4 de 10 de outubro de 2005;
- Portaria nº 04, de 30 de outubro de 2006 – Constitui a Comissão a fim de dar continuidade às análises dos Projetos de Pontos de Cultura no âmbito do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 06, de 28 de novembro de 2006 - Constitui a Comissão de Avaliação para avaliação e seleção dos Projetos Pedagógicos encaminhados à Ação Griô do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 03, de 19 de julho de 2007 - Constitui comissão para realizar a análise de projetos habilitados para seleção e conveniamento no âmbito do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 06, de 6 de setembro de 2007 - Constitui comissão para realizar a análise de pré - projetos de Pontões de Cultura e Pontões de Cultura Digital para seleção e conveniamento no âmbito do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 07, de 20 de setembro de 2007 - Constitui a comissão nacional dos Pontos de Cultura para acompanhamento da organização da Teia 2007 e coordenação do Fórum Nacional dos pontos de cultura, a ser realizado de 07 a 11 de novembro de 2007, no âmbito do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 11, de 18 de outubro de 2007 - Constitui a Comissão de Avaliação do Prêmio Escola Viva, para avaliação das 200 iniciativas finalistas e seleção de, no mínimo, 60 iniciativas culturais e educativas desenvolvidas por Pontos de Cultura, Pontões, Redes de Pontos ou organizações vinculadas às Redes;
- Portaria nº 03, de 11 de julho de 2008 - Cria o Grupo de Trabalho da Promoção da Cidadania de LGBT com a finalidade de propor ações e estratégias de atuação para o intercâmbio, divulgação e fomento às produções artísticas e culturais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, contribuindo nas ações de combate à homofobia;
- Portaria nº 03, de 25 de setembro de 2008 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise e seleção dos Projetos pedagógicos encaminhados a Ação Griô do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 05, de 17 de outubro de 2008 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise e seleção das iniciativas encaminhadas ao Prêmio Cultura e Saúde do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 09, de 2 de dezembro de 2008 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise e seleção das iniciativas encaminhadas ao Prêmio de Ludicidade / Pontinhos de Cultura, do Programa Cultura Viva;
- Portaria nº 06, de 25 de março de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos recursos, conforme disposto no item 8.1 das iniciativas encaminhadas ao Prêmio Pontos de Mídia Livre;
- Portaria nº 13, de 28 de maio de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Prêmio de Apoio a Pequenos Eventos Culturais, do Programa Cultura Viva e Mais Cultura;
- Portaria nº 19, de 14 de agosto de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação do Prêmio Asas, para avaliação das iniciativas finalistas e seleção destas, conforme artigo 4.1;
- Portaria nº 42, de 19 de novembro de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação e Seleção para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmios Pontos de Valor, conforme disposto no item 7.1 do Edital de Divulgação nº 07, de 15 de setembro de 2009;
- Portaria nº 44, de 19 de novembro de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, conforme disposto no item 9.1 do Edital de Divulgação nº 6 de 11 de setembro de 2009;
- Edital nº 4, de 29 de Novembro de 2012 – Chamada pública para participação no comitê técnico de cultura para lésbicas, gays, Bissexuais, travestis e transexuais (LGBT);
- Portaria nº 48, de 30 de novembro de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos

encaminhados ao Edital Prêmio Tuxaua Cultura Viva 2009;

- Portaria nº 50, de 4 de dezembro de 2009 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Bolsa Agente Cultura Viva, conforme disposto no item 8.1 do Edital de Divulgação nº 08 de 15 de setembro de 2009;

- Portaria nº 15, de 27 de abril de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação para Análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede, conforme disposto no item 9.1 do Edital de Divulgação nº 06 de 09 de março de 2010;

- Portaria nº 16, de 27 de abril de 2010 - Constitui a Comissão Técnica para exame dos documentos da etapa de habilitação da Segunda Edição do Prêmio Asas - Cultura Viva 2010;

- Portaria nº 17, de 12 de maio de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Tuxáua Cultura Viva 2010, conforme disposto no item 9.1 do Edital de Divulgação nº 7 de 9 de março de 2010;

- Portaria nº 18, de 17 de maio de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Ponto de Mídia Livre 2010;

- Portaria nº 34, de 1º de julho de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Cultura e Saúde 2010, conforme disposto no item 6.1 do Edital de Divulgação nº 02 de 08 de março de 2010;

- Portaria nº 35, de 1º de julho de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Economia Viva 2010;

- Portaria nº 40, de 13 de agosto de 2010 - Constitui a Comissão de Avaliação do 2º Prêmio Asas, para avaliação das iniciativas finalistas e seleção destas, conforme art. 2.1;

- Portaria nº 45, de 15 de outubro de 2010 - Constitui a Comissão de Técnica para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Cultura e Saúde 2010, conforme disposto no item 5 do Edital de Divulgação nº 02 de 08 de março de 2010 - DOU 09/03/2010;

- Portaria nº 46, de 15 de outubro de 2010 - Constitui a Comissão de Técnica para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Cultura Digital 2010, conforme disposto no item 9.6 do Edital de Divulgação nº 04 de 9 de março de 2010 - DOU, sessão 3, de 10/03/2010;

- Portaria nº 47, de 14 de outubro de 2010 - Constitui a Comissão de Técnica para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Economia Viva 2010, conforme disposto no item 8 do Edital de Divulgação nº 08 de 09 de março de 2010 - DOU, de 11/03/2010;

- Portaria nº 50, de 3 de novembro de 2010 - Constitui a comissão de Avaliação e Seleção para análise dos projetos encaminhados ao Edital Prêmio Pontinhos de Cultura 2010;

- Portaria nº 10, de 15 de fevereiro de 2011 - Constitui comissão técnica para análise documental das iniciativas inscritas no Edital de Seleção Pública nº 11 de 14 de dezembro de 2011 - Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais;

- Portaria nº 07, de 1º de março de 2011 - Torna pública a Comissão de Avaliação das iniciativas encaminhadas - Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede;

□ Portaria nº 28, de 12 de agosto de 2011 - Cria a Comissão de Organização da Oficina de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiros;

- Portaria nº 35, de 9 de setembro de 2011 - Constitui a Comissão de Avaliação para análise dos projetos de reconsideração encaminhados ao Edital Prêmio Areté - Apoio a Eventos Culturais em Rede;

□ Portaria nº 51, de 11 de novembro de 2011 - Altera os itens 1 e 22 do art. 3º da Port. MinC nº 28, de 12 de agosto de 2011, que cria a Comissão de Organização da Oficina de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiros;

Portaria nº 19, de 16 de maio de 2012 - Cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Publicações impressas:

Livros de referência resultantes de Encontros, Seminários e Oficinas:

- Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro – Relatório Final, 2012.

Catálogos de Iniciativas dos Editais:

- Prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura – 2008/2009/2010 – Funarte e SCDC, 2013.
Manuais de Orientação para candidatos dos Editais da SCDC:

- Manual de Orientações do Edital Prêmio Culturas Populares 2012 - Edição 100 Anos de Mazzaropi - A Cultura Popular no Cinema, Ministério da Cultura, 2013.

Material Institucional Informativo:

- Plano Setorial para as Culturas Indígenas, Ministério da Cultura, Brasília/DF, 2012;

- Plano Setorial para as Culturas Populares, Ministério da Cultura, Brasília/DF, 2012;

- Cartilha de Orientações Básicas do Programa Cultura Viva, Brasília, Ministério da Cultura, 2013;

- Implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das expressões Culturais, Ministério da

Cultura, Brasília, 2013;

- Material de divulgação do Edital Prêmio Culturas Populares 2012 - Edição 100 Anos de Mazzaropi A Cultura Popular no Cinema – Folder e cartaz – Ministério da Cultura, 2013;
- Boletim Informativo Especial - Programa Cultura Viva - III CNC, 2013;
- Banners de divulgação internacional do Programa Cultura Viva – 1º Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária, 2013;
- Banners de divulgação nacional do Programa Cultura Viva – TEIA e demais eventos afins, 2013
- Cartazes da campanha “Em um Mundo de Diferenças, Enxergue a Igualdade” - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra: parceria UNICEF, Fundação Cultural Palmares e SCDC/MinC

Parceria ou apoio em eventos 2013

- Seminário Cultura & Desenvolvimento Sustentável – parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e a União Europeia – material de divulgação
- Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais
 - 4ª Edição do Prêmio Culturas Indígenas - banner alusivo à solenidade de encerramento;
 - Fórum Nacional Setorial para as Culturas dos Povos Indígenas, Luziânia/GO - blocos de anotações para uso dos participantes
- Brasil Cigano – 1ª Semana Nacional dos Povos Ciganos – folderes, cartazes e banners de sinalização; banners para exposição fotográfica.
- Conviver em Paz nas Cidades - Encontro Nacional de Cultura de Paz, Políticas Públicas e Direito à Cidade - banners; cartazes; blocos de notas e certificados.
- XII Jogos dos Povos Indígenas - cartazes, blocos de notas e certificados.

Revistas/jornais com entrevistas ou artigos sobre as Políticas da SCDC:

- Revista Espaço Aberto, Tema: benefício da meia-entrada e o Estatuto da Juventude, setembro, 2013
- Anuário de Inclusão Digital - Revista ARede, Tema: Programa Cultura Viva, agosto, 2013.
- Revista do Brasil, Tema: 1º Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária e seus desdobramentos, julho, 2013.
- Jornal O Povo (Fortaleza/CE), Tema: Programa Cultura Viva e em especial, o projeto dos Pontos de Cultura, maio de 2013;

Livros apoiados:

Não houve apoio para publicação de livros.

Mídia eletrônica:

- - Site do Programa Cultura Viva
www.cultura.gov.br/culturaviva;
- Página da SCDC no portal do MinC
www.cultura.gov.br/cidadania_e_diversidade
- Página da SCDC no Facebook: facebook/cidadaniaediversidade
- Pagina da TEIA Nacional no Facebook: facebook/TeiaNacional
- Perfil da SCDC no Twitter: @DiversidadeMinC
- Site do Seminário Cultura & Desenvolvimento, 2013 <http://www.cultura.gov.br/desenvolvimentosustentavel>
- Cartilha de Orientações Básicas do Programa Cultura Viva, Brasília, Ministério da Cultura, 2013
<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/815081/Cartilha+do+Programa+Cultura+Viva/d55ac2ba-6a58-463c-a567-03f9e97eebdd>
- Manual de Orientações do Edital Prêmio Culturas Populares 2012 - Edição 100 Anos de Mazzaropi - A Cultura Popular no Cinema, Ministério da Cultura, 2013
http://www.cultura.gov.br/documents/10901/681579/3_4+MIOLO+CARTILHA+PREMIO+CULTURA+POPULARES.pdf/60647bf-c32a-4381-9a02-070587398fb8
- Documento Base do Programa Cultura Viva:
<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/0/Documento+Base+-+Programa+Cultura+Viva/385d23eb-dd67-4f3c-acb6-b32c175dfd1b?version=1.2>
- Boletim Informativo Especial - Programa Cultura Viva - III CNC, 2013
<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/0/Arquivo+Final-SCDC-3CNC.pdf/a67b5efd-4971-4ffb-a4f6-6946c36c2cec>
- Box de DVD – Série Lab Cultura Viva – Parceria UFRJ e SCDC, 2013
- Relatório Executivo Brasil Cigano - I SEMANA NACIONAL DOS POVOS CIGANOS – outubro/2013
<http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/relatorio-executivo-brasil-cigano-1>
- (- - Plano Setorial para as Culturas Indígenas:
http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1111811/plano_setorial_culturas_indigenas.pdf/63354803-eeb8-44f6-8b3e-25fc4a6f9b13
- - Plano Setorial para as Culturas Populares:
http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1111811/plano_setorial_culturas_populares.zip/410774f4-3abb-405b-852c-

[8b287b7272b4](#)

- Implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das expressões Culturais, Ministério da Cultura, Brasília, 2013.

<http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1111811/RELATORIO+UNESCO.pdf/0fe758ad-4acd-427a-8505-c6b0557cd005>

- Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para os Povos Tradicionais de Terreiro – Relatório Final , 2012.

http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1111811/RELATORIO+POVOS+TRADICIONAIS+E+DE+TERREIRO_MIOLO.pdf/a5d7067d-697b-4f9c-9cd3-0cd01d840d89

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Código SIAFI	Código SIAFI
420029	
340029	340029
420001	420001
340001	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Código SIAFI	Código SIAFI

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

Instituída pelo Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, que aprova a estrutura Regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Cultura, cabe à SCDC:

Art. 13. À Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira;

II - promover e fomentar programas, projetos e ações que ampliem a capacidade de reconhecimento, proteção, valorização e difusão do patrimônio, da memória, das identidades, e das expressões, práticas e manifestações artísticas e culturais;

III - reconhecer e valorizar a diversidade das expressões culturais e a criação artística, individual ou coletiva, de grupos étnicos e suas derivações sociais;

IV - promover e fomentar o acesso aos meios de produção, formação, fruição e difusão cultural, e o reconhecimento dos direitos culturais;

V - promover ações que estimulam a convivência e o diálogo entre diferentes, a prática da interculturalidade, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade simbólica e étnica;

VI - fortalecer a integração e a complementaridade de ações no Ministério e suas entidades vinculadas para fomento, articulação e pactuações em prol da cidadania e da diversidade cultural;

VII - cooperar com órgãos e entidades públicas e privadas na efetivação de políticas, programas e ações em prol dos direitos humanos, da ética, da cidadania, da diversidade cultural, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável;

VIII - disponibilizar informações sobre os programas, projetos e ações, e fomentar o registro, o intercâmbio e o acesso ao conhecimento sobre expressões culturais, cidadania e diversidade cultural;

IX - instituir programas de fomento às atividades de incentivo à diversidade e ao intercâmbio cultural como meios de promoção da cidadania;

X - fomentar o intercâmbio, a participação e o controle social, e a gestão participativa de programas, projetos e ações;

XI - valorizar a diversidade e promover o exercício da cidadania cultural no fortalecimento das relações federativas e na implementação da Política e do Plano Nacional de Cultura;

XII - zelar pela consecução das convenções, acordos e ações de cooperação nacional e internacional, com destaque para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em conjunto com a Diretoria de Relações Internacionais e com o Sistema Federal de Cultura;

XIII - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a implementação dos instrumentos necessários à execução dos programas, projetos e ações da Secretaria;

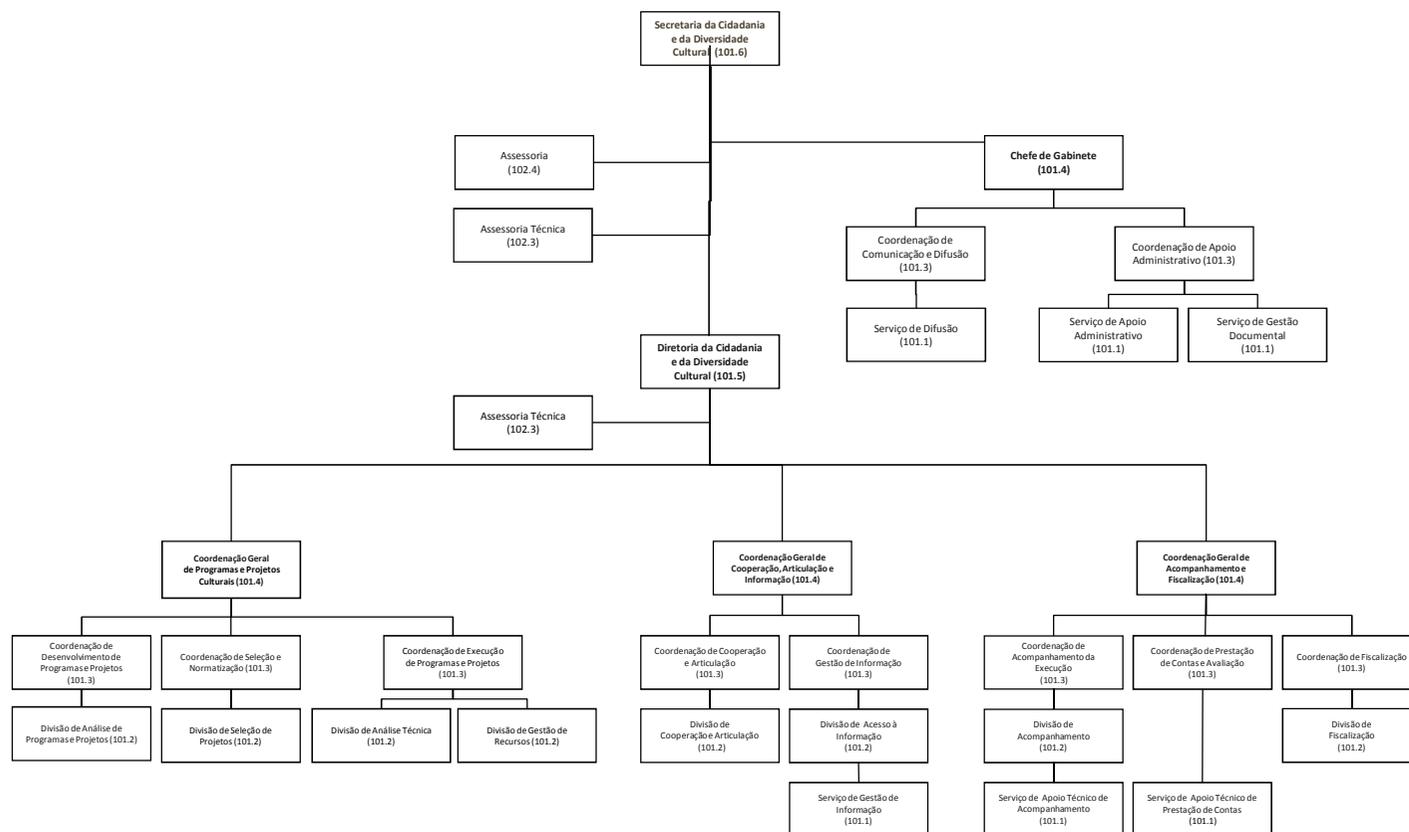
XIV - planejar, coordenar e implementar ações para receber, analisar, monitorar e avaliar projetos culturais de incentivo, no âmbito de sua área de atuação;

XV - subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas à sua área de atuação; e

XVI - planejar ações relativas a celebração e a prestação de contas dos convênios, acordos e instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação.

1.3 Organograma Funcional

Representa a Estrutura Regimental aprovada por meio do Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012, vigente a partir de 8 de junho de 2012.



A descrição das competências e atribuições das áreas encontra-se no D.O.U Seção 1 de 06/05/2013, página 5 a 33 – REGIMENTO INTERNO DA SCDC

1.4 Macroprocessos finalístico

A UJ prossegue com um Macroprocesso: **Administrar políticas públicas que utilizam a diversidade cultural como matriz na promoção da cidadania brasileira.**

Os processos que o compõe, em que pese a representação linear, se retroalimentam. Este modelo, além da saudável segregação de funções, facilita a identificação das necessidades de capacitação e de sistematização, vez que define claramente as responsabilidades de cada unidade no todo do Macroprocesso, permitindo, dentre outras possibilidades especializar as equipes por coordenação, fortalecendo sua capacidade de resposta, aumentando assim, sua estabilidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Macroprocesso: Administrar políticas públicas que utilizam a diversidade cultural como matriz na promoção da cidadania brasileira

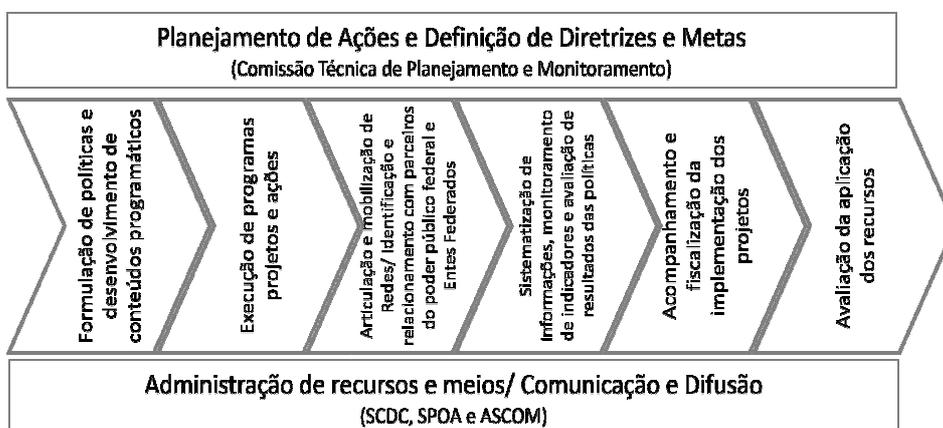
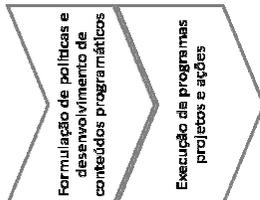
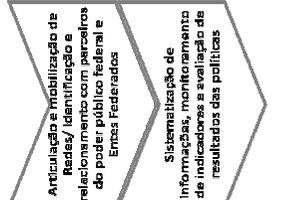
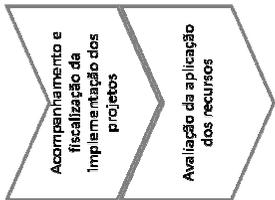


Figura 1 - Macroprocessos

Caracteriza-se assim, como uma medida concreta para minimizar os impactos decorrentes da insuficiência de recursos humanos vez que racionaliza os fluxos produtivos e obriga os gestores a atuarem de forma integrada, de forma a propiciar maior consistência às políticas públicas desenvolvidas e implementadas, atribuindo-se às coordenações gerais da estrutura da SCDC as responsabilidades pelos processos que o compõem, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Responsabilidades das Coordenações Gerais

	<p>Coordenação Geral de Programas e Projetos Culturais - CGPPC</p>		<p>Coordenação Geral de Cooperação, Articulação e Informação - CGCAI</p>		<p>Coordenação Geral de Acompanhamento e Fiscalização - CGAFI</p>
<p>Unidade de formulação e desenvolvimento de programas é responsável pelo tratamento de conteúdos e desenvolvimento de políticas públicas para os segmentos que têm como público beneficiário as populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição</p> <p>o e difusão cultural ou com baixo reconhecimento de sua identidade cultural. Em virtude do caráter transversal das ações a serem desenvolvidas para esses segmentos, a unidade tem assento em diversos conselhos, comitês, GT e comissões os quais, são meios fundamentais de participação social, tanto para elaboração quanto para implementação de políticas públicas.</p> <p>Dentre suas principais atividades, estão os estudos, as pesquisas e as análises de contexto que sustentam à formulação de política públicas para as temáticas supracitadas, a avaliação da aderência dos projetos às políticas implementadas pela Secretaria e pelo MinC (emendas parlamentares, demanda espontânea, dentre outros) e o desenvolvimento de critérios que garantam a inserção dos conteúdos dessas políticas nos processos seletivos e nas parcerias firmadas.</p> <p>A unidade, também é responsável pela implementação das políticas públicas, que se dá por meio de editais de seleção se materializando em convênios, prêmios e/ou bolsas, operacionalizados por meio de Termos de Parceria, Acordos e Termos de Cooperação, Protocolos de intenção e congêneres ou por realização direta de seminários,</p>	<p>A articulação das redes que promovem iniciativas culturais voltadas para a cidadania e a diversidade cultural, das parcerias com os entes federados, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e a mobilização dos agentes culturais, públicos e privados, para envolvimento nos processos de participação, representação e controle social, no âmbito do Programa Cultura Viva e do CNPC, são hoje processos importantes que subsidiam a elaboração das políticas e garantem sua efetividade no país. A maior parte da demanda decorrente destes processos é presencial. A Coordenação Geral acompanha todas as conferências livre e as estaduais e municipais de cultura, garantindo a discussão dos temas relacionados à cidadania e à diversidade cultural com todos os entes federados.</p> <p>A unidade também é responsável pelo mapeamento, a sistematização, o registro, a disponibilização e a promoção de ações de intercâmbio e acesso ao conhecimento sobre as expressões culturais, a cidadania e a diversidade cultural.</p> <p>Atua de forma integrada com a Secretaria de Políticas Culturais – SPC na atualização, junto ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, além de elaborar pesquisas, estatísticas e tratamento de dados para dar base conceitual e prática ao desenvolvimento dos projetos. Também é responsável pela elaboração e implementação do mapeamento e difusão das experiências culturais e artísticas, assim como pela implementação dos processos de gestão de informação e conhecimento, na sua interface com os sistemas corporativos públicos e privados, com foco na promoção do acesso ao cidadão.</p>	<p>Atualmente, tomada pela operacionalização do legado, dando termos aos processos cuja execução restou prejudicada em função de problemas legais e administrativos, atrasos no repasse de recursos e na análise das prestações de contas parciais é a grande responsável pela redução das pendências orçamentárias e financeiras geradas na implementação dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural. Atua de forma constante na fiscalização dos processos, tendo agenda de visitas in loco anual. Tem como foco permanente a capacitação de gestores públicos e organizações da sociedade civil com o objetivo de prevenir e minimizar os problemas na execução dos convênios e facilitar a sua prestação de contas. Seus servidores participam de oficinas, conferências e teias regionais, estaduais e municipais com este objetivo.</p> <p>Como está no início a implementação das novas redes e a renovação das antigas, ainda não sofreu o impacto do acompanhamento desses novos processos, que se iniciará no exercício de 2014. Tem como premissa para tratamento deste volume, a nova conformação dos convênios que se reforçará pela parceria com os Entes Federados.</p> <p>A unidade trabalha com análise de cumprimento do objeto, análise de alteração de Planos de Trabalho, prorrogação de vigência, análise para encaminhamento dos processos para empenho e pagamento, dentre outras atividades inerentes ao acompanhamento da vida útil dos convênios. Realiza visitas in loco e elabora os respectivos relatórios de fiscalização.</p> <p>Para dar continuidade à implementação do Programa Cultura Viva, deverá desenvolver métodos e definir critérios para monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos processos, visto ser a prestação de contas estabelecida pelo Sistema de Convênios pela legislação que rege a matéria.</p>			

oficinas, conferências e circuitos e de editais de seleção.		
---	--	--

1.5 Macroprocessos de Apoio

A UJ possui um macroprocesso de apoio. Sua principal função ao suprir as necessidades do macroprocesso finalístico se refere a serviços administrativos e de comunicação e difusão, em articulação com as unidades de Gestão interna do Ministério. Não menos estratégico, opera a gestão de recursos humanos e logísticos para a agilidade dos trâmites documentais, acesso às informações, registro e memória institucionais e toda a infraestrutura necessária à elaboração e implementação das políticas públicas sob responsabilidade da secretaria.

1.6 Principais Parceiros

A estratégia de ampliar gradativamente o número de beneficiários do Programa Cultura Viva e compreender a Rede Cultura Viva, inicialmente constituída com os pontos e pontões de cultura, como uma malha de convergência de lideranças, grupos e coletivos, e das redes que atuam em prol da cidadania e da diversidade cultural, qualificando a gestão, estruturando as instâncias de participação; e, promovendo e integrando uma política de fomento, exige a intensificação e ampliação das parcerias com o Sistema MinC, com os parceiros federais, com a sociedade Civil, Entes Federados e outras redes. Em 2013 as pactuações com os parceiros foram aperfeiçoadas, redefinidas e ampliadas. Para melhor acompanhamento e avaliação, as parcerias foram classificadas em quatro categorias.

Sistema MinC

Ações conjuntas com as diversas unidades do Sistema MinC e suas iniciativas com a sociedade civil como pontos de leitura, pontos de memória, cine clubes, casas do patrimônio, agentes de cultura, mestres e mestras da cultura, salvaguarda de bens registrados e outras que contribuem para a ampliação do exercício dos direitos culturais e a valorização da diversidade das expressões culturais, como por exemplo: editais para negros, mulheres, agente de cultura negra, prêmios, dentre outras. A proposta é consolidar uma política integrada de base comunitária no âmbito da política nacional de cultura

Tabela 2 – Ações de Pactuação da SCDC para o Fortalecimento e Expansão do PCV no âmbito do Sistema MinC

Secretaria Executiva – SE	Planejamento estratégico, tático e operacional
	Tratamento do passivo em parceria com a CGU
Secretaria de Política Cultural – SPC	Estudo do Novo Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil PL nº 649/2011
	Edital Cultura 2014 - Copa
	Programa Mais Cultura nas Escolas
	Mais Cultura nas Universidades
	Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais - SNIIC
Secretaria de Articulação Institucional – SAI	Cultura e Turismo
	Cultura Digital
	Juventude e criança
	Institucionalidade da participação social por parte dos segmentos da diversidade e da rede de pontos de cultura com base no Sistema Nacional de Participação Social da Presidência da República.
	Pactuação com estados e municípios para consolidação do SNC e critérios para expansão do PCV
	Pactuação da política no Conselho Nacional de Política Cultural
	Coordenação dos Colegiados Setorial Culturas Indígenas e Setorial de Culturas Populares
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC	Realização de Conferências Livres de Cultura e III Conferência Nacional de Cultura
	Qualificação de critérios para obtenção de maior equidade de acesso aos recursos de incentivo e fomento da iniciativa privada e de estatais
Secretaria do Audiovisual – SAV	Apropriação do Vale Cultura como mecanismo direto de fomento à rede de pontos de cultura e cineclubes
	Alinhamento da iniciativa e integração da rede de cineclubes à rede Cultura Viva
	Parceria com o Centro Técnico de Audiovisual – CTA v para a formação e apoio à produção e circulação de produtos

	Mostras e festivais alternativos e não comerciais
Secretaria da Economia Criativa – SEC	Distribuidora Brasil com foco no acesso, visibilidade e circulação da produção
	Criativa Birô/Incubadoras Criativas, com foco nas ações de capacitação, empreendedorismo e fomento às cadeias produtivas com foco no desenvolvimento de projetos junto às redes de Pontos
	CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados – contribuição do Programa Cultura Viva para a proposição, funcionamento, participação e controle social dos CEUs
Diretoria de Assuntos Internacionais - DRI	Programa IBERCULTURA Viva – ação de cooperação internacional junto à Organização dos Estados Iberoamericanos
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	Programa Nacional de Patrimônio Imaterial com a rede de Pontões de Bens Registrados, ações de valorização dos mestres e mestras e de proteção dos conhecimentos tradicionais e de educação patrimonial
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	Pontos de Memória e museus comunitários
Fundação Biblioteca Nacional - FBN	Pontos de leitura e Agentes de leitura
Fundação Cultural Palmares - FCP	Plano Nacional do Livro e Leitura
	Agente Cultural da Juventude Negra
	Rede de pontos de cultura afro-brasileira -
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB	Rede de pesquisadores
Fundação Nacional da Artes - FUNARTE	Edital Interações estéticas
	Iniciativa Arte e acessibilidade Edital Prêmio Hip Hop

Sistema Nacional de Cultura

Ações envolvendo o aperfeiçoamento da gestão, a manutenção e expansão do Programa Cultura Viva com base em critérios, definição de responsabilidades, alinhamento de iniciativas realizadas por meio da Adesão ao Programa, renovação e expansão dos convênios com estados e municípios, e funcionamento das respectivas instâncias de participação social. O Programa ocorre em todos os estados e no DF.

Tabela 3 – Pactuações SNC

25 Redes pactuadas com estados e DF (exceto com o Governo do Paraná)	representa uma cobertura de 18,13% do total de 5.571 municípios brasileiros, distribuição por região: Norte – 18% (451 de 804); Nordeste – 23%(413 de 1.794); Centro-Oeste – 13% (60 de 467); Sudeste – 22% (364 de 1.668); Sul – 8% (93 de 1.191). Os dados de cobertura apresentados se referem aos registros de 2501 do Cadastro Nacional de Pontos em processo de complementação junto aos parceiros.
56 Redes Pactuadas com Municípios	
2 Redes Intermunicipais (20 no Estado de SP – Consórcio e 13 no RS com a FURG)	

Instâncias de pactuação

Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC	Compartilhamento das informações sobre o processo de redesenho do Programa Cultura Viva e sua adequação ao Sistema Nacional de Cultura.
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho em especial quanto à lógica federativa de gestão
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura e Região Metropolitana	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho em especial quanto à lógica federativa de gestão
Comissão de gestores	Pactuação com os gestores/coordenadores estaduais para planejamento e aperfeiçoamento da execução e avaliação do PCV
Comissão Nacional dos Gestores Públicos do PCV	Comissão de representação de gestores públicos estaduais/distritais, municipais e federais responsáveis pelo desenvolvimento do PCV em

	seus órgãos e territórios de atuação.
Comissão Estadual dos Gestores Públicos do PCV	Comissão de representação de gestores públicos estaduais/distritais, municipais, responsáveis pelo desenvolvimento do PCV em seus órgãos e territórios de atuação, em âmbito estadual e distrital.

Sociedade Civil

Ações envolvendo a articulação das redes de Pontos e Pontões de cultura e de iniciativas premiadas nos segmentos da diversidade cultural brasileira fomentadas pelo MinC, na trajetória de nove anos de construção desta política, com foco nos segmentos historicamente excluídos.

Tabela 4 – Pactuações Sociedade Civil

Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC	Compartilhamento das informações sobre o processo de redesenho do Programa Cultura Viva e sua adequação ao Sistema Nacional de Cultura.
Colegiado Setorial de Culturas Populares	Desenvolvimento do Plano Setorial de Culturas Populares e do ajuste do PCV para sua implementação.
Colegiado Setorial de Culturas Indígenas	Desenvolvimento do Plano Setorial de Culturas Indígenas e do ajuste do PCV para sua implementação.
Comitê Técnico de Cultura LGBT	Instância de análise, reflexão e proposição de políticas, programas e projetos voltados aos segmentos LGBT.
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC	Instância de representação nacional dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e com parceiros no âmbito do PCV.
Comissão Estadual dos Pontos de Cultura	Instância de representação estadual ou distrital dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e órgão gestor de cultura responsável pelo PCV em seu âmbito de atuação.
Comissão Municipal dos Pontos de Cultura	Instância de representação municipal ou intermunicipal dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e órgão gestor de cultura responsável pelo PCV em seu âmbito de atuação.
Comissão Intermunicipal dos Gestores Públicos do PCV	Comissão de representação de gestores públicos municipais responsáveis pelo desenvolvimento do PCV em seus órgãos de atuação e municípios integrantes de consórcios, em âmbito estadual e distrital.
Comitês Comunitários dos Pontos de Cultura	fomento a estrutura de participação das comunidades e representantes dos segmentos beneficiários do PCV, junto às entidades reconhecidas pelo programa
Fórum Nacional dos Pontos de Cultura	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho em especial quanto à lógica de participação e representação da sociedade no PCV e eleições de representantes nacionais dos Pontos de Cultura..
Teias Estaduais e Municipais – Encontros da Diversidade	Mobilização e preparação de representantes para composição do Fórum Nacional de Pontos de Cultura que elege a representação da sociedade para diálogos com o MinC e parceiros no âmbito do PCV.
Teia 2014 - Encontro da Diversidade	Encontro Nacional de Pontos de Cultura e segmentos da diversidade cultural brasileira com gestores públicos do PCV e de outros programas voltados ao desenvolvimento sócio-cultural.
Ouvidorias	Atendimento direto ao cidadão
Conselhos de Políticas Públicas	Análises e proposições relativas ao desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações transversais da cultura no âmbito do Programa Cultura Viva (ANEXO I – RELAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COM ATUAÇÃO DA SCD)C)
Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC	Compartilhamento das informações sobre o processo de redesenho do Programa Cultura Viva e sua adequação ao Sistema Nacional de Cultura.
Colegiado Setorial de Culturas Populares	Desenvolvimento do Plano Setorial de Culturas Populares e do ajuste do PCV para sua implementação.
Colegiado Setorial de Culturas Indígenas	Desenvolvimento do Plano Setorial de Culturas Indígenas e do ajuste

	do PCV para sua implementação.
Comitê Técnico de Cultura LGBT	Instância de análise, reflexão e proposição de políticas, programas e projetos voltados aos segmentos LGBT.
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC	Instância de representação nacional dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e com parceiros no âmbito do PCV.
Comissão Estadual dos Pontos de Cultura	Instância de representação estadual ou distrital dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e órgão gestor de cultura responsável pelo PCV em seu âmbito de atuação.
Comissão Municipal dos Pontos de Cultura	Instância de representação municipal ou intermunicipal dos Pontos de Cultura e da sociedade para diálogos com o MinC e órgão gestor de cultura responsável pelo PCV em seu âmbito de atuação.
Comissão Intermunicipal dos Gestores Públicos do PCV	Comissão de representação de gestores públicos municipais responsáveis pelo desenvolvimento do PCV em seus órgãos de atuação e municípios integrantes de consórcios, em âmbito estadual e distrital.

Rede de Parceiros

Ações envolvendo fomento nas áreas de formação, intercâmbio, informações tecnológicas, circuitos, difusão e pesquisa, da rede de gestores e pesquisadores.

Tabela 5 – Pactuações Rede de Parceiros

Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR	Contribuições do PCV para construção do novo marco legal da sociedade civil Ações em conjunto de promoção dos direitos culturais dos povos indígenas Contribuição do PCV na construção do Sistema Nacional de Participação Social
Controladoria Geral da União – CGU/PR	Consulta e compartilhamento em análises relativas ao marco legal Tratamento do passivo e plano de providências das Solicitações de Auditoria
Secretaria Nacional da Juventude – SNJ/PR	Programa Viva a Juventude Viva Rede Agente Jovem de Cultura
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR	Ponto de Leitura de Ancestralidade Africana Acampamento Brasil Cigano e Conferência Livre de Cultura Plano Nacional de Matriz Africana Campanha temática sobre “Igualdade racial é prá valer”
Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR	Plano Viver sem Limites GT de Acessibilidade Cultural Comitê Técnico de Cultura LGBT Fórum Mundial de Direitos Humanos Campanhas temáticas de direitos humanos: Brasil sem homofobia, pessoa idosa etc
Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM	Seminário Cultura e Mulher Campanha de valorização da mulher
Ministério dos Esportes	XIII Jogos Indígenas
Ministério das Comunicações – MCom	GESAC (Conexão banda larga) – Ponto GESAC nas comunidades denominadas Pontos de Cultura Indígenas ou Pontos de Cultura em comunidades tradicionais.
Fundação Nacional do Índio – FUNAI/MJ	Pontos de Cultura Indígenas Fórum Nacional de Culturas Indígenas
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/MS	Rede Saúde e Cultura
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/MPOG	Avaliação do Programa Cultura Viva
Instituto Nacional de Colonização e	Apoio à estruturação das ações do GT Nacional de Cultura do

Reforma Agrária – INCRA/MDA	INCRA e de fortalecimento das ações culturais desenvolvidas nos assentamentos na perspectiva da internalização no âmbito da reforma agrária, da cultura como pilar de desenvolvimento promovendo ações de formação, pesquisa, fruição e difusão da produção cultural dos assentamentos e comunidades quilombolas.
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/MCTI	Projeto Encontro dos Saberes de criação da carreira de cientista tradicional e valorização dos mestres na graduação
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA/MAPA	Apoio à Feira de Sementes Krahô com devolutiva das sementes as comunidades indígenas
Universidade de Brasília – UNB	Mestrado profissional em sustentabilidade junto à povos e comunidades indígenas Observatório de Políticas Públicas para a Cidadania 7ª Aldeia Multiétnica – Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais da Chapada dos Veadeiros Projeto Vidas Paralelas: Concessão de bolsas para agentes culturais.
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Rede Ação Griô no Brasil, – promoção de ações de circulação e mapeamento das práticas desenvolvidas pela Rede Ação Griô Nacional. Rede de Articulação, Fomento e Informação em Acessibilidade Cultural.
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD	Extensão Indígena. Incentivo à formação superior qualificada por indígenas e realização de um encontro de mulheres indígenas visando a formação de uma rede.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	V Módulo do Fórum de atualização sobre Culturas Indígenas direcionado a professores de ensino fundamental e médio de ensino público e privado.
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	Núcleo de Formação Sócio Cultural na Zona Leste de São Paulo.
Universidade Federal do Paraná – UFPR	Projeto Laboratório de Cultura Digital, que visa desenvolver uma plataforma digital de modo a permitir a participação e mapeamento colaborativo.
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Tratativas para implementação de uma rede de 13 pontos de cultura indígenas.
Universidade Federal de Roraima – UFRR	Tratativas para implementação de Pontos de Cultura Indígenas.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Tratativas para participação na realização da Teia da Diversidade 2014
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Implantação de Rede Intermunicipal de Pontos de Cultura no Estado do Rio Grande do Sul
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN	Parceria para realização Teia Nacional da Diversidade 2014 – Forum Nacional dos Pontos de Cultura, Forum Nacional da Diversidade, encontros, oficinas , mostras artísticas com atividades de articulação, capacitação e intercâmbio entre os Pontos, Pontões e segmentos da diversidade cultural brasileira, gestores e parceiros...
Instituto Federal do Ceará - IFCE	Caravana Cultural – 10 Anos de Arte e Cultura na Reforma Agrária
Frente Parlamentar de Cultura	Consultas e compartilhamentos de análises do marco legal e acompanhamento da proposição dos Projetos de Lei Cultura Viva e dos Mestres

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão apresenta a atuação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura – SCDC/MinC, no Exercício de 2013, demonstrando os principais resultados obtidos com o início da implementação de uma nova etapa do Programa Cultura Viva – PCV, considerando a trajetória percorrida, os desafios encontrados e o momento atual que se impõe ao campo da Política Pública de Cultura. Mostra a ampliação das ações no território, o alinhamento e fortalecimento da parceria com os Entes Federados com a qualificação da gestão e a estruturação das instâncias e espaços de participação social necessárias à sua consolidação no Sistema Nacional de Cultura – SNC.

Explicita a internalização dos resultados obtidos no processo de Redesenho do PCV, gradativamente apresentados na repactuação com Estados e Municípios, com o ajuste no objeto da parceria e do conjunto de ações que devem integrar a o convênio, tendo com base os critérios de expansão, a o aperfeiçoamento do PCV - conceitual, normativo e operacional - para consolidá-lo como uma política em prol da cidadania e da diversidade cultural.

Registre-se que o Ministério da Cultura – MinC definiu a inclusão social pela Cultura como prioridade para os anos de 2013/2014, pelo que se tornou essencial estruturar o Programa Cultura Viva, como uma **Política de Base Comunitária** para o Sistema Nacional de Cultura – SNC, integrando à estratégia de fomento a participação de órgãos federais, rede de parceiros, governos estaduais, distrital e municipais, as entidades beneficiárias do Programa e a sociedade civil.

A definição de responsabilidades para delinear uma ação federativa nacional tornou-se fundamental para potencializar capacidades, superar dificuldades de acesso à política pública e transcender a esfera de governos, dando maior institucionalidade e efetividade às ações do Programa Cultura Viva, a partir de um processo de pactuação permanente embasado nos marcos legais do Estado brasileiro e convenções internacionais, sobretudo as diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura – PNC¹ e do Sistema Nacional de Cultura – SNC².

As principais dificuldades para realização dos objetivos, no exercício, se deram em três níveis:

- no campo da pactuação com a sociedade civil, em função da gestão compartilhada com os Estados e os Municípios e seus desdobramentos normativos/operacionais, bem como em função da incorporação do Programa Brasil Plural que trouxe novos interlocutores sociais para o processo de Redesenho e implementação do Programa Cultura Viva;

- no campo da relação com os Entes Federados em função da redefinição quanto ao desenvolvimento do Programa Cultura Viva em seus territórios, considerando-se sua adequação às necessidades locais e os ajustes necessários às especificidades das legislações estaduais e municipais; e

- no campo da gestão interna, em função do desafio de adequar o PCV ao Sistema Nacional de Cultura, integrando iniciativas das diversas unidades do Sistema MinC, bem como em função da reduzida estrutura de cargos, recursos humanos e tecnológicos da Secretaria, ante a dimensão do Programa, e a incipiência no desenvolvimento de tecnologias de gestão e informação.

Isto posto, esclarecemos que o Relatório está estruturado em itens e subitens (descritos no Sumário deste documento), tal como determinam os dispositivos da DN TCU nº 127/2013, Parte A, do Anexo II.

De acordo com esse normativo, alguns itens da Parte A e da Parte B não se aplicam aos órgãos da Administração Direta e alguns não se aplicam à SCDC, dado que as informações seguem consolidadas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MinC. Abaixo, a lista de itens nessas situações

¹ Lei Nacional nº 12.343, de 02/12/2010

² Lei Nacional nº 71, de 29/11/2012.

Itens	Detalhamento	Situação
1.1.2	Relatório de Gestão Consolidado	Não se aplica
1.1.3	Relatório da Gestão Agregado	Não se aplica
Quadro A.1.3	Identificação - Relatório de Gestão Agregado	Não se aplica
1.1.4	Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	Não se aplica
Quadro A.1.4	Identificação - Relatório de Gestão Consolidado e Agregado	Não se aplica
2.2.1	Programa Temático	Informação consolidada no RG da SE
2.2.1.1	Análise Situacional	Informação consolidada no RG da SE
2.2.2	Objetivo	Informação consolidada no RG da SE
2.2.2.1	Análise Situacional	Informação consolidada no RG da SE
2.2.3.1	Ações OFSS	Não se aplica
2.2.3.4	Ações do Orçamento de Investimento	Se aplica, mas não houve ocorrência no período
3.1	Estrutura de Governança	Não se aplica
3.3	Remuneração Paga a Administradores	Não se aplica ao MinC
3.4	Sistema de Correição	Não se aplica
3.5	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria 1043/2007/CGU	Não se aplica
3.6	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	Não se aplica
4.1.1	Programação	Info consolidada no RG da SE.
4.1.1.1	Análise crítica	Info consolidada no RG da SE.
Quadro A.4.1.1	Programação de despesas	Info consolidada no RG da SE.
	Análise Crítica	Info consolidada no RG da SE.
Quadro A.4.2	Objetivos de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	Info consolidada no RG da SE.
	Análise Crítica	Info consolidada no RG da SE.
4.1.3.5	Despesas totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	Se aplica, mas não houve ocorrência no período
4.1.3.6	Despesas totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	Se aplica, mas não houve ocorrência no período
4.2	Reconhecimento de passivos por insuficiência de recursos	Se aplica, mas não houve ocorrência no período
4.5	Suprimento de Fundos	Não se aplica
4.6	Renúncias sob a gestão da UG	Não se aplica
4.7	Gestão de Precatórios	Não se aplica
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Info consolidada no RG da SE.
5.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Info consolidada no RG da SE.
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Info consolidada no RG da SE.
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Info consolidada no RG da SE.
5.1.8	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	Info consolidada no RG da SE.
5.1.9	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	Info consolidada no RG da SE.
5.2	Terceirização de Mão-de-Obra empregada e Contratação de Estagiários	Info consolidada no RG da SE.
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	Info consolidada no RG da SE.
7	Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	Info consolidada no RG da SE.
8	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/2013	Info consolidada no RG da SE.
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	Info consolidada no RG da SE.
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	Info consolidada no RG da SE.
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	Info consolidada no RG da SE.
9.6	Alimentação SIASG e SICONV	Info consolidada no RG da SE.
11.1	Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Info consolidada no RG da SE.
1.1.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei 6.404/1976	Info consolidada no RG da SE.
1.1.5	Composição acionária das Empresas Estatais	Info consolidada no RG da SE.

Itens	Detalhamento	Situação
1.1.6	Relatório de Auditoria Independente	Info consolidada no RG da SE.
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU nº 127, de 15/5/13	Se aplica, mas não houve ocorrência no período

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

2.1.1 Plano Estratégico / Plano Nacional de Cultura – PNC

O Plano Nacional de Cultura – PNC, pela sua natureza se posiciona como o Planejamento Estratégico do MinC, é o resultado de um amplo processo de debates, cuja construção foi compartilhada com os vários segmentos da sociedade, instâncias legislativas brasileiras e gestores públicos. Estruturouse em cinco eixos temáticos, 14 diretrizes, 36 estratégias, 275 ações e 53 metas a serem alcançadas num período de 10 anos (2010-2020), com revisões previstas a cada quatro anos.

O Programa Cultura Viva pelo escopo das suas ações e, em especial, pela sua abrangência estruturada em redes colaborativas de Pontos e Pontões de Cultura, com base no território, nas identidades e em temas de amplo interesse sociocultural, participa diretamente, com ações determinantes para o alcance dos índices estabelecidos em quatro das 53 metas. Entende-se, porém, que as ações do Programa, pela sua transversalidade, podem contribuir, mesmo que de forma residual, com todas as metas do PNC.

Destacando-se a necessidade de relacionar o Programa Cultura Viva e o PNC, para definição da atuação da SCDC, suas metas foram classificadas em três categorias³: (i) Participação direta – aquelas em que as ações do Programa são determinantes para o alcance do índice estabelecido; (ii) Participação compartilhada – aquelas em que as ações do Programa estão em um mesmo grau de paridade com outras ações do Sistema MinC para alcance do índice estabelecido; e (iii) Participação indireta – aquelas em que as ações do Programa compõem o índice estabelecido, em decorrência da abrangência dos resultados de seus investimentos, sem, no entanto, desempenhar um papel de protagonista para seu alcance.

Tabela 6 – Classificação das meta PNC segundo a participação do PCV

Participação Direta do Programa Cultura Viva

Meta 3	Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada.
Meta 4	Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada.
Meta 6	50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.
Meta 23	15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Participação compartilhada do Programa Cultura Viva

Meta 9	300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local.
Meta 18	Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.
Meta 19	Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento.
Meta 24	60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
Meta 25	Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional.
Meta 28	Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.
Meta 29	100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.

³ Tabela 5 – Classificação das metas do PNC segundo a participação do PCV

Meta 45	450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura.
Meta 46	100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados.
Meta 47	100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude.

Participação Indireta do Programa Cultura Viva

Meta 10	Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros.
Meta 11	Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural.
Meta 14	100 mil escolas públicas de educação básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura.
Meta 17	20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC).
Meta 22	Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.
Meta 26	12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale Cultura).
Meta 31	Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural, na seguinte distribuição: 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo; 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos; 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos; 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos; 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos; 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.
Meta 35	Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.
Meta 36	Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes.
Meta 48	Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país.
Meta 49	Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

2.1.2 Plano Tático (ANEXO III – PLANEJAMENTO TÁTICO – ACORDO DE DESEMPENHO E MAPAS ESTRATÉGICOS MINC E SCDC)

Com o objetivo de operar de maneira mais eficiente a implementação do Plano Nacional de Cultura – PNC, o Ministério da Cultura iniciou, em 2011, em parceria com Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade – CGDC/PR – Movimento Brasil Competitivo – MBC/Symnetics⁴, a elaboração de planejamento tático para adotar medidas específicas de racionalização dos recursos e de controle e aperfeiçoamento da gestão dos programas sob responsabilidade do órgão.

O primeiro instrumento firmado, entre a Ministra de Estado da Cultura e seus gestores, objetivando organizar a execução da LOA/PPA5, foi o Acordo de Desempenho contendo, num primeiro momento, apenas a Programação orçamentária e financeira para o exercício de 2013.

Simultaneamente foram definidas, pelo corpo de dirigentes, três prioridades para a Pasta, bem como iniciadas as discussões para desenho dos Mapas Estratégicos MinC e SCDC⁶ de forma a pautar a atuação das unidades do Sistema MinC em 2013. Estas definições geraram, como consequência a adequação do planejamento tático e operacional da SCDC, que definiu suas prioridades (Objetivos Estratégicos) de forma a ampliar os resultados, potencializar os investimentos e canalizar energias, num amplo processo de integração, interna e externa ao Sistema MinC, para implementação do Programa Cultura Viva – PNC. As tabelas 6 e 7 mostram, esquematicamente, a vinculação das prioridades MinC e SCDC ao Plano Nacional de Cultura – PNC.

⁴ Decreto Nº 7.478, de 12/05/2011

⁵ Acordo de Desempenho SCDC

⁶ Escopo dos trabalhos do MBC/Symnetics

Tabela 7 – Vinculação das prioridades do PCV às prioridades do MinC e ao PNC

PRIORIDADES	DIRETRIZES			
	META 3	META 4	META 6	META 23
PNC*	Cartografia da Diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada,	Política Nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada.	50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) atendidos por ações de promoção da diversidade cultural.	15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).
Prioridades Sistema MinC	Inclusão social pela Cultura	Inclusão Social pela Cultura Internalização da Cultura Brasileira	Inclusão Social pela Cultura e CEU das Artes	Inclusão Social pela Cultura e Internacionalização da Cultura Brasileira
Prioridades PCV SCDC**	Fortalecer o Programa Cultura Viva como Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultural			
	Qualificar a gestão compartilhada com ações de comunicação, mobilização, fomento e maior institucionalizada da participação social e articulação das redes sociais			
	Dar maior efetividade ao Programa Cultura Viva com a Modernização da Gestão Institucional.			

* Principais Diretrizes/Metas em que a SCDC tem participação direta

** Considerando que todas as metas da SCDC são transversais às prioridades da Ministra.

Tabela 8 – Vinculação das prioridades PCV ao PPA

SCDC PRIORIDADE 1	AÇÕES	METAS PPA
Fortalecer o Programa Cultura Viva como Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura	Construir a política de fomento para a cidadania e a diversidade cultural, alinhando ações, programas e projetos e a relação com a sociedade civil	Meta 15 Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.
	Desenvolver e implementar estratégia de aprovação do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva - PL 757/2011	Meta 16 Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural
	Fortalecer no Sistema MinC as ações que atendam as especificidades dos segmentos da diversidade cultural	Meta 91 Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios
	Pactuar com os gestores da redes estaduais e municipais, a adoção de ações estruturantes do PCV	
SCDC PRIORIDADE 2	METAS	
Qualificar a gestão compartilhada com ações de comunicação, mobilização, fomento e maior institucionalizada da participação social e articulação das redes sociais	AÇÕES	METAS PPA
	Estruturar a Participação Social no âmbito do Programa Cultura Viva e do Sistema Nacional de Participação Social, em sintonia com as instâncias de participação do SNC.	Meta 15 Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.
	Fomentar em âmbito internacional a adoção do PCV como referência da Política Cultural de Base Comunitária e de implementação da Convenção de Promoção e Proteção da Diversidade Cultural (UNESCO/2005)	
	Implantar plataforma de gestão do conhecimento, comunicação e informação	Meta 16 Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural
Fortalecer as articulações das redes de pontões territoriais (regionais, estaduais, municipais), temáticos e identitários	Meta 90 Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.	

SCDC PRIORIDADE 3	AÇÕES	METAS PPA
<p>Dar maior efetividade ao Programa Cultura Viva com a Modernização da Gestão Institucional.</p>	<p>Revisar e qualificar os instrumentos do PCV</p>	<p>Meta 15 Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.</p> <p>Meta 91 Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios</p>
	<p>Ampliar a capacidade de fomento, monitoramento e visibilidade dos resultados das ações do PCV por meio de parcerias internas e externas</p>	
	<p>Estabelecer fluxo de dados e indicadores para apropriação de resultados</p>	<p>Meta 91 Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios</p>
	<p>Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural</p>	<p>Meta 16 Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural</p>

2.1.3 Plano Operacional (ANEXO III – PLANEJAMENTO OPERACIONAL: DIAGNÓSTICO SITUACIONAL, PLANO INSTITUCIONAL E DOCUMENTO BASE DO PCV)

O Plano Institucional, apresentado no Relatório de Gestão de 2012, foi elaborado pela SCDC para o biênio 2012/2013, a partir do Diagnóstico Situacional realizado em 2011 que considerou: (i) as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA¹; (ii) os resultados obtidos com a execução orçamentária/financeira; (iii) a avaliação do fluxo operativo da Secretaria; e, (iv) as manifestações dos segmentos atendidos pelos Programas Brasil Plural e Cultura Viva. Está estruturado em duas macro-ações (Tabela 8) ainda em vigor, uma vez que trata-se da escolha executiva para implementação do Planejamento Estratégico (PNC), o qual manteve a mesma linha político-conceitual desde sua instituição.

Tabela 9 – Síntese do Plano Institucional (Macro-Ações)

MACRO-AÇÃO 01 Ações de análise e reconstrução organizacional	Estratégia 01	Diagnóstico Situacional da SCC	
	Estratégia 02	Reconstrução da Governabilidade	Parcerias Estratégicas (item 1.6 deste Relatório de Gestão)
MACRO AÇÃO 02 Ações estruturantes	Estratégia 03	Ações Imediatas	Elaboração e aprofundamento do Diagnóstico de Situação; Levantamento, sistematização e divulgação de dados com destaque para os convênios; Retomada de diálogo com os parceiros e Redes de Pontos de Cultura; e, Elaboração e execução de Plano de Fiscalização das transferências Voluntárias.
		Ações Conclusivas	Aperfeiçoamento do cronograma de desembolso, para Pagamento dos compromissos firmados e inscritos em Restos a Pagar; Refinamento dos critérios e readequação do cronograma para empenho de parcelas de convênios firmados em exercícios anteriores os quais não foram previstas nos orçamentos subsequentes; Continuidade da inclusão dos processos de conveniamento e de descentralização de Recursos no SICONV e no SALIC e de Editais de Premiação no SALIC; e, o Continuidade à resolução das pendências relacionadas aos Editais de Premiação.
		Ações Preventivas	Recomposição da força de trabalho; Definição das prioridades da SCDC (Plano Tático) a partir dos Planejamentos Estratégico (PNC) e Tático (Prioridades Gestão); Avaliação, elaboração e implementação de fluxos operacionais e

¹ Publicações: Cultura Viva – Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania/2010 – Organizadores: Frederico A. Barbosa da Silva e Herton Ellery Araújo; Pontos de Cultura – Olhares Sobre o Programa Cultura Viva/ 2011 – Organizadores: Frederico A. Barbosa da Silva e Lia Calabre.

			documentais; e <ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento de parceria com órgãos de controle interno e externo para resolução dos problemas, minimização de riscos na implementação dos Programas, Projetos e Ações.
		Ações Propositivas	Definição de locus institucional para as atividades de comunicação e difusão (transparência e controle social); Alocação de recursos para contratação de tecnologia de informação – Projeto Cartografia da Diversidade; Implantação do redesenho do Programa Cultura Viva; Alinhamento das ações do Programa Brasil Plural e do Programa Cultura Viva; Alinhamento de políticas intra e intersetoriais; Construção da Rede de Cidadania Cultural – Sistema Nacional de Cultura e redes sociais; e, <ul style="list-style-type: none"> ○ Construção de Políticas Setoriais.
	Estratégia 04	Ações Complementares	Elaboração da Estrutura Organizacional e do Regimento Interno; e <ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de plano de gestão do conhecimento –Circuito de comunicação para a Cidadania e Diversidade: informação, circulação e distribuição de conteúdos culturais.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

O Programa Temático 2027 – “Cultura Preservação, Promoção e Acesso”, definido para o MinC, no Plano Plurianual – PPA, para o quadriênio 2012-2015, possui 11 *Objetivos* a ele vinculados, dois dizem respeito às competências da SCDC e se desdobram em duas *Iniciativas* e duas *Ações* orçamentárias¹, que organizam a execução de forma a atender as finalidades da Secretaria, consideradas as suas competências institucionais, conforme Tabelas 8 e 9.

Tabela 10 – Programa Temático MinC

Programa	Objetivo	Iniciativa	Ação
2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso	779 - Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa	033P - Plano Nacional de Cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do Plano Nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura	20ZG - Formulação e Gestão da Política Cultural
	786 - Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural	035B - Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público	20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira

Obs.: A análise situacional do Programa Temático e dos seus objetivos será realizada pela Secretaria Executiva – unidade consolidadora (2.2.1.1; 2.2.2 e 2.2.2.1)

¹ Fontes: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e Lei nº 12.595 de 19/01/2012.

Tabela 11 - Programação Orçamentária e Financeira e Resultados - LOA SCDC 2013¹

31/12/2013

UO	Programa	Ação	PTRES	PO	Valor Custeio	Valor Capital	Empenhado	Pago Empenhado ¹			
42101 - MINISTÉRIO DA CULTURA	2027	CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	066444	000A	Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas	499.999,80	0,00	282.807,80	173.746,80
					066448	000B	Promoção da Cultura da Infância	250.000,00	0,00	0,00	0,00
					066450	000C	Políticas Culturais de Incentivo à Igualdade de Gênero	250.000,00	0,00	0,00	0,00
					066451	000D	Promoção, Valorização e Fortalecimento das Culturas Populares e Tradicionais	1.500.000,00	0,00	949.232,49	891.222,08
					066452	000E	Incentivo a Práticas Culturais que Contribuam para a Conservação, Consciência e Educação Ambiental	250.000,00	0,00	249.999,59	249.999,59
					066453	000F	Promoção das Condições de Acesso à Cultura	545.117,00	0,00	545.117,00	0,00
					066482	0009	Promoção da Cultura da Juventude	250.000,00	0,00	0,00	0,00
					066462	0001	Fortalecimento de Espaços e Pontos de Cultura e Desenvolvimento e Estímulo a Redes e Circuitos Culturais	42.552.214,65	4.999.999,46	33.344.551,61	16.497.726,86
					066469	-	Acréscimos SCDC - fechamento 2013	5.700.000,00	800.000,00	6.500.000,00	0,00
					20ZG	Formulação e Gestão da Política Cultural	066445	000A	Gestão da Política Cultural para a Cidadania e Diversidade	2.940.020,00	0,00
066479	0008	Gestão da Política de Cultura	100.000,00	0,00			91.472,40	28.967,80			
2107	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	2000	Administração da Unidade	066481	0009	Administração da Unidade	51.162,84	0,00	29.710,00	27.867,00	
42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA	2027	CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO	20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	065663	-	-	15.445.090,00	0,00	15.445.090,00	3.200.000,00

Fonte: SIAFI

¹ Percentual calculado sobre o valor empenhado LOA 2013

² Total FNC corresponde a projetos já aprovados CFNC e compromissos assumidos em anos anteriores

Total Geral	70.333.604,29	5.799.999,46	59.514.252,84	21.644.784,04
Total MinC - Finalístico	51.097.330,91		69,22%	42,54%
Total MinC - Manutenção	3.091.182,84		71,09%	28,76%
Total FNC²	15.445.090,00		100,00%	20,72%
Dotação Inicial - Total Geral	69.633.603,75		85,47%	36,37%
Limite SCDC 2013	59.514.252,84		100,00%	36,37%
Execução Total	Limites 2013	Valor Executado	%	Saldo Disponível
Execução Orçamentária - FNC	15.445.090,00	15.445.090,00	100,00%	0,00
Execução Orçamentária - MinC	44.069.162,84	44.069.162,84	100,00%	0,00
Execução Orçamentária - Acréscimos	6.500.000,00	6.500.000,00	100,00%	-
Indicador Financeiro - FNC*	51.917.212,05	20.816.788,02	40,10%	-
Indicador Financeiro - MinC*	85.009.286,66	36.061.572,06	42,42%	-

*Indicador Financeiro = Dotação Inicial LOA 2013 + RP Inscrito para cada UG

2.2.3 Ações

2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20ZF			Tipo: Atividade			
Descrição	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira						
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B						
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural			Código: 0786 Tipo:			
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027 Tipo:			
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	51.097.331,11	41.871.708,49	41.871.708,49	17.812.695,33	17.812.695,33	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Identificação da Ação							
Código	20ZF			Tipo: Atividade			
Descrição	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira						
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B						
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural			Código: 0786	Tipo:		
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo:		
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: ()PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	15.445.090,00	15.445.090,00	15.445.090,00	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	20ZG			Tipo: Atividade			
Descrição	Formulação e Gestão da Política Cultural						
Iniciativa	Plano nacional de cultura: formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão do plano nacional, dos planos setoriais e da política cultural, além do apoio aos planos estaduais e municipais de cultura Código: 033P						
Objetivo	Formular e desenvolver política pública de cultura com participação social e articulação intersetorial e federativa.			Código: 0779	Tipo:		
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso			Código: 2027	Tipo:		
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	3.040.020,00	2.167.744,35	2.167.744,35	604.221,71	604.221,71	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20K9		Tipo: Atividade		
Título	Fortalecimento de espaços e pontos de cultura e desenvolvimento e estímulo a redes e circuitos culturais				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
4.822.800,00	921.425,38	300.000,00	-	-	-

Identificação da Ação	
Código	2C69 Tipo: Atividade
Título	Fomento a projetos direcionados à cultura dos povos indígenas

Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027 Tipo:				
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
672,70	-	76,60	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	4796 Tipo: Atividade				
Título	Fomento e promoção a projetos em arte e cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				

Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.480.106,25	5.327.378,38	106.527,87	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	6653		Tipo: Atividade		
Título	Promoção e proteção dos grupos e redes da diversidade cultural brasileira				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

57.530,58	-	57.324,98	-	-	-
-----------	---	-----------	---	---	---

Identificação da Ação					
Código	8886		Tipo: Atividade		
Título	Apoio e modernização de espaços culturais - pontos de cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
19.375.517,02	653.122,49	11.460.128,75	-	-	-

Identificação da Ação	
Código	20L2 Tipo: Atividade
Título	Promoção, valorização e fortalecimento das culturas populares e tradicionais

Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027 Tipo:				
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
964.928,95	625.625,48	200.621,80	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	20L3		Tipo: Atividade		
Título	Promoção das condições de acesso à cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				

Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria () PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.649.345,22	1.610.136,29	-	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2000		Tipo: Atividade		
Título	Políticas culturais de incentivo à igualdade de gênero				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria () PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

77.000,00	77.000,00	-	-	-	-
-----------	-----------	---	---	---	---

Identificação da Ação					
Código	2001		Tipo: Atividade		
Título	Incentivo a práticas culturais que contribuam para a conservação, consciência e educação ambiental				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.000,00	5.000,00	-	-	-	-

Identificação da Ação	
Código	2272 Tipo: Atividade
Título	Gestão e administração do programa

Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027 Tipo:				
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
50.783,46	-	50.783,46	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2C71 Tipo: Atividade				
Título	Fomento a projetos de combate à homofobia				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				

Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
30.000,00	-	30.000,00	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	6712		Tipo: Atividade		
Título	Promoção da cultura da juventude				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério da Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

5.000,00	5.000,00	-	-	-	-
----------	----------	---	---	---	---

Identificação da Ação					
Código	20K9		Tipo: Atividade		
Título	Fortalecimento de espaços e pontos de cultura e desenvolvimento e estímulo a redes e circuitos culturais				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.020.878,19	7.181.074,19	-	-	-	-

Identificação da Ação	
Código	2C69 Tipo: Atividade
Título	Fomento a projetos direcionados à cultura dos povos indígenas

Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027 Tipo:				
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
414.809,03	100.999,96	223.040,00	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	4796 Tipo: Atividade				
Título	Fomento e promoção a projetos em arte e cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				

Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
950.000,00	799.000,00	150.000,00	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	6653		Tipo: Atividade		
Título	Promoção e proteção dos grupos e redes da diversidade cultural brasileira				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

20.000,00	-	20.000,00	-	-
-----------	---	-----------	---	---

Identificação da Ação					
Código	8886		Tipo: Atividade		
Título	Apoio e modernização de espaços culturais - pontos de cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.901.900,62	3.548.462,62	3.022.710,00	-	-	-

Identificação da Ação	
Código	009L Tipo: Atividade
Título	Concessão de bolsas para agentes culturais

Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso Código: 2027 Tipo:				
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	Caso positivo: () Sim (x) Não)PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.874.652,47	1.696.828,06	54.000,00	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2A75		Tipo: Atividade		
Título	Escola viva - Cultura, educação e comunidade				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural Código: 0786 Tipo:				

Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria () PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.344.036,94	842.170,00	501.866,94	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2C70		Tipo: Atividade		
Título	Divulgação e fortalecimento das culturas populares				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () Brasil sem Miséria () PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

136.799,00	-	136.799,00	-	-
------------	---	------------	---	---

Identificação da Ação					
Código	5104		Tipo: Atividade		
Título	Instalação e modernização de espaços culturais - pontos de cultura				
Iniciativa	Fomento a produção, difusão, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos de música, circo, dança, teatro, artes digitais e artes visuais, garantida a diversidade de linguagens; fomento à qualificação de ambientes, equipamentos e espaços utilizados para eventos e atividades; e fomento à fruição cultural e à formação de público Código: 035B				
Objetivo	Fomentar a criação, difusão, intercâmbio e fruição de bens, serviços e expressões artísticas e aperfeiçoar e monitorar os instrumentos de incentivo fiscal à produção e ao consumo cultural		Código: 0786	Tipo:	
Programa	Cultura: Preservação, Promoção e Acesso		Código: 2027	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Cultura				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria)PAC		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
33.500,00	-	33.500,00	-	-	-

2.2.3.5 Análise Situacional

meta 15 - Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.

Previsto 36

Executado 37

Atingimento da meta: Será Superada

Análise Situacional da meta

Os seminários, encontros, reuniões e fóruns realizados em 2012 e 2013 foram também Conferências Livres de Cultura que desenvolveram propostas e diretrizes de políticas públicas para serem apresentadas e discutidas na III Conferência Nacional de Cultura, realizada em novembro de 2013. Dentre as propostas desenvolvidas, foram apresentadas políticas específicas dos segmentos da diversidade cultural, como: Culturas Populares, Ciganas, Indígenas, Quilombolas, dentre outros. Foram realizados, ainda, encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva - PCV, como também Fórum de Culturas Indígenas, Oficina sobre a implementação da Convenção 169 da OIT, Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, além do fomento à realização de várias Teias Estaduais. A principal dificuldade enfrentada para a execução desta meta foi o baixo número de servidores da SCDC no período, tanto para a realização dos seminários/fóruns, quanto para a avaliação da implementação das diretrizes propostas e desenvolvidas nos mesmos. Neste sentido, a atuação de bolsistas da Rede Saúde e Cultura e de consultores para atuar em conjunto com os servidores da SCDC, e junto aos escritórios das Regionais do MinC, teve em vista a melhora na pesquisa de resultados e articulação da implementação do PCV junto a redes estaduais e municipais, rede de pontos de cultura indígena, dentre outras. Com a realização destes 37 encontros, foram produzidas propostas para a Conferência de Cultura e consultas aos segmentos da diversidade acerca dos PLs dos Mestres e Griôs e Cultura Viva. Em 2014, a SCDC irá realizar a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reunirá cerca de 2500 pessoas, sendo representantes de pontos de cultura e dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros, que irão apresentar e discutir as diretrizes desenvolvidas, as perspectivas para o PCV, a avaliação e a comemoração de 10 anos do Programa.

meta 16 - Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural

Previsto N/A

Executado N/A

Atingimento da meta: Será Atingida

Análise Situacional da meta

A cartografia da diversidade se materializa a partir das ações de reconhecimento das iniciativas culturais realizadas pelo PCV, entre elas: os pontos de cultura e os editais de premiações. Com a implantação do SNIIC em 2012, e na medida em que os estados e municípios disponibilizam suas informações a respeito dos grupos e coletivos em seus territórios, e que dados oriundos dos editais de premiações de todo o sistema MinC sejam, gradativamente, lançados no SNIIC, será alcançado o objetivo desta meta, que é a visualização da diversidade cultural brasileira distribuída em seu território. Está em curso a complementação do levantamento detalhado de dados dos pontos de cultura e a inserção de dados dos editais de premiações de todo o sistema MinC, incluindo aqueles não realizados pela SCDC. No 1º semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura. Até o momento a SCDC enviou 81 questionários, cujos dados representam 2.840 pontos já fomentados. Foram obtidas respostas de 43% desses questionários de maneira satisfatória, e está sendo realizado um acompanhamento necessário para finalizar as respostas, com orientações e esclarecimentos por parte da equipe da SCDC. Em 2014, a SCDC espera finalizar esse levantamento dos pontos das redes estaduais, municipais e dos pontos diretos, abarcando o conjunto da rede de pontos de cultura, bem como integrar os novos pontos de cultura que serão conveniados a partir do 1º semestre de 2014 e os novos editais que serão lançados. Cumpre destacar que todos os editais lançados pelo Programa Cultura Viva tem incluído a obrigatoriedade de cadastro prévio no SNIIC como condição para habilitação dos beneficiários, garantindo maior agilidade ao povoamento da base de dados do SNIIC. .

meta 90 - Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.

Previsto	120
-----------------	-----

Executado	39
------------------	----

Atingimento da meta:	Difícilmente será Atingida
-----------------------------	----------------------------

Análise Situacional da meta

A SCDC, através do Programa Cultura Viva (PCV), já fomentou 152 Pontões de Cultura em todo o território nacional desde sua implantação em 2004. Estão presentes em todos os estados brasileiros, com a exceção de Tocantins. A distribuição atual de Pontões por macro-região é seguinte: Norte – 10% (15, de 152); Nordeste – 26% (39, de 152); Centro-Oeste – 12% (18, de 152); Sudeste – 45% (68, de 152); Sul – 8% (12, de 152). Em sua maioria, os Pontões permanecem atuando diretamente com os pontos de cultura instalados e, nos exercícios 2012 e 2013, 39 pontões receberam apoio financeiro (pagamento de parcelas) para continuidade dos convênios firmados. Entre os Pontões apoiados no período, estão os Pontões diretamente conveniados com o MinC e Pontões conveniados com os entes parceiros através das Redes de Pontos de Cultura Municipais e Estaduais do Programa Cultura Viva.. Atualmente, os convênios firmados para as Redes do Programa Cultura Viva têm previsão de parceria com Pontões nos planos de trabalho. Em 2013, foram pactuados 12 (doze) Pontões para o estado de SP e 05 (cinco) para o município de SP. Está pendente, mas também previsto em plano de trabalho, edital para 05 (cinco) Pontões para o município do RJ e 01 (um) pontão para o estado de AL. Em 2014, a estratégia para cumprir essa meta é a inclusão, nos novos conveniamentos com estados e municípios a previsão de ações para contemplar, no mínimo, um pontão por estado. No caso dos Pontões em parceria direta com o MinC, a previsão é atender recortes de segmentos específicos, como indígenas, área rural, dentre outros. Há possibilidade de adequação do número previsto para a meta, em função dessa nova configuração..

meta 91 - Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios

Previsto	5.000	Executado	4.080	Atingimento da meta:	Será Atingida
-----------------	-------	------------------	-------	-----------------------------	---------------

Análise Situacional da meta

Desde a implantação do Programa Cultura Viva - PCV, a SCDC já fomentou o número de **4.080** pontos de cultura nos estados, municípios e no DF. Até o final de 2013, foram fomentados pontos de cultura em 1.010 municípios brasileiros, número que deverá ser ampliado com a execução dos convênios em curso e com a finalização do mapeamento realizado pela SCDC. Este número de municípios é relativo aos dados georreferenciados pelo Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, que indicam uma cobertura de 18,13% do total de 5.571 municípios brasileiros, com a seguinte distribuição por região: Norte – 18% (451, de 804); Nordeste – 23% (413, de 1.794); Centro-Oeste – 13% (60, de 467); Sudeste – 22% (364, de 1.668); Sul – 8% (93, de 1.191). Como o número de municípios alcançados está sendo consolidado, os dados aqui apresentados não representam ainda o universo total dos municípios alcançados. Com o redesenho e aperfeiçoamento do PCV, estudo realizado em parceria com o IPEA e finalizado em 2012, foi estabelecido que a fomento aos pontos de cultura não se dará somente por convênio, com um único valor de referência, mas com uma política de reconhecimento/chancela, e um conjunto de ações de fomento. O MinC vem construindo parcerias com governos estaduais, municipais, órgãos federais e universidades para o desenvolvimento do Programa com ações de capacitação e qualificação técnico-operacional, não apenas dos gestores das redes de pontos de cultura, mas de todos os agentes culturais do PCV. O novo formato das redes de pontos de cultura, estabelecido a partir de 2013, incorpora editais de premiação para chancela de novos pontos de cultura, favorecendo o acesso à política pública, e também editais para fomento à rede de pontos de cultura já reconhecida. Esse formato foi iniciado com a renovação/implantação das Redes de Pontos de Cultura do estado de São Paulo e do município de São Paulo, que juntos irão promover a continuidade de 201 pontos e o fomento de 185 novos pontos de cultura a partir do primeiro semestre de 2014, elevando para 4.080 o número total de pontos de cultura já fomentados pelo PCV e previstos nos planos de trabalho firmados. Cumpre destacar que em ambos os convênios, os entes federados parceiros aportam recursos de contrapartida superiores aos comumente praticados no programa, indicativo da absorção do Programa como uma Política Nacional, ampliando a perspectiva de cumprimento da presente meta. Ainda em 2014, serão realizadas renovações de redes estaduais e conveniamento de novas redes federativas. Ao fim, para maior clareza, sugere-se que a meta seja readequada a partir das definições apresentadas na Portaria MinC nº 118 de 30/12/2013, e que seja contabilizado o número de projetos de pontos de cultura fomentados pelo Programa, além do número de grupos e entidades chanceladas como pontos de cultura.

Informações sobre outros resultados da gestão

As tabelas e gráficos a seguir mostram o desempenho do Programa Cultura Viva, mensurados pelos seus Indicadores de Gestão: Tabelas 10 – Desempenho da execução orçamentária e financeira, estes dados devem ser observados considerando a Tabela 11 – Estratégia de Implantação do Programa Cultura Viva em sua linha do tempo); Tabela 12 – Desempenho do Programa Cultura Viva na Sociedade Civil; e Tabela 13 – Desempenho operacional (GDAC).

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

As tabelas e gráficos a seguir mostram o desempenho do Programa Cultura Viva, mensurados pelos seus Indicadores de Gestão: Tabelas 10 – Desempenho da execução orçamentária e financeira (estes dados devem ser observados considerando a Tabela 11 – Estratégia de Implantação do Programa Cultura Viva em sua linha do tempo); Tabela 12 – Desempenho do Programa Cultura Viva na Sociedade Civil; e Tabela 13 – Desempenho operacional (GDAC).

Tabela 12 – Estratégia de Implantação do Programa Cultura Viva em sua linha do tempo

PERÍODO	1ª ETAPA 2004-2006	2ª ETAPA 2007-2010	3ª ETAPA 2011-2012	4ª ETAPA 2013-2020
FOCO	FORMULAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA	EXPANSÃO FEDERATIVA	REESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO	CONSOLIDAÇÃO DO PCV COMO POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA –SNC

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">OBJETIVOS</p>	<p>Promoção da produção, da pesquisa, do registro e da difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, potencializando as iniciativas existentes nas comunidades;</p> <p>Criação de uma nova forma de atuação do MinC, considerando a participação social e a gestão compartilhada.</p> <p>Definição de focos específicos para os mecanismos de aporte de recursos além da Lei Rouanet (renúncia fiscal);</p> <p>Execução direto com a sociedade civil.</p> <p>Mobilização e articulação, da participação social e gestão compartilhada.</p>	<p>Realização da pactuação federativa, sob a égide do Programa Mais Cultura com a descentralização do Programa, resultando em forte expansão das redes estaduais de pontos de cultura;</p> <p>Ampliação da rede de parceiros federais, concretizando o Programa como transversal às mais diversas ações do Governo;</p> <p>Pactuação com órgãos de controle para acompanhamento, monitoramento, avaliação e qualificação do Programa ;</p> <p>Expansão de editais de prêmios como políticas de fomento em face do término do financiamento (etapa híbrida);</p> <p>Expansão da ação direta do MinC (Pontos e Pontões) com ações complementares às ações dos Pontos de Cultura (redes temáticas);</p> <p>Expansão da mobilização, articulação, participação social e gestão compartilhada;</p> <p>Aprovação do Plano Nacional de Cultura – PNC.</p>	<p>Redesenho do PCV considerando a junção dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural com impacto na estrutura de gestão do Programa e os resultados da avaliação do Programa.</p> <p>Definição da diversidade como matriz na promoção da cidadania;</p> <p>Planejamento de ações prioritárias e de saneamento de problemas para qualificar a gestão e honrar os compromissos assumidos;</p> <p>Ampliação da articulação da Rede Cultura Viva com outras redes convergentes;</p> <p>Aprovação da PEC do Sistema Nacional de Cultura.</p>	<p>Qualificação da pactuação federativa com a descentralização do Programa no marco do SNC e do PNC, e definição de critérios de expansão;</p> <p>Fortalecimento do Programa na lógica de consolidar o PCV como uma Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, governos estaduais, municipais, distrital e da sociedade civil.</p> <p>Retomada do crescimento da rede de pontos e pontões, rumo à meta de 15 mil pontos para 2020 (Meta 23 - PNC) com a estruturação de políticas setoriais para a diversidade;</p> <p>Mobilização e articulação das redes com a estruturação da participação social.</p>
---	--	--	---	--

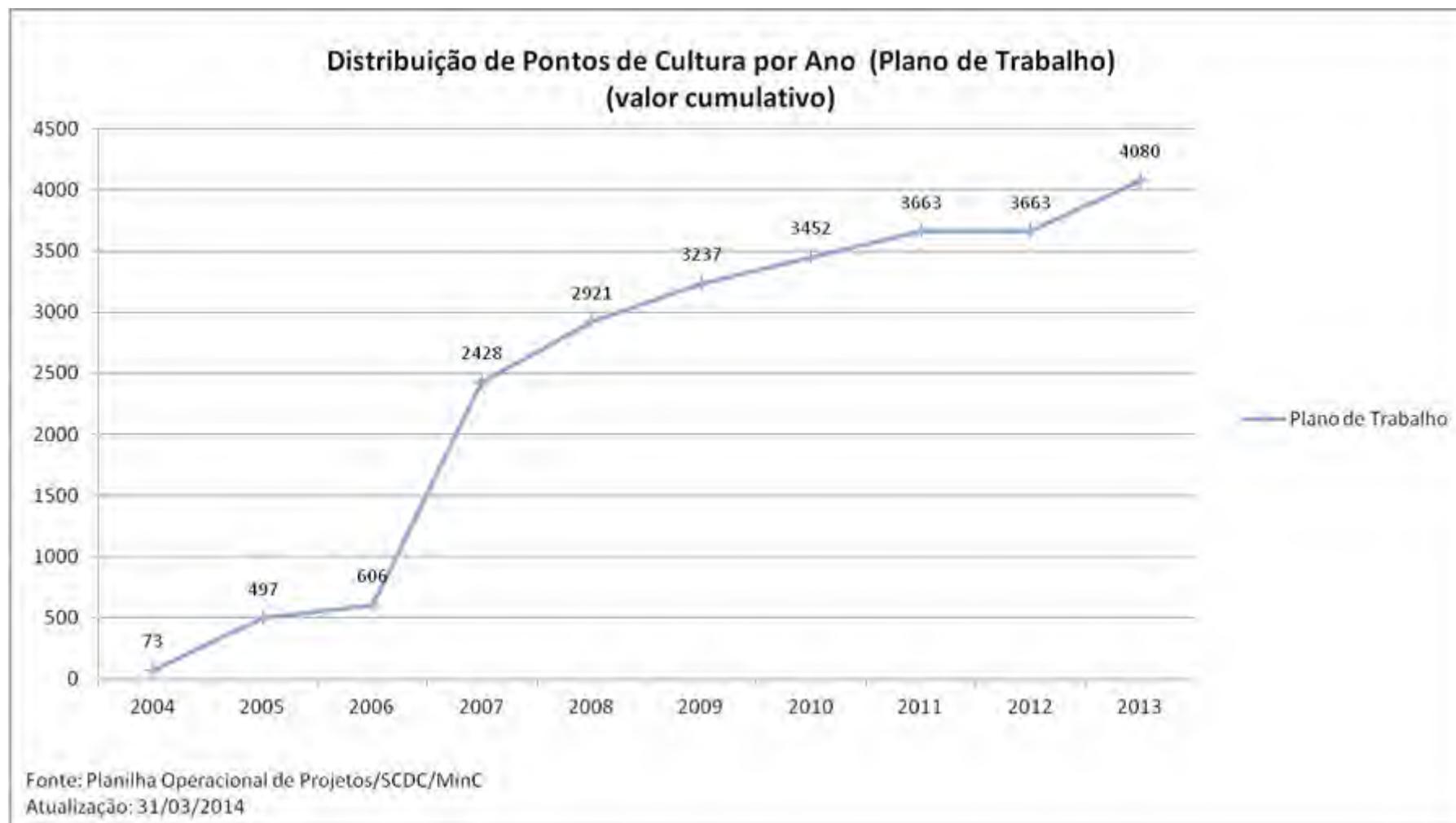


Gráfico 1 – Evolução de Pontos de Cultura por ano

O desenho da linha do tempo PCV foi de fundamental importância para análise de sua evolução, dando mais clareza aos erros e acertos ocorridos ao longo dos anos e possibilitando melhorias quer seja nos conceitos, na governança, no aprimoramento dos instrumentos ou nos avanços na construção de novos marcos legais.

A) Indicadores

Tabelas 13 – Indicadores de Gestão: Desempenho da Execução Orçamentária e Financeira

Evolução Orçamentária e Financeira em R\$ SCDC 2004 - 2013

Ano de Execução	Dotação Inicial	Limite Autorizado	Empenhado	Pago	RP Inscrito	RP Pago	RP Cancelado
2004	16.160.000,00	16.160.000,00	4.073.733,28	1.324.192,06	0,00	0,00	0,00
2005	67.845.311,00	67.845.311,00	53.822.384,00	28.923.190,37	2.749.541,22	1.291.997,35	1.457.543,87
2006	49.910.801,00	49.910.801,00	45.621.413,32	16.897.585,22	24.899.193,63	19.658.213,27	5.023.445,83
2007	148.585.301,00	148.585.301,00	126.550.088,32	12.015.080,10	28.940.749,63	12.606.625,30	2.444.101,25
2008	120.362.722,00	120.362.722,00	119.713.542,12	23.983.903,11	121.418.500,98	97.264.726,06	4.187.653,89
2009	139.993.000,00	139.993.000,00	119.547.736,62	36.002.160,46	122.702.903,36	75.099.851,89	15.078.189,94
2010	216.114.705,00	127.191.657,00	107.876.527,62	14.436.324,60	116.070.437,69	36.633.984,54	5.711.711,15
2011	99.000.000,00	79.000.000,00	78.533.308,45	12.247.842,72	167.164.945,02	57.807.470,83	74.427.815,42
2012	113.624.780,00	81.570.445,00	69.690.474,31	34.002.678,99	101.215.124,50	54.234.792,08	11.566.725,48
2013	66.499.764,00	59.514.252,84	59.514.252,84	21.644.784,04	77.412.245,87	38.469.685,15	16.962.079,40
Total Geral	1.037.621.889,75	896.644.506,75	743.096.329,80	183.099.536,51	77.412.245,87	379.760.779,09	121.323.647,63

Evolução Orçamentária e Financeira em % SCDC 2004 - 2013

Ano de Execução	Limite Autorizado*	Empenhado sobre limite	Pago sobre empenhado	RP Pago	RP Cancelado
2004	100,00%	25,21%	32,51%	-	-

2005	100,00%	79,33%	53,74%	46,99%	53,01%
2006	100,00%	91,41%	37,04%	78,95%	20,18%
2007	100,00%	85,17%	9,49%	43,56%	8,45%
2008	100,00%	99,46%	20,03%	80,11%	3,45%
2009	100,00%	85,40%	30,12%	61,20%	12,29%
2010	58,85%	84,81%	13,38%	31,56%	4,92%
2011	79,80%	99,41%	15,60%	34,58%	44,52%
2012	71,79%	85,44%	48,79%	53,58%	11,43%
2013	89,50%	100,00%	36,37%	49,69%	21,91%
Total Geral	86,41%	82,88%	24,64%	-	-



Gráfico 2 – Evolução da Execução Orçamentária LOA

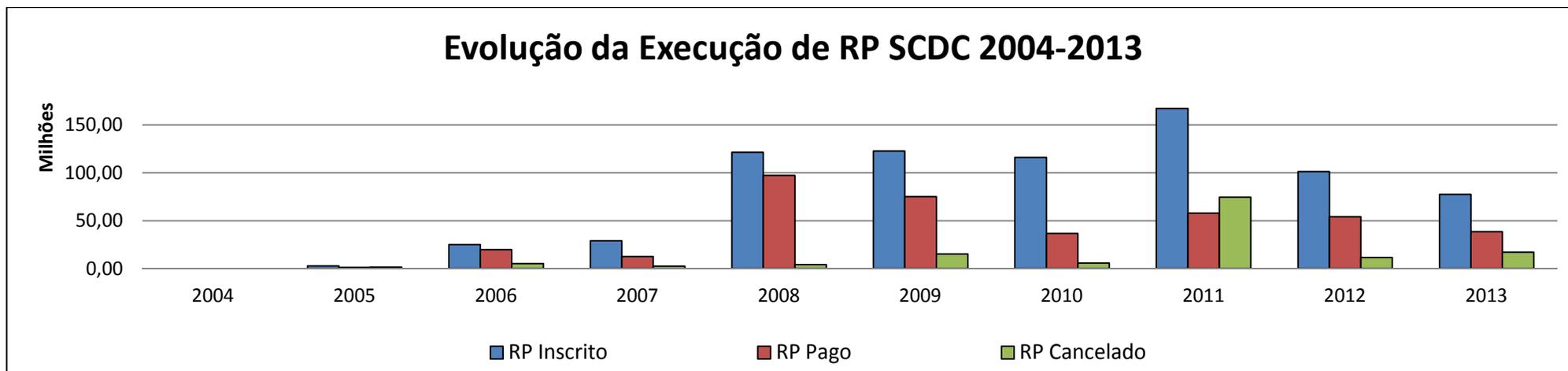


Gráfico 3 – Evolução da Execução de RP

Entregue em dezembro de 2012, o relatório final da parceria com o IPEA para aperfeiçoamento do Programa Cultura Viva, intitulada “Redesenho do Programa Cultura Viva”, disponível no endereço: <http://fs10n2.sendspace.com/dl/2d4df0683fe497280ca6525b95c0e691/5159daca762e9fd7/n277a4/ipea-redesenho.pdf>, propõe os seguintes indicadores para acompanhamento do desempenho do Programa.

Tabela 14 – Indicadores de Gestão – Resultados Estratégicos do PCV

(i)	Indicador de esforço	Nº de pessoas que trabalham permanentemente no ponto; Nº de voluntários; Nº de remunerados; Frequentadores habituais dos pontos; Frequentadores habituais ligados à comunidade; Frequentadores esporádicos.
(ii)	Indicador de infraestrutura	No de espaços em situação precária.
(iii)	Indicador de acessibilidade	No de pontos com problemas de acesso ao público em geral; No de pontos com problemas de acesso ao portador de necessidades especiais.
(iv)	Indicador de sustentabilidade	Nº de pontos cuja principal fonte de recursos é o MinC; No de pontos com outros parceiros financeiros; No de pontos que mantêm relação estável com outras instituições; No de pontos com atraso de repasse; Tempo de atuação (superior a cinco anos entre respondentes).
(v)	Indicador de participação	No de pontos com planejamento; No de pontos com participação da comunidade no planejamento.
(vi)	Indicador de inclusão econômica	No de pontos que geram renda para os participantes.

As parcerias com o Ipea para avaliação do Programa possibilitaram verificar o positivo impacto sociocultural do Programa. Há necessidade de melhor apropriação dos resultados alcançados e para tal faz-se necessário a qualificação dos dados e sua análise por meio de indicadores. Em face da insuficiência de sistemas corporativos que deem suporte à atividade de monitoramento do conjunto das redes pontos de cultura já conveniadas com o MinC ou com os Entes Federados, foram enviados, no decorrer do exercício de 2013, questionários a todas as redes estaduais e municipais com o objetivo de coletar os dados necessários para a avaliação do Programa. Nos novos convênios do Programa, o uso de sistemas de informação e comunicação está previsto, bem como um fluxo regular de dados possibilitando a apropriação dos resultados e o acesso público as informações, produtos e serviços realizados. Também está em curso parcerias com a UnB para o desenvolvimento de metodologias nesse sentido.

Tabela 15 - Demonstrativo de retorno de questionários enviados

Dados	Qtde	%
Enviaram questionário ou alguma resposta na 1ª tentativa completa	12	20,3
Enviaram questionário na 1ª tentativa incompleto	3	5,1
Enviaram questionário na 2ª tentativa completo	14	23,7
Enviaram questionário na 2ª tentativa incompleto	1	1,7
Pediram prorrogação e não enviaram questionário	4	6,8
Não enviaram nenhum tipo de resposta oficial	25	42,4
Total	59	100,0

Tabela 16 – Indicadores de Gestão – Desempenho Operacional

Meta Institucional	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta a atingir no exercício de 2013	Prazo	Resultados
Instrumentos do Programa Cultura Viva ajustados	Implementação do Redesenho do Programa Cultura Viva	Protocolo de Intenções elaborado e Portaria de Implementação do Programa publicada = 100%; Protocolo de Intenções não elaborado ou Portaria de Implementações do Programa não publicada = 0%	100%	Dez/2013	Portaria Encaminhada para Análise jurídica. Será publicada no prazo. Meta Cumprida.
	Caderno com as diretrizes e conceitos do Programa publicado	Caderno disponibilizado no site e distribuído a todas as unidades da federação =100%. Caderno não disponibilizado no site ou não distribuído a todas as unidades da federação = 0%.	100%	Dez/2013	Documento Base PCV em fase final de revisão para publicação o site. Será publicado no prazo. Meta cumprida.
Informação de Gestão Compartilhada	Acervo de processos digitalizado	Razão (A/B), sendo: (A) o número de processos digitalizados e, (B) o total dos processos sob a responsabilidade da unidade.	50%	Dez/2013	Dos 2630 processos previstos para serem digitalizados em 2013, 38 processos vigentes e em tramitação, ficaram de fora do acordado em contrato junto à gráfica Brasil. Meta cumprida
Operações de Controle de Processos Efetivadas	Quantitativo de atividades/atendimentos produzidos pela Coordenação Geral de Acompanhamento e	Realização de 2.000 atividades (atendimentos técnicos de Acompanhamento e Fiscalização).	100%	Dez/2013	Meta ultrapassada. Percentual apurado: 110% Quantidade apurada: 2.189

	Fiscalização				
--	--------------	--	--	--	--

B) Realizações da Unidade Jurisdicionada – UJ

O ano de 2012 foi pautado pela necessidade de estruturação e instalação da nova Secretaria e do reordenamento orçamentário/ financeiro iniciado em 2011; já o ano de 2013, além da continuidade destas pautas, avançou nos ajustes conceituais, normativos e operacionais do PCV, construídos em conjunto com gestores públicos de cultura, sociedade civil, órgãos de controle, e parceiros, com o objetivo de dar maior efetividade à gestão compartilhada.

O ano foi produtor nos diálogos e pactuações realizados em todas as regiões do país, em reuniões com gestores, fóruns, teias, conferências de cultura realizadas por estados e municípios, conferências livres temáticas e de pontos de cultura realizadas pela SCDC e parceiros – etapa fundamental para avaliação das dificuldades e avanços, bem como no compartilhamento de soluções para o Programa, contextualizadas pelo processo de redesenho do PCV.

Seguem listadas abaixo as realizações da SCDC no exercício, relacionadas ao desenvolvimento do Programa Cultura Viva e sua interface com o antigo Programa Brasil Plural, à sua atuação federativa e articulação internacional, visando a promoção da diversidade e o exercício da cidadania cultural. As ações foram agrupadas em 4 categorias, compostas pelas 3 prioridades de atuação da SCDC, e pelas ações de cooperação no campo Internacional.

1. Fortalecer o Programa Cultura Viva (PCV) como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

- Fomento à Rede Nacional de Pontos de Cultura e qualificação das parcerias com gestores dos 56 convênios de redes, presentes em 25 Estados e DF, 44 redes municipais e 02 redes intermunicipais, para o aperfeiçoamento da gestão, efetivação dos editais e pactuação da continuidade do PCV ; resultando na ampliação da rede fomentada que alcançou a marca 4080 pontos de cultura, atingindo todos os estados e o DF e localizados em mais de mil municípios brasileiros.
- Celebração de novo convênio para implementação da Rede Municipal de Pontos de Cultura do Município de SP com aporte de recursos municipais superior aos recursos federais, e renovação do convênio para a Rede Estadual de Pontos de Cultura de São Paulo; com aumento da contrapartida, que era de 33% no primeiro convênio, para 42%;
- Articulação federativa com a divulgação do Programa Cultura Viva e atendimento no Encontro Nacional de Prefeitos; e debates em reunião do Fórum de Secretários e Dirigentes estaduais de Cultura e do Fórum dos Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas;
- Fortalecimento da articulação com Sistema MinC, para o alinhamento e maior integração das ações destinadas à sociedade civil - em especial pontos de memória, pontos de leitura, cineclubes, grupos com salvaguarda de patrimônio imaterial, microprojetos - visando a consolidação do Programa Cultura Viva como elo essencial da política de base comunitária do SNC;

- Consolidação de uma rede de parceiros fortalecendo o componente da cultura no conjunto das políticas públicas de responsabilidade da SEPIR, SDH, SPM, FUNAI, INCRA, MS, MJ, SG/PR, SAI/PR, SNJ, EMBRAPA, entre outras, ampliando a interface com o Programa Cultura Viva e as Rede de Pontos de Cultura;

- Participação em comissões, grupos de trabalho conselhos nacionais de políticas setoriais estratégicas para a atuação transversal do PCV (mulher, LGBT, criança e adolescente, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, proteção dos conhecimentos tradicionais dentre outros);

2. Qualificar a gestão compartilhada com ações de comunicação, mobilização, fomento e maior institucionalidade da participação social e articulação das redes sociais;

- Realização de reuniões com gestores estaduais, municipais, parceiros e redes de pontos de cultura; de fóruns e teias estaduais para a articulação da teia nacional; de ações para o alinhamento do Programa Cultura Viva às diretrizes do processo de redesenho realizado, ao Plano Nacional de Cultura – PNC e ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;

- Articulações no MinC e com a sociedade civil para renovação dos Colegiados Setoriais de Culturas Indígenas e de culturas populares, com estímulo a participação da rede de pontos no conjunto dos colegiados e no Conselho Nacional de Política Cultural;

- Divulgação dos Planos Setoriais de Culturas Indígenas e de Culturas Populares e estruturação de GTs para revisão e definição das metas;

- Ações de valorização e fomento para culturas populares, culturas dos povos indígenas, e de outros povos e comunidades tradicionais:

- Povos indígenas:

- parceria com organizações da sociedade civil e universidades, para a ampliação da Rede de Pontos de Cultura Indígena;
- Encontro Cultura Viva de Povos e Comunidades Tradicionais – Alto Paraíso/GO;
- Projeto Séculos Indígenas no Brasil – exposição, formação de educadores e publicação de acervo didático para subsídio do ensino acerca da história indígena no Brasil em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB;
- Parceria na realização na 4ª edição Prêmio de Culturas Indígenas – Premiação de 100 (cem) comunidades;
- Apoio à realização da “Feira de Sementes Krahô” e dos “Jogos Indígenas – 2013”, em parceria com Ministério dos Esportes – Cuiabá/MT;

- Culturas Populares:

- Realização das etapas de inscrição, habilitação, seleção, homologação do resultado final e empenho dos recursos do “Prêmio Culturas Populares – Edição 100 anos de Mazzaropi: A Cultura Popular no Cinema”;
- Parceria na Realização do Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, em São Paulo (SP), em outubro 2013;

- Povos e Comunidades Tradicionais / População Rural:

- Realização de encontros: “Brasil Cigano”; e “Aldeia Multiétnica”; em parceria com a SEPIR, MDA, SG/PR e Ministério dos Esportes;

- Celebração de convênio para realização do projeto “Terreiros Ciganos”, voltado para o registro de grupos e comunidades tradicionais;
- Apoio ao projeto “Arte e Cultura na Reforma Agrária”, em parceria com INCRA/CE;
- Fortalecimento da pauta da acessibilidade com a criação do GT de Acessibilidade Cultural do Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência/SDH - Portaria nº 3, publicada em 19/09/2013,: a realização Seminário e curso de especialização em Acessibilidade Cultural, em parceria com a UFRJ; a Audiência Pública pelo Dia temático do Teatro Acessível, Arte, Prazer e Direitos e Campanha ao Teatro Acessível e participação na criação do Dia temático do Teatro Acessível, Arte, Prazer e Direitos e Campanha ao Teatro Acessível;
- Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT, com participação interministerial e sociedade civil - Portaria, nº 53, publicada em 19/06/2013, e tratativas para realização do 1º Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT ;
- Fomento à Rede Saúde e Cultura: promoção da cultura como determinante social da saúde e integração com a rede cultura viva com a renovação da parceria com a Fiocruz/MS,
- Construção da política de cidadania e diversidade com o fortalecimento da participação social da rede de pontos de culturas e das redes e segmentos da diversidade por meio da realização de oficinas, conferências e reuniões, com destaque para:
 - Oficina de Formação Política/Convenção 169 para Jovens Indígenas – Brasília/DF – 02 a 05/04
 - Conferência Livre de Acessibilidade Cultural – Rio de Janeiro/RJ – 16 a 18/04
 - Conferência Livre de Cultura Cigana – Brasília/DF - 20 a 24/05
 - Conferência Livre de Culturas Indígenas – Alto Paraíso/GO - 04 a 7/06
 - Conferência Livre de Cultura Quilombola – Alto Paraíso/GO - 04 a 07/06
 - Conferência Livre LGBT – Brasília/DF - 05/10
 - Conferência Livre de Cultura de Paz – São Paulo/SP - 19 a 21/09
 - Conferência Livre de Pontos de Cultura do Amazonas - 11 a 14/09
 - Conferência Livre de Pontos de Cultura de Minas Gerais - 23 a 24/09
 - Conferência Livre de Pontos de Cultura de São Paulo - 08 a 11/08
 - Conferência Livre de Pontos de Cultura de Mato Grosso do Sul – 11 a 13/07
 - Conferência Livre de Pontos de Cultura de Santa Catarina – 17 a 19/09
 - Conferência Livre de Culturas Populares e Tradicionais – São Paulo/SP 01 a 06/10
 - Encontro e criação de Rede de Gestores das Redes Municipais, Intermunicipais, Estaduais e Distrital de Pontos de Cultura – 25 e 26/02
 - Encontros GT Teia – Encontros entre a SCDC e representantes dos Pontos de Cultura para elaboração do Projeto da Teia Nacional da Diversidade – Brasília/DF – março e julho/2013
 - Encontro de Gestores e Procuradores Estaduais e Municipais das Redes de Pontos de Cultura, AGU, AECI e SCDC 06 e 07/05
 - Encontros da CNPdc – Comissão Nacional de Pontos de Cultura - Brasília-DF/Abril e São Paulo-SP/Outubro – BSB 18 a 20/04 e SP 01 a 03/10
- Realização de 12 Teias e Fóruns de Pontos de Cultura Estaduais para avaliação do PCV e eleição das delegações estaduais para a TEIA Nacional da diversidade, em Natal/RN – 2014:
 - Teia Regional Centro-Oeste – Campo Grande-MS -Julho
 - Teia São Paulo-SP 08 a 11 de agosto

- Teia Goiânia-GO 23 a 25 de agosto
 - Teia Manaus-AM 11 a 14 de setembro
 - Teia Florianópolis-SC 17 a 19 de setembro
 - Teia Belo Horizonte- MG 23 a 24 de Setembro
 - Teia Boa Vista-RR 31 de outubro
 - Teia Palmas-TO - 22 e 23 de novembro
 - Teia Cuiabá-MT - 22 e 23 de novembro
 - Teia Nova Friburgo-RJ 05 a 08 de dezembro
 - Teia Porto Alegre-RS 12 a 14 de dezembro
 - Teia Natal-RN 13 a 15 de dezembro
- Divulgação de agenda e notícias e ações na mídia com informações das realizações do PCV, com estruturação de novo site na web para o PCV e SCDC,
 - 288 atendimentos ao cidadão: 161 ouvidorias, 56 solicitações da sociedade civil, instituições e órgãos governamentais, e 71 SIC (Serviço de Informação ao Cidadão);

3. Dar maior efetividade ao Programa Cultura Viva com a modernização da gestão institucional.

- **Elaboração de Normativos:**
 - Nova Portaria do PCV: Portaria Nº 118, DE 30/12/2013, publicada no DOU em 31/12/2013;
 - Documento base com diagnóstico, diretrizes e critérios para subsidiar os convênios federativos do Programa Cultura Viva com base no processo de Redesenho, PNC, o PPA, os Planos Setoriais e o alinhamento ao SNC;
 - Adequação do modelo de Termo de Convênio para as Redes Federativas do PCV, com melhor definição de objeto e responsabilidades das partes;
 - Nova Minuta de Edital de Seleção de Pontos de Cultura, incorporando mecanismos inovadores criados em alguns estados/municípios, e adequando à legislação vigente, bem como às novas recomendações dos órgãos de controle, incluindo melhor definição dos critérios de seleção dos Pontos de Cultura;
- **Ampliação e qualificação dos instrumentos de pactuação federativos e com a sociedade civil:**
 - Ampliação dos instrumentos e mecanismos de reconhecimento e fomento para além do convênio, incluindo editais de Prêmios, instrumentos jurídicos previstos em legislações específicas de estados e municípios para efetivação de parcerias com a sociedade civil, e outros instrumentos legais instituídos;
 - Qualificação dos Planos de Trabalho dos convênios com Redes Estaduais e Municipais, considerando diagnóstico, critérios de expansão, possibilidade de premiações, bolsas, capacitação, articulação e mobilização das redes;
 - Estudo e proposição de novos marcos legais : participação em audiências públicas dos Projetos Lei dos Mestres e Mestras, Cultura Viva e novo Marco Legal para OSCs com apresentação de contribuições do sistema MinC;
 - Estudo inicial sobre a chancela institucional do PCV aos Pontos de Cultura;

- **Gestão de Informações**
 - Estruturação e revisão da nova base de dados de gestão de projetos do Programa Cultura Viva e do Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, com atualização e consolidação da Lista Sistematizada dos Pontos de Cultura por meio de requerimento de informações aos entes parceiros (questionários dos PC);
 - Articulação de parcerias internas para adequação de sistemas de gestão e informação aos conteúdos e ações do Programa Cultura Viva (Siconv, Salic, SiminC, SNIIC);
- **Acompanhamento e Fiscalização**
 - Elaboração de Plano de Acompanhamento e Fiscalização junto ao TCU e CGU,
 - Realização sistemática de visitas às redes e pontos de cultura implementados visando maior efetividade no acompanhamento e gestão dos convênios e projetos, com realização de oficinas de capacitação para gestores públicos e gestores de entidades culturais;
 - Participação na Comissão de Análise do Passivo de Prestação de Contas do MinC e efetivação de plano de providências afins às auditorias;

4. Ações de Cooperação Internacional

- Apresentação e diálogos sobre o Programa Cultura Viva em reuniões e encontros internacionais, com destaque para:
 - Participação no 1º Congresso de Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, Bolívia, de 16 a 20/05/2013;
 - Ações de intercâmbio internacional com o programa Pontos de Cultura, da Argentina, incluindo participação no II Encuentro de Pontos de Cultura de Argentina (13 e 17/06 de 2013);
 - Avanço das negociações para projeto de intercâmbio entre os pontos de cultura dos países latino-americanos;
 - Parceria com a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), para revisão substantiva do PRODOC/UNESCO/MinC – Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil, no âmbito do qual serão licitadas consultorias para elaboração dos projetos de capacitação de Agentes de Cultura, de planos de ampliação da rede de Pontos de Cultura e de propostas de intercâmbio entre Pontos de Cultura do Brasil e de outros países, entre outras iniciativas;
- Outras ações de cooperação internacional na construção da Política de Cidadania e Diversidade Cultural:
 - Realização do Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento Sustentável - Brasília/DF de responsabilidade da SCDC na parceria Diálogos com a União Européia (MPOG – 21 e 22/05 de 2013);
 - Participação na Conferência das Partes da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em Paris/FR, de 08/06/2013 a 15/06/2013;
 - Participação no Programa de Cooperação Multilateral “Iber-rutas”, da Organização dos Estados Iberoamericanos, OEI, que reúne dez países, sob a coordenação da Argentina, em torno da temática das migrações;
 - Representação Brasil no IV Congresso Argentino de Cultura Buenos Aires – Argentina - 27/06/2013 a 01/06/2013

- Representação Brasil na Reunião de Ministros da Cultura no Conselho SulAmericano da Unasul em Lima Peru 24 e 26/6 /2013, com aprovação da linha de trabalho.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Análise Crítica:</p> <p>Com foco no fortalecimento do Programa Cultura Viva – PCV, como a principal política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura – SNC e diante dos problemas apontados tanto nos relatórios de avaliação do PCV, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, quanto nas visitas técnicas de fiscalização realizadas pela Secretaria, e ainda, com base nos apontamentos e recomendações dos órgãos de controle interno e externo, a gestão seguiu, a exemplo de 2012, avançando na implementação de fluxos, padronização de documentos e processos. As realizações e execução foram todas incorporadas como rotina de alimentação do site, divulgação na mídia, garantindo maior transparência nas informações, possibilitando o acompanhamento da execução do PCV constantemente.</p> <p>Neste sentido, entende-se que a reordenação do Programa e conseqüentemente da SCDC, vem num processo crescente de aperfeiçoamento dos controles internos, sendo que o perfil da alta administração da UJ é determinante para que isto aconteça. Um exemplo disto está no planejamento da unidade que tem como uma de suas prioridades “<i>Dar maior efetividade ao Programa Cultura Viva com a Modernização da Gestão Institucional</i>”, (Meta 3.1) e indiretamente. O entendimento, no âmbito da Secretaria (dirigentes e equipes) é de que não há possibilidade de avanços na implementação do PCV se os controles internos não forem a base da construção da sua gestão.</p> <p>Os riscos e os processos críticos são conhecidos por todos e estão incorporados na operação diária, como regras para eliminá-los e/ou minimizá-los, mas ainda continuam pendentes medidas a serem adotadas que não estão sob a governabilidade da Secretaria. Dizem respeito à tecnologia da informação, sobretudo na inadequabilidade de alguns sistemas institucionais que não abrangem a complexidade do Programa Cultura Viva para que possam dar maior consistência à operacionalização dos procedimentos da Secretaria e subsidiar a tomada de decisões com informações precisas e margem de erro tendente a zero.</p>					

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

4.1 Execução das despesas

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

MOVIMENTAÇÃO DENTRO DE MESMA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES JURISDICIONADAS DISTINTAS						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	420029	343026	42101.13.392.2027.20ZF			235.900,00
	420029	423002	42101.13.392.2027.20ZF			500.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	420029	340029	42101.13.392.2027.20ZF			2.060.800,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	420029	340029	42101.13.392.2027.20ZF	949.200,00		
Recebidos						

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebido		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	420029	152711	42101.13.392.2027.20ZF			3.000.000,00
	420029	153031	42101.13.392.2027.20ZF			439.342,34
	420029	153052	42101.13.392.2027.20ZF			73.000,00
	420029	153065	42101.13.392.2027.20ZF			200.000,00
	420029	153079	42101.13.392.2027.20ZF			603.840,00
	420029	153115	42101.13.392.2027.20ZF			545.117,00
	420029	153277	42101.13.392.2027.20ZF			100.000,00
	420029	154040	42101.13.392.2027.20ZF			349.999,59
	420029	158313	42101.13.392.2027.20ZF			157.922,99
	420029	254420	42101.13.392.2027.20ZF			1.500.000,00
	420029	364102	42101.13.392.2027.20ZF			1.000.000,00
	420029	154040	42101.13.392.2027.20ZG			444.553,00
	Recebidos					
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	420029	154042	42101.13.392.2027.20ZF	740.000,00		
Recebidos						

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério da Cultura	Código UO: 42101		UGO: 420029	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.573.586,75	125.489,71	1.573.586,75	125.489,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.573.586,75	125.489,71	1.573.586,75	125.489,71
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	2.688.585,80	93.650,12	2.688.585,80	93.650,12
h) Dispensa	2.597.646,80	93.650,12	2.597.646,80	93.650,12
i) Inexigibilidade	90.939,00		90.939,00	
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	239.485,14	198.318,87	239.485,14	198.318,87
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	239.485,14	198.318,87	239.485,14	198.318,87
5. Outros	13.915.259,35	6.307.401,30	13.915.259,35	6.307.401,30
6. Total (1+2+3+4+5)	18.416.917,04	6.724.860,00	18.416.917,04	6.724.860,00

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Cultura	Código UO: 42902		UGO: 340029	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	91.855,49	-	91.855,49
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão		91.855,49		91.855,49
e) Concurso				

f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	-	100.620,00	-	100.620,00
h) Dispensa		43.620,00		43.620,00
i) Inexigibilidade		57.000,00		57.000,00
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	3.200.000,00	23.578.786,50	3.200.000,00	23.578.786,50
6. Total (1+2+3+4+5)	3.200.000,00	23.771.261,99	3.200.000,00	23.771.261,99

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Cultura	Código UO: 42902		UGO: 340029	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.049.524,47	125.489,71	1.049.524,47	125.489,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.049.524,47	125.489,71	1.049.524,47	125.489,71
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	-	76.650,12	-	76.650,12
h) Dispensa		76.650,12		76.650,12
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	239.485,14	198.318,87	239.485,14	198.318,87
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	239.485,14	198.318,87	239.485,14	198.318,87
5. Outros	10.978.115,35	6.307.401,30	10.978.115,35	6.307.401,30
6. Total (1+2+3+4+5)	12.267.124,96	6.707.860,00	12.267.124,96	6.707.860,00

Unidade Orçamentária: Ministério da Cultura	Código UO: 42101		UGO: 420029	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	-	-	-	-
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				

	-	-	-	-
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	3.200.000,00	20.937.152,00	3.200.000,00	20.937.152,00
6. Total (1+2+3+4+5)	3.200.000,00	20.937.152,00	3.200.000,00	20.937.152,00

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério da Cultura		Código UO: 42101				UGO: 420029			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<i>1. Despesas de Pessoal</i>									
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>									
41 - Contribuições	22.326.368,65	13.905.000,00	8.570.191,89	4.230.000,00	25.522.697,19	26.639.672,28	14.374.838,32	12.236.617,61	
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	9.049.818,69	1.853.260,00	4.425.876,40	17.800,00	1.955.460,00	4.668.799,57	6.230.486,22	3.742.524,17	
31 - Premiações culturais, artísticas, científicas	5.051.430,56	2.003.000,00	80.000,00	1.580.300,00	420.000,00	4.486.119,00	500.000,00	5.330.819,00	
Demais elementos do grupo	2.007.835,48	625.374,17	1.772.925,29	456.760,00	188.047,99	673.743,47	1.793.124,42	795.261,12	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		

4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
42 - Auxílios - Fundo a Fundo	4.231.942,67	3.565.000,00	2.195.866,67	440.000,00	4.400.718,49	5.009.218,49	3.339.338,80	2.315.500,00
52 - Equipamento e material permanente	740.000,00	-	740.000,00	-	-	-	740.000,00	-
41 - Contribuições	632.056,79	-	632.056,79	-	31.760,51	1.844.059,98	663.817,30	1.772.401,47
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Cultura		Código UO: 42902				UGO: 340029			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									

2. Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3. Outras Despesas Correntes								
41 - Contribuições	9.845.090,00	29.585.196,14	2.400.000,00	16.254.152,00	17.268.994,74	31.838.869,02	12.403.988,74	36.814.811,40
20 - Auxílio financeiro a pesquisadores	-	-	-	-	2.427.209,75	3.075.000,00	1.317.500,00	647.790,25
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	-	149.677,89	-	111.975,49	1.001.038,47	5.468.224,02	134.702,40	4.300.463,28
Demais elementos do grupo	-	2.722.884,50	-	2.722.134,50	1.001.059,66	8.749.638,15	380.078,06	6.604.575,50
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
42 - Auxílios - Fundo a Fundo	4.800.000,00	8.254.425,25	-	4.640.000,00	4.507.167,25	9.014.326,50	1.950.425,25	11.637.994,00
41 - Contribuições	800.000,00	95.953,36	800.000,00	43.000,00	491.106,38	828.031,20	1.181.840,38	351.718,70
52 - Equipamento e material permanente	-	-	-	-	-	24.931,58	-	24.931,58
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6. Amortização da Dívida								

<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados **Diretamente pela UJ**

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Ministério da Cultura		Código UO: 42101				UGO: 420029			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal									
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3. Outras Despesas Correntes									
41 - Contribuições	21.826.368,65	13.905.000,00	8.070.191,89	4.230.000,00	12.584.063,88	13.084.323,67	13.507.433,97	11.619.902,31	
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	5.051.430,56	2.003.000,00	80.000,00	1.580.300,00	420.000,00	4.486.119,00	500.000,00	5.330.819,00	
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.736.494,11	1.230.260,00	698.596,90	800,00	1.299.460,00	907.782,48	1.897.206,72	44.507,11	
Demais elementos do grupo	671.485,14	625.374,17	590.412,71	456.760,00	168.614,17	49.135,83	610.611,84	456.760,00	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos									
42 - Auxílios - Fundo a Fundo	4.231.942,67	3.565.000,00	2.195.866,67	440.000,00	3.250.000,00	3.858.500,00	3.339.338,80	2.315.500,00	
41 - Contribuições									

	632.056,79	-	632.056,79	-	31.760,51	1.844.059,98	663.817,30	1.772.401,47
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Unidade Orçamentária: Fundo Nacional de Cultura		Código UO: 42902				UGO: 340029			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									

<i>Demais elementos do grupo</i>								
3. Outras Despesas Correntes								
41 - Contribuições	9.845.090,00	29.585.196,14	2.400.000,00	16.254.152,00	16.466.824,74	28.948.448,02	11.601.818,74	35.720.885,40
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas	-	-	-	-	-	7.598.070,62	-	3.809.481,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	-	-	-	-	379.839,00	528.384,20	-	6.960,00
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	75.465,87	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
42 - Auxílios - Fundo a Fundo	4.800.000,00	8.254.425,25	-	4.640.000,00	4.507.167,25	9.014.326,50	1.950.425,25	11.637.994,00
41 - Contribuições	800.000,00	95.953,36	800.000,00	43.000,00	451.106,38	463.672,50	1.141.840,38	62.360,00
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
6. Amortização da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A descrição dos campos do quadro a seguir tem como referência as mesmas descrições do Quadro A.4.1.3.1

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros				
6. Total (1+2+3+4+5)				

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Em 2013, a SCDC iniciou seu exercício com uma Dotação Inicial de R\$ 51,5 milhões para a Administração Direta e de R\$ 14,9 milhões para o Fundo Nacional de Cultura (projetos aprovados pela CFNC em sua primeira reunião), totalizando um orçamento previsto de R\$ 66,4 milhões. Esse valor é acrescido em sua execução de R\$ 77,4 milhões oriundos de restos a pagar de empenhos efetivados em anos anteriores, o que implica na operação total de R\$ 143,8 milhões. No início do segundo semestre foi aplicado um contingenciamento de 37% sobre sua dotação, reduzindo seu orçamento total para R\$ 52,4 milhões, o que gerou a necessidade de uma reprogramação orçamentária e a realização de novas articulações para otimizar seu orçamento e alcançar seus objetivos institucionais.

A execução orçamentária e financeira de 2013 representa um dos melhores desempenhos da série histórica do Programa Cultura Viva, iniciado em 2004. A SCDC alcançou a marca de 100% de execução orçamentária sobre o limite final autorizado. O exercício foi encerrado com 46% de execução financeira sobre o montante empenhado. A expectativa era superior ao exercício de 2012, com 75% de pagamentos, entretanto, houve insuficiência de recursos financeiros disponibilizados ao Ministério da Cultura. A consequência foi a inscrição de R\$ 17 milhões em resto a pagar de projetos 2013, dentre eles estão o convênio com o estado de São Paulo e os premiados do Edital de Culturas Populares Edição 100 anos de Mazzaropi.

Ao final do exercício 2013 e considerando os cortes orçamentários e financeiros aplicados ao sistema MinC, a SCDC formalizou, junto a Secretaria Executiva, pleito para recomposição orçamentária, tendo como base a execução e a necessidade de créditos orçamentários para compromissos firmados, o limite foi acrescido em 13%, representando um aumento no valor de R\$ 7,2 milhões, finalizando o exercício com uma execução total de R\$ 59,7 milhões que corresponde a 113% de execução sobre o limite autorizado após o contingenciamento.

Cabe ressaltar para o exercício 2012, que houve um esforço conjunto de todo o sistema MinC a fim de reduzir o volume inscrito de restos a pagar no exercício seguinte, tal orientação comprometeu a taxa final de execução orçamentária da SCDC e do próprio Ministério da Cultura como um todo, impactando na programação orçamentária para o exercício 2013.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	12.718.696,96	12.600.274,96	0,00	118.422,00
2011	216.787,34	94.287,34	30.000,00	92.500,00
2010	4.497.739,64	2.099.400,00	479.700,00	1.918.639,64
2009	353.008,00	282.500,00	0,00	70.508,00
2007	145.895,00	0,00	70.000,00	75.895,00
2006	164.858,50	0,00	35.000,00	129.858,50
2005	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	25.975.058,61	16.551.639,72	757.149,67	8.666.269,22
2011	32.214.595,52	6.331.583,13	15.536.153,13	10.346.859,26
2010	68.878,30	0,00	3.076,60	65.801,70
2009	905.728,00	510.000,00	0,00	395.728,00
2008	17.500,00	0,00	17.500,00	0,00
2007	33.500,00	0,00	33.500,00	0,00

4.3.1 Análise Crítica

Em se tratando de restos a pagar de anos anteriores, processados e não processados, houve 72% de execução total no exercício 2013, sendo 50% de pagamentos e 22% de cancelamentos de projetos com vigência expirada que foram avaliados e que permitiram uma atualização dos restos a pagar inscrito. Houve uma melhoria de desempenho nos últimos 3 exercícios, comprovado pela plena execução orçamentária, manutenção da execução financeira dentro da média do ano anterior e pela redução sistemática de restos a pagar a serem inscritos para os exercícios subsequentes.

Em 2012 o RP inscrito registrou uma redução de 39,5% em relação ao inscrito em 2011, já em 2013 a redução continuada foi de 23,5% em relação a 2012 e com a execução realizada em 2013, o RP a ser inscrito em 2014 sofreu uma redução de 17%.

O montante de RP registrado, conforme série histórica dessa SCDC, é resultante das especificidades dos projetos desenvolvidos e apoiados pelo PCV, que em sua maior proporção, trata de Redes de Pontos de Cultura que possui execução orçamentária plurianual, podendo percorrer até cinco parcelas anuais. Nas gestões anteriores do programa, a execução orçamentária era realizada de maneira global, o que contribuiu para o elevado montante de inscrição de restos a pagar. A partir de 2011, após análises e adequações do planejamento e da execução da unidade, a execução orçamentária é realizada anualmente e de acordo com o cronograma de desembolso dos projetos apoiados, o que reduziu a inscrição de restos a pagar.

Com o redesenho do PCV, parceria realizada com o IPEA e publicado ao fim do exercício 2012, o instrumento para conveniamento das redes de pontos sofreu uma reformulação que irá aprimorar a

atuação do programa e seus projetos, melhorando a execução orçamentária e financeira dentro do mesmo exercício que por consequência, irá promover uma redução de inscrição de restos a pagar, bem como da capacidade de realizar um acompanhamento mais próximo dos parceiros que executam recursos descentralizados, tais procedimentos já foram iniciados em 2013.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Anexo IV

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural					
CNPJ:	não se aplica					
UG/GESTÃO:	420029/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	10	1	11	32.488.996,07	46.157.803,78	16.489.000,00
Contrato de Repasse		1		996.660,00		
Termo de Cooperação	13	3	5	8.246.052,33	6.614.459,72	4.878.000,00
Termo de Compromisso						
Totais	23	5	16	41.731.708,40	52.772.263,50	21.367.000,00

Fonte: SIAFI

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural					
CNPJ:	Não se aplica					
UG/GESTÃO:	340029/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	8		1	15.724.346,71	20.970.777,40	29.954.745,52
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação		4			3.861.326,03	10.447.555,21
Termo de Compromisso			2			
Totais	8	4	3	15.724.346,71	24.832.103,43	40.402.300,73

Fonte: SIAFI

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural					
CNPJ: Não se aplica			UG/GESTÃO: 340029		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	36	1	-
		Montante Repassado	21.707.134,52	79.892,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	19	2	-
		Montante Repassado	4.706.567,98	5.199.244,00	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	5	-	-
		Montante Repassado	37.035.000,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	18	-	-
		Montante Repassado	9.218.328,50	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	7	-	-
		Montante Repassado	2.700.000,00	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	11	-	-
		Montante Repassado	8.099.266,88	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	16	-	-
		Montante Repassado	4.485.953,98	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	8	-	-
		Montante Repassado	2.207.270,28	-	-

Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	540.000,00	-	-
Fonte: SIAFI/SICONV/SalicWeb					

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural					
CNPJ: Não se aplica		UG/GESTÃO: 340030			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	240.054,40		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	8		
		Montante Repassado	1.152.590,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	10		
		Montante Repassado	2.538.512,41		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	6		
		Montante Repassado	1.561.986,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	13		

	Prestadas	Montante Repassado	4.665.177,40		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	388.008,00		
Fonte: SIAFI/SICONV/SalicWeb					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural					
CNPJ: Não se aplica			UG/GESTÃO: 340029		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	7	-	
		Montante Repassado (R\$)	1.300.000,00	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-

			Montante Repassado (R\$)	628.770,00	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	26	-
			Montante Repassado (R\$)	19.778.277,66	-
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		5	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante repassado		37.035.000,00	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		18	-
		Montante repassado (R\$)		9.218.328,50	-
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		7	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
		Montante Repassado		2.700.000,00	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		11	-
		Montante Repassado		8.099.266,88	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		14	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		1	-

		Montante Repassado	4.135.953,98	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	9	-
		Montante Repassado	2.557.270,28	-
Exercício Anterior a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Fonte: SIAFI/SICONV/SalicWeb				

Obs.: Informamos abaixo, dados da execução da UG 340030, integrada à esta UJ, por meios das portarias descritas abaixo:

Portaria nº 39, de 4 de maio de 2011 - Dispõe sobre a transferência provisória da execução do Programa Brasil Plural, vinculado à Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, para a Secretaria de Cidadania Cultural e dá outras providências.

Portaria nº 80, de 18 de agosto de 2011 - Dispõe sobre a transferência provisória, para a Secretaria de Cidadania Cultural, da execução dos projetos que tiveram como Unidade Gestora a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural até 31 de dezembro de 2010 e dá outras providências

4.4.5 Análise Crítica

Considerando a necessidade de estabelecimento de sistemática criteriosa para acompanhar a execução e posterior análise da prestação de contas dos instrumentos celebrados, esta UJ adota os seguintes critérios:

- **Dos procedimentos adotados em relação a prestação de contas.**

Após a liberação dos recursos, são encaminhadas aos convenientes, informações prévias acerca do repasse efetuado, das obrigações assumidas nos instrumentos celebrados, com ênfase na execução e prestação de contas. Nesse primeiro momento, também são enviados aos convenientes, os modelos de formulários de acompanhamento e prestação de contas que devem ser preenchidos e entregues à UJ, bem como informados os links dos manuais disponíveis no Portal dos Convênios – SICONV. Com isso, busca-se de forma preventiva orientar o conveniente acerca da execução e prestação de contas dos convênios, alertando-se dos eventuais problemas decorrentes da má gestão dos recursos e as consequências no caso de não comprovação da boa regular aplicação dos recursos públicos.

Transcorrido o prazo legal para apresentação da prestação de contas, de acordo com a legislação e cláusula expressa no termo celebrado, são encaminhados ofícios às instituições responsáveis, solicitando a apresentação da documentação de prestação de contas, alertando-se que o não atendimento, ou seja, não envio dos documentos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, caracteriza omissão no dever de prestar contas, acarretando a instauração de tomada de contas especial - TCE;

Ademais, na busca de solucionar os casos de inadimplência, são realizados contatos telefônicos, envios de mensagens de correio eletrônico e reuniões com representantes das instituições convenientes, onde se busca esclarecer os procedimentos de prestação de contas e orientar os interessados acerca da obrigatoriedade da apresentação da prestação de contas. Assim, utiliza-se de todas as medidas administrativas internas disponíveis, nos termos da legislação aplicável e determinação do Tribunal de Contas da União, para reaver eventual dano ao erário, antes da abertura de tomada de contas especial – TCE.

Depois de tomadas as providências com o intuito de sanar a inadimplência e não obtendo retorno do conveniente quanto à regularização, ou seja, não apresentação da documentação idônea de prestação de contas ou não devolução dos recursos não comprovados, inicia-se o processo de tomada de contas especial, visando apurar a responsabilidade por omissão ou irregularidade no dever de prestar contas ou por dano causado ao Erário.

- **Das competências para análise da prestação de contas.**

Importante aqui destacar as competências para análises das prestações de contas das transferências voluntárias sob a responsabilidade desta UJ.

Em 22 de setembro de 2009, foi publicada a Portaria MinC nº 1.088, de 18 de setembro de 2009, que estabeleceu os procedimentos necessários para a implantação do processo de descentralização da ordenação de despesas do MinC e subdelegou competência aos ordenadores de despesa.

Antes da edição da referida portaria, a ordenação de despesas era concentrada na Diretoria de Gestão Interna do MinC – DGI, ligada à Secretária Executiva. Assim, a prestação de contas quanto ao cumprimento do objeto era analisada pelas áreas fins e a prestação de contas financeira analisada pela então Coordenação de Análise de Prestação de Contas – CPCON, ligada à Secretaria Executiva do MinC.

Após divisões internas do MinC, considerando a descentralização de ordenação de despesas, ficou estabelecido que as áreas fins continuariam a analisar as prestação de contas de todos os convênios, no tocante ao cumprimento do objeto.

Já em relação à análise financeira, foi estabelecido que a então Coordenação de Análise de Prestação de Contas – CPCON realizaria a análise dos instrumentos celebrados em datas anteriores à descentralização da ordenação de despesas. Os convênios celebrados em datas posteriores à

descentralização da ordenação de despesas teriam sua análise financeira realizada pelas áreas que celebraram os instrumentos de transferências voluntárias.

Assim, competia a esta UJ a análise de prestação de contas quanto ao cumprimento do objeto, de todos os convênios sob sua responsabilidade, e análise financeira dos instrumentos celebrados posteriormente à descentralização da ordenação de despesas.

Todavia, em atendimento a determinação do Acórdão nº 1.385/2011 – TCU – Plenário (Processo nº TC 018.011/2010-1), subitem 9.3, o MinC dialogou com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de realizar concurso temporário para selecionar profissionais especializados para análise de prestação de contas do passivo. Em 11/05/2012, por meio da Port. Interministerial nº 192, de 10/05/2012, foi autorizada a realização do referido concurso para a contratação de 114 (cento e quatorze) profissionais por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Os profissionais foram selecionados e contratados para análise do passivo de prestação de contas.

Em 12/04/2013, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 32, de 11/4/2013, que constitui Comitê Gestor responsável por coordenar e supervisionar os procedimentos que assegurem a análise conclusiva do passivo de prestação de contas no âmbito do MinC. Foi estabelecido que os servidores temporários seriam responsáveis pela análise dos instrumentos de transferências voluntárias com prazo limite para apresentação da prestação de contas até 31/12/2011. A análise de prestação de contas dos servidores temporários compreenderia tanto a análise de cumprimento do objeto, quanto a análise financeira, desde que o prazo limite de prestação do instrumento fosse até 31/12/2011.

Os servidores temporários foram alocados em gerências e subgerências, sendo que a gerência de nº 6/Passivo, ficou responsável pela análise dos instrumentos celebrados por esta UJ, com prazo limite para entrega da prestação de contas até 31/12/2011.

Desse modo, compete a esta UJ analisar a prestação de contas dos instrumentos celebrados, cujo prazo limite para apresentação da prestação de contas se deu a partir de 1º/1/2012, sendo os anteriores de competência da gerência 6/Passivo, composta de servidores temporários, contratados para este fim específico.

Quanto à análise financeira, competente a esta UJ analisar os instrumentos em data posterior à descentralização da ordenação de despesas, cujo prazo limite para apresentação da prestação de contas se deu a partir de 1º/1/2012. Compete à CPCON, a análise financeira dos instrumentos celebrados em data anterior à descentralização da ordenação de despesas, cujo prazo limite para apresentação da prestação de contas se deu a partir de 1º/1/2012.

Outrossim, em razão da competência da Coordenação de Análise de Prestação de Contas – CPCON para análise financeira dos instrumentos celebrados em data anterior à descentralização da ordenação de despesas, compete a ela também a instrução e encaminhamento dos respectivos processos para a tomada de contas especial – TCE.

- **Das ações de melhoria da gestão e dos serviços prestados.**

À busca de melhoria na gestão, no exercício de 2013 adotou-se diálogo constante com outros setores de prestação de contas do MinC, Consultoria Jurídica e Assessoria Especial de Controle Interno, e realização de pesquisas de jurisprudências do Tribunal de Contas da União, com o fito de melhorar os procedimentos de prestação de contas. Percebeu-se então relevante melhoria nas análises de prestação de contas da UJ que, não só de forma corretiva e punitiva, também começou a atuar de forma pedagógica e educativa.

No intuito de melhor orientar os parceiros foi encaminhado via mensagem de correio eletrônico e publicado no site do MinC as perguntas mais frequentes sobre a formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas dos instrumentos de transferências voluntárias sob a responsabilidade desta UJ, disponível no endereço eletrônico <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/faq-pontos-pontos-e-redes/>.

Foram também aprimorados os mecanismos de acompanhamento da execução das transferências voluntárias, utilizando-se das ferramentas disponíveis no Portal dos Convênios e a realização de visitas

técnicas. Os formulários utilizados para acompanhamento à distância foram atualizados e intensificaram-se os contatos por meio de mensagens de correio eletrônico e telefone, com o intuito de se verificar a boa e regular aplicação dos recursos.

Além disso, em 2013 iniciou-se a realização de atividades de capacitação, atendimento e assistência técnica aos gestores e servidores dos Estados e Municípios parceiros, bem como às instituições beneficiárias (Pontos de Cultura), no tocante ao acompanhamento e prestação de contas de transferências voluntárias. Assim, foram realizadas atividades de assistência técnica e capacitação em acompanhamento e prestação de contas, nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Santa Catarina, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão, Roraima, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins. As atividades de capacitação continuam em 2014.

Conforme preceitua os atos normativos que regulam as transferências voluntárias, cabe ao órgão CONCEDENTE acompanhar e fiscalizar os recursos repassados, cujos procedimentos poderão ser realizados à distância ou por meio de vistoria *in loco*. Nesse sentido, a Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização - CGAFI da UJ, tem se empenhado no aprimoramento do processo de acompanhamento e de fiscalização, para assegurar o cumprimento institucional na boa e regular aplicação dos recursos, na melhoria e mensuração dos impactos das ações, bem como, em atender as recomendações dos órgãos de controle, facilitando, assim, a permanente verificação da gestão interna.

Dentro da Estrutura da CGAFI tem-se a Coordenação de Fiscalização - COFIS, responsável pela condução de todas as atividades de fiscalização da UJ. Para maior alcance no desenvolvimento das atividades de fiscalização *in loco*, a UJ conta também, com o apoio logístico e técnico das Representações Regionais do Ministério da Cultura nos Estados: a) Representação Regional nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; b) Representação Regional no Estado de São Paulo; c) Representação Regional na Região Nordeste; d) Representação Regional no Estado de Minas Gerais; e) Representação Regional na Região Norte; f) Representação Regional na Região Sul; g) Representação Regional na Região Centro Oeste; e h) Representação Regional nos Estados da Bahia e de Sergipe.

No exercício de 2013, a UJ aumentou de modo significativo suas ações no acompanhamento *in loco* da execução de suas transferências voluntárias, nos aspectos qualitativos e quantitativos. Essa atuação respalda-se não apenas nos atos normativos que norteiam os instrumentos de repasse, mas também, em determinações e orientações dos órgãos de controle.

Foram realizadas, *por amostragem*, acompanhamento *in loco* em 16 Unidades da Federação – UF's, totalizando-se 42 ações de fiscalização, onde foram verificados a boa e regular aplicação de recursos na ordem aproximada de R\$ 148 milhões.

Dos convênios acompanhados vale registrar que constam de seus respectivos planos de trabalho a implementação de 786 (setecentos e oitenta e seis) Pontos de Cultura e 4 (quatro) Pontões, além da realização de eventos e capacitações na área da cultura, conforme quadro a seguir:

Tabela 17: Quantidade de ações de fiscalização realizadas por amostragem nas UF's em 2013.

Nº	UF	QT DE FISCALIZAÇÃO	Qt de Pontos de Cultura objeto do convênio	Qt de Pontão de Cultura objeto do convênio	Outros Objetos	Somatório dos convênios - R\$
1	TO	1	0	0	1	100.000,00
2	CE	1	0	0	1	154.900,00
3	SC	1	0	1	0	876.606,68
4	AC	2	20	0	0	2.713.000,00
5	RR	2	15	0	0	3.525.000,00
6	RS	6	23	1	1	5.100.868,70
7	PB	2	20	0	0	5.400.000,00
8	DF	2	21	0	0	5.437.010,00
9	RO	1	30	0	0	5.500.000,00
10	GO	3	32	0	0	5.819.544,74
11	AM	1	40	0	0	7.300.000,00
12	RN	1	53	0	0	9.640.000,00
13	PR	5	59	2	0	12.418.429,99
14	SP	9	64	0	1	12.730.000,00
15	MG	4	110	0	1	20.000.000,00
16	BA	1	299	0	0	52.019.999,00
		42	786	4	5	148.735.359,11

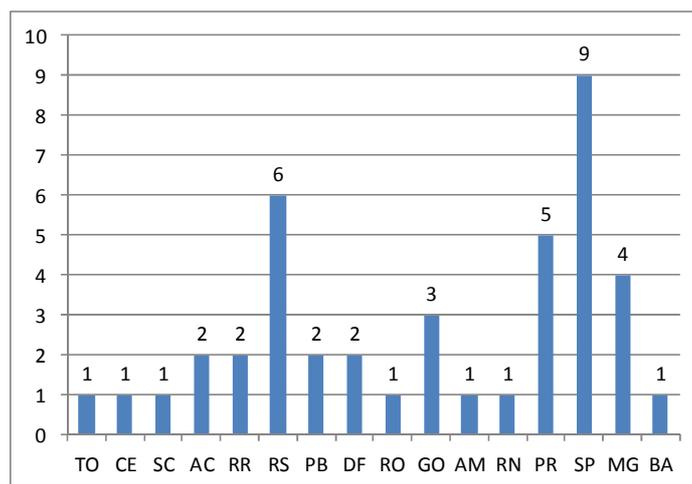


Gráfico 4. Quantidade de ações de fiscalização realizadas por amostragem nas UF's em 2013.

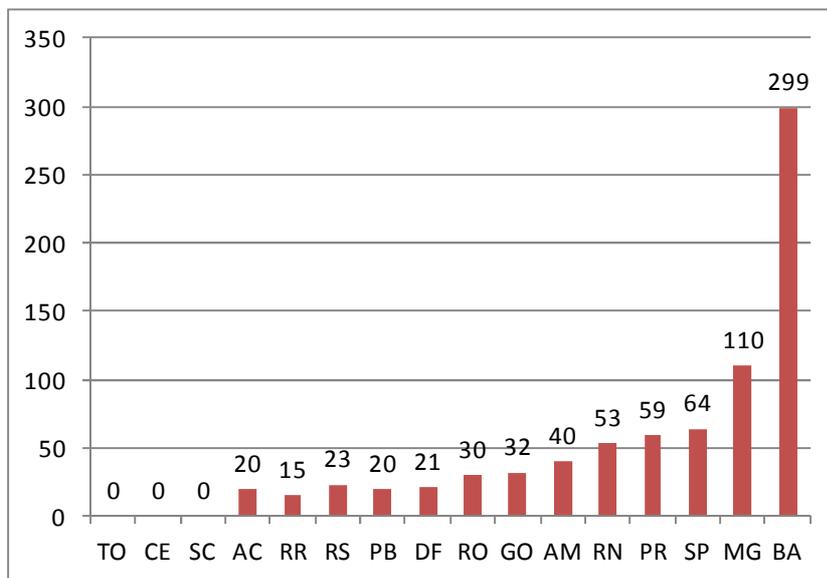


Gráfico 5. Quantidade de Pontos de Cultura em implantação nas UF's, nos convênios fiscalizados em 2013.

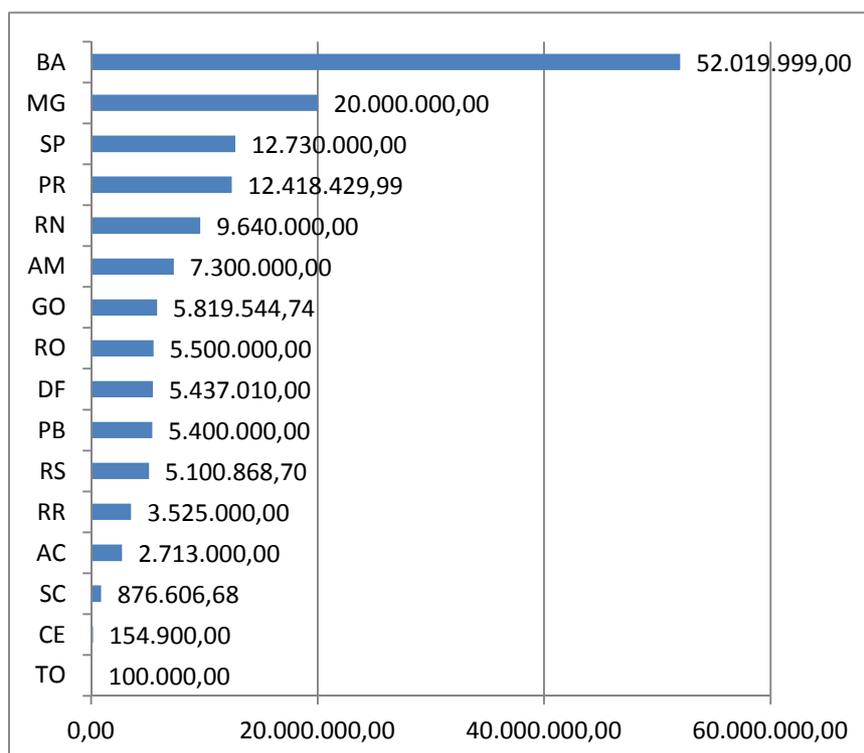


Gráfico 6. Montante de recursos financeiros fiscalizados por UF em 2013.

Acrescenta-se ainda que, além da UJ ter demonstrado no exercício de 2013 sua presença em 59% (cinquenta e nove por cento) dos Estados nas ações de fiscalização, procurou-se, ainda, ter equidade na seleção dos instrumentos que foram acompanhados *in loco*, seja pelos critérios de valores (quantidade de recursos financeiros repassados pelo MinC), risco (não atingimento satisfatório dos objetivos do programa e projetos) e relevância (imagem institucional).

- **Da execução das transferências.**

Pode-se verificar, ainda, que o crescimento quantitativo de instrumentos celebrados nos últimos exercícios não segue uma relação proporcional aos valores repassados, devido ao contingenciamento de recursos e da tardia liberação financeira – que geralmente ocorre no fim do exercício, dificultando o repasse de recursos pela UJ e acarretando um número crescente de inscrições em Restos a Pagar.

No período relatado, buscou-se junto às áreas responsáveis pela programação orçamentária e pela execução financeira do Ministério, a liberação dos recursos referentes aos convênios cujas parcelas já poderiam ser pagas de acordo com as análises técnica e financeira de sua prestação de contas, com vistas ao atendimento ao disposto no art. 35 do Dec. nº 93.872/86 e no art. 12 do Dec. nº 7.445/2011.

Outro fator que prejudicou a realização das transferências diz respeito à dificuldade, por parte das instituições convenente, de entendimento acerca do que constituía e como deveriam ser coletados e apresentados os elementos da prestação de contas, acarretando atrasos em sua entrega e, conseqüentemente, demora na transferência dos recursos.

A situação se agrava pela insuficiência de recursos humanos disponíveis na UJ para realização de suas atribuições no tocante à análise das prestações de contas. Com a finalidade de diminuir o número de passivo de prestação de contas, a UJ utiliza-se do banco de peritos externos do MinC, à disposição das UJs executoras, com base Port. nº 83, de 8/09/2011, que define as regras de classificação e distribuição de projetos ou produtos culturais entre peritos.

- **Dos principais problemas enfrentados pela UJ na execução das atividades.**

Insta frisar que, dentre os problemas enfrentados na prestação de contas no exercício 2013, destaca-se a ausência de preenchimento e inserção de informações no Portal dos Convênios – SICONV, tanto no módulo de execução, quanto no módulo de prestação de contas. A UJ, em razão dos problemas apresentados pelo SICONV e das dificuldades dos convenentes em inserir a prestação de contas no Portal dos Convênios, solicitava e analisava a prestação de contas de forma física, registrado e lançando o resultado no referido portal.

Todavia, em cumprimento à determinação legal, mesmo sendo encaminhada e analisada a prestação de contas por meio físico, os convenentes estão sendo diligenciados a apresentarem a documentação no Portal dos Convênios, com a finalidade de proporcionar a transparência e controle social dos gastos.

Cabe também destacar, outro problema enfrentado quando da execução e prestação de contas dos convênios sob a responsabilidade desta UJ. A descentralização do Programa Cultura Viva para Estados e Municípios se dá por meio de convênios com os entes federados. Após a celebração do convênio e o recebimento dos recursos, o convenente publica edital e seleciona entidades privadas sem fins lucrativos para implementação dos projetos, por meio de convênio ou instrumentos congêneres. A convenente com a UJ, que é um Estado ou Município, celebra convênios com as instituições, para implementação dos Pontos de Cultura.

Contudo, quando da prestação de contas no SICONV, o sistema ainda não permite o registro dessa forma de execução. A UJ já diligenciou o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, gestor do SICONV, solicitando ajuste do sistema para atendimento do referido tipo de convênio. O MPOG informou que está providenciando a disponibilização do SICONV, para registro do convênio citado, mas o sistema atual não abarca a demanda. Visando atender à transparência sobre a utilização de recursos públicos alguns convenentes incluíram documentações no SICONV, mas entende-se que o sistema não comporta, ainda, o registro de forma adequada do referido tipo de convênio.

Em relação à quantidade de análises que foram feitas no período, foram identificadas como as principais dificuldades que impediram o bom desempenho das análises:

- Indisponibilidade de peritos para todos os segmentos culturais;
- Demora na resposta a diligências pelos convenentes;
- Quadro institucional de servidores muito aquém da demanda (análises de prestações de contas, alterações de plano de trabalho, controle de vigência, etc.);
- Grande dispêndio de tempo e equipe para responder demandas oriundas de denúncias;
- Grande dispêndio de tempo e equipe para responder demandas formuladas com base na Lei de Acesso à Informação;
- Grande dispêndio de tempo e equipe para responder demandas de auditorias;

- **Da efetividade das transferências.**

Por fim, constata-se que, para implementação do Programa Cultura Viva, após anos de experiência, que, nos termos da legislação vigente, e até que haja mecanismos de repasse fundo a fundo no SNC, que a descentralização por meio de convênios para Estados e Municípios, , é a forma mais adequada para garantir que os recursos sejam aplicados com capilaridade em todo o território nacional, com necessidade de ajuste no SICONV. Por outro lado, adequar e qualificar os instrumentos utilizados para as entidades da sociedade civil, comunidades, grupos e coletivos culturais, de forma a viabilizar uma parceria centrada em resultados e menos onerosa na operação burocrática é o desafio para o Estado

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	42	4	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	42	4	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	38	4	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	16	5	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	0	0	0

Fonte: SIAPE

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	5
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	2
6.1. Licença para Tratamento de Saúde (art. 202 da Lei 8112/90)	1
6.2. Licença à Gestante (art. 207 da Lei 8112/90)	1
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	9

Fonte: SIAPE

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	33	17	6
1.1. Cargos Natureza Especial	-	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	33	17	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	13	8	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	3	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	-	16	9	6
1.2.5. Aposentados	-	0	0	0
2. Funções Gratificadas	-	1	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	34	18	6

Fonte: SIAPE

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	14	11	8	8	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	11	8	8	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	4	7	3	3	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	7	3	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	1	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

18

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	13	28	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	13	28	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8	8	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	7	8	0	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0
3. Anistiados (Celetistas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Totais (1+2+3)	0	0	0	0	21	36	0	1	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	455.971,65	-	80.422,49	26.386,12	132.946,91	27.997,35	401.863,86	1.455,14	-	1.127.043,52
	2012	221.318,77	-	54.407,99	15.621,98	57.416,98	15.554,77	162.490,60	-	-	526.811,09
	2011	459.867,84	-	59.818,83	20.273,59	104.164,07	29.328,78	217.979,54	-	-	891.432,65
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	36.360,08	-	6.990,81	2.260,83	4.695,83	1.871,70	48.192,00	969,29	-	101.340,54
	2012	1.785,44	-	-	-	698,42	81,27	753,63	-	-	3.318,76
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	320.148,10	1.414.206,10	170.177,49	50.951,27	345.775,97	32.658,52	345.986,42	698,10	-	2.680.601,97
	2012	74.682,61	354.053,90	66.655,48	18.056,46	208.435,53	8.585,77	65.686,87	-	-	796.156,62
	2011	171.271,43	520.912,62	60.429,78	18.280,21	167.884,15	22.040,89	134.401,07	-	-	1.095.220,15
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	9.672,84	-	4.781,96	1.450,17	3.405,41	1.990,24	7.729,24	-	-	29.029,86
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Anexo V

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3231
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	TC 006.134/2012-2	Acórdão 357/2013 - TCU - Primeira Câmara	B	DE	Ofício 0027/ 2013-TCU/ SecexDEcon, de 19/2/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria Executiva					3231
Descrição da Deliberação					
<p><i>“b) determinar à Secretaria- Executiva do Ministério da Cultura que instaure, instrua e conclua tomada de contas especial para apuração de todas as irregularidades tratadas na Nota Técnica 2.526/DRCUT/DR/ SFC/CGU-PR e às referentes ao pagamento de taxa de administração ao Instituto Empreender, dos ternos da instrução de peça 9 destes autos, em atenção ao art. 8º da Lei 8.443/92, sob pena de responsabilidade solidária, no prazo de 120 (cento e vinte dias), devendo informar ao TCU o envio dos autos conclusos à Controladoria-Geral da União):”.</i></p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC					102521
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, no intuito de cumprir com a determinação constante do Acórdão 357/2013 - TCU - Primeira Câmara, vem adotando diversas medidas para que sejam esgotadas as instâncias administrativas, a fim de dar maior agilidade à análise do Termo de Parceria, entretanto, devido ao volume do processo, foram adotadas até dezembro de 2013, as seguintes providências:</p> <p>Tratamento documental na versão digital do processo, que contém aproximadamente 17 mil páginas, bem como o aprimoramento de indicadores para avaliação dos resultados da Parceria.</p> <p>Apesar de tratar-se de aproximadamente 84 volumes, onde as informações não estão separadas por ações desenvolvidas, a Comissão de Avaliação já está em fase final de mapeamento das informações do processo.</p> <p>Quanto a elaboração dos pareceres técnicos conclusivos sobre cada ação desenvolvida, quais sejam: Ação 1 – Pré-Conferências Setoriais das Cultura populares e das Cultura Indígenas: Ação 2 – Encontro dos Povos Guarani da América do Sul e Ação 3 – Premio Cultura HIP HOP. Ação 4 – Renda Cultural: Ação 5 – A Seminário sobre a Cultura LGBT: Ação 6 – I Reunião da Diversidade MERCOSUL e Encontro da Diversidade, a Comissão está em processo de conclusão da análise do cumprimento do objeto das três primeiras ações, possibilitando o início da análise contábil e financeira das mesmas.</p> <p>Ressalte-se que, dentre as providências adotadas no exercício 2014, a SCDC solicitou ao Instituto Empreender a restituição dos valores pagos a título de taxa de administração no âmbito do Termo de Parceria nº 01/2009, conforme ofício nº 021/2014/CGAFI/DCDC/SCDC/MINC de 29/01/2014. O valor total da devolução foi de R\$ 854.869,70, e o citado ofício foi acompanhado da respectiva GRU.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>O atendimento da determinação exige desdobramentos que envolvem a análise contábil e financeira das ações objeto do Termo de Parceria, entretanto o processo possui aproximadamente 84 volumes e as informações não estão separadas por ações desenvolvidas, sendo necessário a realização de um mapeamento dessas informações para possibilitar o início da análise contábil e financeira das mesmas.</p>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Executiva					3231
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	TC 027.880/2012-5	Acórdão nº 7419/2013-TCU 2ª Câmara	1.7.1 1.7.2	DE	Ofício 3087/2013 – TCU/SECEX- SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Cultura					1926
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar ao Ministério da Cultura que informe este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, o resultado do novo exame da prestação de contas dos recursos financeiros captados pela Associação de Amigos Tudo pela Cultura - TUPEC, com base em incentivos da Lei 8.313/91 (Lei Rouanet), sob a identificação Pronac 01-1133, para a finalização das obras do Teatro Municipal de Cubatão (SP) e, em caso de reprovação da prestação de contas, instaure imediatamente a tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28/11/2012; determinar à SECEX-SP, o monitoramento do cumprimento da determinação e arquivar o presente processo.</p> <p>1.7.1. após esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, instaure tomada de contas especial referente a projeto executado com recursos financeiros captados com base em incentivos da Lei 8.313/91, no âmbito do Pronac, de número 01-1133 – Projeto de finalização das obras do Teatro Municipal de Cubatão</p> <p>1.7.2. no prazo de 90 dias encaminhe a esse TCU cópia dos comprovantes de ressarcimento ao erário ou do envio do processo de tomada de contas especial à Secretaria Federal de Controle Interno;</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC					102521
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Anexo V

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3231
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201109316	1.1.3.5 Recomendação 001	OFÍCIO N° 37.573/DRCUT/DR/SFC/CGU- PR, de 10/12/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundo Nacional de Cultura			001926
Descrição da Recomendação			
Quantificar e adotar medidas para restituição ao Erário dos valores pagos a título de taxa de administração no âmbito do Termo de Parceria firmado com o Instituto Empreender.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC			102521
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação cumprida. Dentre as providências adotadas no exercício 2014, a SCDC solicitou ao Instituto Empreender a restituição dos valores pagos a título de taxa de administração no âmbito do Termo de Parceria nº 01/2009, conforme ofício nº 021/2014/CGAFI/DCDC/SCDC/MINC de 29/01/2014. O valor total da devolução foi de R\$ 854.869,70, e o citado ofício foi acompanhado da respectiva GRU (anexos).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Demora, por parte da OSCIP, no encaminhamento da documentação da prestação de contas e na análise desta Secretaria tendo em vista o grande volume de documentos anexados ao processo (84) volumes e a falta de servidores para atendimento da demanda.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Executiva			3231
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201109316	1.1.3.8 Recomendação 003	OFÍCIO N° 37.573/DRCUT/DR/SFC/CGU- PR, de 10/12/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundo Nacional de Cultura			001926
Descrição da Recomendação			
Regulamentar que haja a obrigatoriedade de procedimento seletivo de contratação de pessoal em termos de parceria que utilizem recursos do FNC, com base em quesitos de qualificação para o cargo, correlacionado com as necessidades do projeto ou objeto do ajuste.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC	102521
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Recomendação Cumprida. Após o apontamento esta SCDC não firmou nenhum Termo de Parceria, porém para os próximos a serem firmados a recomendação será acatada.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

ANEXO VI - RELATÓRIO DE OUVIDORIA MINC – AVALIAÇÃO GERAL

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural		420029	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no Sistema SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	12/02/2014
Contador Responsável	Odenia Bruzzi Morais Cândido	CRC nº	6.839 - DF

Odenia Bruzzi Morais Cândido
 Odenia Bruzzi Morais Cândido
 Coordenadora de Contabilidade
 CGDF/SPOA/SEMIAC
 CRC/DF nº 6.839

Anexos ao Relatório de Gestão SCDC 2013

Anexo I – Relação das instâncias de representação da sociedade civil

Órgão		Origem	Titular / Suplente	Documento de Indicação
1	Colegiado de Culturas Indígenas CNPC	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Pedro Azevedo Vasconcellos	Memorando nº14/GAB/SCC/MinC - 18/01/2012
2	Colegiado de Culturas Populares - CNPC	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Pedro Azevedo Vasconcellos	Memorando nº13/GAB/SCC/MinC - 18/01/2012
3	Colegiado de Artesanato	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Ana Maria Angela Bravo Villalba S: Tatiane Lima Souto	Memorando nº 302/GAB/SCDC/MinC - 04/06/2013
4	Colegiado de Circo	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Iara Zannon S: Deborah Maria Garcia Lobo	Memorando nº 302/GAB/SCDC/MinC - 04/06/2013
5	Colegiado de Culturas Afro Brasileiras	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Luiz Antônio Gouveia de Oliveira S: Deborah Maria Garcia Lobo	Memorando nº 302/GAB/SCDC/MinC - 04/06/2013
6	Colegiado de Patrimônio Imaterial	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Daniel Castro Dória de Menezes S: Geraldo Vitor da Silva	Memorando nº 302/GAB/SCDC/MinC - 04/06/2013
7	Colegiado de Coordenação de Saúde Mental. - CNS	<i>Ministério da Saúde</i>	T: Luiz Antônio Gouveia de Oliveira	Ofício nº 125/GAB/SCC - 20/03/2012
2	Comissão do Fundo Nacional de Cultura - CFNC	<i>SEFIC/MinC</i>	T: Marcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Pedro Azevedo Vasconcellos	D.O.U- 13/04/12, Seção 2 página 8 Memorando nº 22 - 06/03/2012
3	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.	<i>GM/MinC</i>	T: Beatriz Magalhães Pinto Peretti S: Mariana Leite da Silveira	Memorando nº 06 - 20/01/2012

4	Comissão para implantação e manutenção da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P	<i>DGI/SE/MinC</i>	Beatriz Magalhães Pinto Peretti	Memorando nº 148 - 05/10/2011
7	Comissão Julgadora dos Concursos Nacionais da SENAD	<i>Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas</i>	T: Ana Maria Angela Bravo Villalba S: Sandra Cipriano Chaves	Ofício nº 277 - 07/05/2012
8	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI	<i>GM/TEM</i>	T: Marina Leite da Silva S: Mayra Oliveira Pereira Brito	Memorando nº 138 - 22/07/2011
14	Comissão Nacional Para o Desenvolvimento Sustentável de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais CNPCT	<i>MDS/MDA/MinC</i>	T: Giselle Dupin S: Ana Maria Ângela Vilalba	Ofício nº107/GAB/SCDC/MinC - 19/02/2014
16	Comissão do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC	<i>SPC/SEC/MinC</i>	T: Daniel Castro Doria de Menezes S: Renato Ferreira de Oliveira	Memorando nº 270 - 21/09/2011
1	Comitê Gestor de Ações Indígenas para Região de Grande Dourados	<i>SE/MinC</i>	T: Pedro Domingues Monteiro S: Ana Maria Bravo Villalba	Memorando nº 208 - 22/07/2011
2	Comitê Técnico LGBT	<i>MinC</i>	T: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Pedro Domingues Monteiro Junior	
3	Comitê Gestor Nacional do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.	<i>GM/SDH-PR</i>	T: Luiz Antônio Gouveia de Oliveira S: Diego Carvalho Felipe de Carvalho	Memorando nº 24 - 28/02/2012
4	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua	<i>SDH/PR</i>	T: Luiz Antônio Gouveia de Oliveira S: Sandra Cipriano Chaves	Ofício 323 - 14/07/2011

5	Comitê Interministerial Contra a Exploração Sexual	Ministério da Justiça	T: Ana Maria Bravo Villalba S: Marina Leite da Silva	
6	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - CNEDH	Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/PR	T: Pedro Azevedo Vasconcellos S: Carla Carusi Dozzi (SPC)	Memorando nº 160 - 17/05/2012
7	Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3	Secretaria de Direitos Humanos/PR	T: Daniel Castro Dória de Menezes Suporte: Leandro Vieira	
8	Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres	SPM/PR	T: Marília Gabriela Villareal Goulart - SAI S: Deborah Lobo	Ofício nº 754/SE/MinC - 13/12/2012
10	Comitê Interministerial de Política da Juventude- COIJUVE	SGPR-SNJ	T: Pedro Azevedo Vasconcellos S: Deborah Maria Garcia Lobo Suporte: Josiane - Maria Cristina Lima	
11	Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Ambiental dos Territórios Indígenas- PNGATI	FUNAI	T: Pedro Domingues Monteiro Juíniior S: Daniel Castro Dória de Menezes Suporte: Deborah Lobo	
12	Comitê Nacional da Diversidade Religiosa	MinC	T: Giselle Dupin S: Ana Maria Ângela Bravo Villalba	Memorando nº 698 - 12/12/2013
1	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT.	SE/MinC	T: Mayra Oliveira Pereira Brito S: Pedro Domingues Monteiro Junior Suporte: Maria Cristina Lima	Memorando nº 97 - 11/05/2012 Memorando nº 102 / 2013
3	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA	Gabinete da Ministra	T: Marina Leite da Silva S: Mayra Oliveira Pereira Brito	Memorando nº 395/GAB/SCDC/MinC - 15/10/2014

4	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI	SE/SDH/PR	T: Ana Maria Ângela Bravo Villalba S: Leandro da Silva Vieira	Atualização Suplente Memo 160 17/05/2012 02/04/2012
5	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres no Mandato 2010 - 2013	SPM/PR	T: Agurdando indicação da SPC S: Anna Flávia Russo Amorim Pires	Memorando nº 61 - 29/03/2012
7	Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC	SAI	T: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Pedro Azevedo Vasconcellos	Memorando nº 167 - 21/05/2012
8	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR	SEPIR/PR	T: Luiz Antônio Gouveia de Oliveira S: Deborah Maria Garcia Lobo Suporte: Maria Cristina Lima	Memorando nº 491 - 28/11/2012
9	Conselho Nacional de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN	Secretaria de Biodiversidade e Florestas / MMA	T: Giselle Dupin S1: Ana Guita IPHAN	Titular: 2009 Suplentes atuais: 2011
10	Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	SE/MinC	T: Pedro Vasconcellos S: aguardando indicação Suporte: Maria Cristina Lima Suporte: Josiane	Memorando nº 101/GAB/SCC/MINC - 08/05/2012
1	Grupo Interministerial de Execução e Acompanhamento do Programa Territórios da Cidadania	SE-C.Civil/PR	T: Pedro Azevedo Vasconcellos S: Pedro Domingues Monteiro Junior	Memorando nº 94/GAB/SCDC/MinC - 19/02/2014
3	Grupo Interministerial de Cooperação Humanitária Internacional	Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do MRE	T: Giselle Dupin S: Deborah Maria Garcia Lobo Suporte: Maria Cristina Lima	
4	Grupo de Trabalho Povos Tradicionais de Cultura Cigana e de Terreiros	SEPIR/PR	T: Ana Maria Ângela Villaba. S: Geraldo Vitor da Silva	Memorando nº 231 - 22/12/2011

9	Grupo de Trabalho Interministerial do Plano Nacional de promoção da Cidadania e Direitos Humanos Lesbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais - PNPCDH-LGBT	<i>Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR</i>	T: Mayra Oliveira Pereira Brito S: Aguardando indicação Suporte: Maria Cristina Lima	Ofício n° 150/SE/MinC - 07/07/2010
10	Grupo de Trabalho Juventude Rural - GTJR	<i>SE/MinC</i>	T: Pedro Azevedo Vasconcellos S: Deborah Maria Garcia Lobo Suporte: Josiane - Maria Cristina Lima	
16	Grupo de Trabalho sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	<i>Secretaria Nacional de Justiça/ MJ</i>	T: Pedro Domingues Monteiro Jr. S: Giselle Dupin	Memorando n° 130/GAB/SCDC/MinC - 12/03/2013 Portaria n° 634 - 25/12/2013 Portaria n°909 - 14/03/2013
17	Grupo de Trabalho do XINGU	<i>Secretaria Nacional de Articulação Social</i>	T: Daniel Castro Dória de Menezes S: Pedro Domingues Monteiro Jr. Suporte: Deborah Lobo	
18	Grupo de Trabalho Permanente Sobre Diversidade Cultural	<i>SID/SCDC/MINC</i>	T: Márcia Helena Gonçalves Rollemberg S: Giselle Dupin	Portaria n° 269 de 14/09/2004 alterada pela portaria n° 11 de 19/03/2008
21	Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional		T: Anna Flávia Russo Amorim S: Diego Felipe Cardoso de Carvalho	
22	Grupo Interministerial de Avaliação e Monitoramento Viver Sem Limites	<i>Secretaria de Direitos Humanos</i>	T: Deborah Maria Garcia Lobo S: Sandra Cipriano Chaves	
23	Grupo de Trabalho de Educação Cigana	<i>MEC</i>	T: Ana Maria Ângela Villaba	Ofício n°62/GAB/SCDC/MinC - 10/02/2014

25	Grupo de Trabalho Interministerial - I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	<i>Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial</i>	T: Pedro Domingues Monteiro Junior. S: Ana Maria Ângela Villaba	Ofício nº 505/GAB/SCDC/MinC - 16/07/2014
26	Grupo de Trabalho de elaboração de políticas intersetoriais e integradas destinadas às mulheres em privação de liberdade, restrição de direitos e às egressas	<i>SE/MinC</i>	T: Ana Maria Ângela Bravo Villaba S: Thaís Borges da Silva Pinho Werneck	Memorando nº 268/GAB/SCDC/MinC - 16/07/2012
1	Câmara Técnica Federal de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	<i>Secretaria Especial de Políticas para a mulheres</i>	T: Deborah Maria Garcia Lobo S: Anna Flávia Russo Amorim Pires	
2	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	<i>DRI/SE/MinC</i>	T: Giselle Dupin S: Sandra Cipriano Chaves	Memorando nº 29 - 01/02/2012
4	Fórum Governamental de Participação Social	<i>Subsecretaria de Articulação Social / PR</i>	T: Pedro Azevedo Vasconcellos S: Pedro Domingues Monteiro Junior S: Deborah Maria Garcia Lobo	Ofício nº 425/2012/GM/MinC - 05/04/2012

Anexo II – Planejamento Tático da SCDC

**PROGRAMA DE PACTUAÇÃO DE DESEMPENHO
ACORDO DE DESEMPENHO**

O Ministério da Cultura (MinC), neste ato representado por seu titular, a Ministra de Estado da Cultura MARTA SUPLICY, e a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), representada por sua Secretária, MÁRCIA HELENA GONÇALVES ROLLEMBERG, com base na Portaria nº 149, de 21 de novembro de 2012, do Ministério da Cultura, firmam o presente ACORDO DE DESEMPENHO, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Este ACORDO DE DESEMPENHO integra os esforços para o aprimoramento da gestão do Ministério da Cultura e de suas coligadas, consubstanciados no PROGRAMA DE PACTUAÇÃO DE DESEMPENHO e tem por objeto o cumprimento dos compromissos constantes de seu ANEXO I, fixados para o período compreendido entre o dia 10 de janeiro e 31 de dezembro de 2013.

DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL**CLÁUSULA SEGUNDA**

A Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, por este ACORDO DE DESEMPENHO, compromete-se a:

- I - cumprir os compromissos constantes do ANEXO I do presente instrumento;
- II - observar os objetivos governamentais setoriais para a Cultura;
- III - seguir as Diretrizes, Objetivos, Metas, Procedimentos, Regras e PROGRAMA DE PACTUAÇÃO DE DESEMPENHO do Ministério da Cultura;
- IV - fornecer as informações necessárias para o acompanhamento e monitoramento do presente acordo;
- V - desenvolver esforços no sentido de introduzir melhorias em sua gestão interna;
- VI - construir e disponibilizar indicadores que permitam aferir o impacto destas medidas sobre a eficiência de sua gestão.

DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA CULTURA**CLÁUSULA TERCEIRA**

Por este ACORDO DE DESEMPENHO, compromete-se o Ministério da Cultura a:

- I - oferecer apoio Orçamentário e Financeiro necessários à realização do disposto no

ANEXO I do presente instrumento;

II responsabilizar-se pelo adequado funcionamento da COMISSÃO DE MONITORAMENTO, conforme previsto na Portaria nº 149, de 2012;

III - realizar esforços, na esfera de sua competência e gove abilidade, para sanar dificuldades encontradas pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural na realização dos seus compromissos listados no ANEXO I do presente instrumento.

DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA

Serão realizadas reuniões ordinárias trimestrais da COMISSÃO DE MONITORAMENTO, para o acompanhamento e avaliação do cumprimento dos compromissos estabelecidos no ANEXO I do presente Acordo, além de reuniões extraordinárias convocadas por quai quer das partes, quando necessário.

DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES NOS COMPROMISSOS ACORDADOS

CLÁUSULA QUINTA

Este ACORDO DE DESEMPENHO vigorará até o dia 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA

A repactuação parcial ou total deste ACORDO DE DESEMPE fHO, será formalizada mediante termo aditivo e necessariamente precedida de justificativa do MinC ou da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, podendo ocorrer:

I - por recomendação do MinC;

II - por solicitação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural;

III - por acordo entre as partes, para adequação a novas políticas governamentais que promovam alterações nas condições ora compromissadas;

IV - por acordo entre as partes, para adequação a restrições impostas à execução do orçamento anual do MinC.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA SÉTIMA

Este ACORDO DE DESEMPENHO, seus anexos, aditivos e relatórios de avaliação deverão ser publicados no sitio do Ministério da Cultura na Internet.

E por estarem de pleno acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, perante a testemunha abaixo identificada.

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2012.

Márcia Helena Con Iv
secretária da Cidadania e
Cultural

Marta Suplicy
Ministra de Estado da Cultura
Testemunha

Luis Fernando Zugliani
Subsecretária de Planejamento, Orçamento e
Administração

ANEXO I

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA O ANO DE 2013

1. Executar integralmente os valores constantes dos limites orçamentário e financeiro estabelecidos para a unidade para o ano de 2013, nos prazos e condições pactuadas com a SPOA/SE/MinC.
2. Implementar integralmente a lista de Projetos Finalísticos constante da Programação Executiva (ANEXO 11) para o ano de 2013, nos prazos e condições acordadas com a SPOA/SE/MinC.
3. Cumprir as metas do PPA de responsabilidade da Unidade na proporção, nos prazos e nas condições acordadas para o ano, com a SPOA/SE/MinC.
4. Contribuir para o cumprimento das metas do PNC relacionadas à Unidade na proporção, nos prazos e nas condições acordadas para o ano, com a SPOA/SE/MinC.
5. Apresentar Plano Estratégico em tempo hábil para apresentar o Plano de Melhoria de Gestão.
6. Apresentar Plano de Melhoria de Gestão no segundo semestre do ano de referência.



MAPA ESTRATÉGICO DA SCDC

(Desdobramento do Mapa Estratégico MinC 2013)

GARANTIR O PLENO EXERCÍCIO DOS DIREITOS CULTURAIS

(Mapa Estratégico - Missão MinC 2013)

A CIDADANIA E A DIVERSIDADE CULTURAL RECONHECIDAS COMO ELEMENTOS RELEVANTES NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE INCLUSÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA - SCDC

POLÍTICA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE

INSTITUIR PROGRAMAS DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES DE INCENTIVO À DIVERSIDADE E AO INTERCÂMBIO CULTURAL COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA;

COOPERAR COM ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS COM VISTAS AO PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO COMPARTILHADA DAS POLÍTICAS DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL

PROMOVER E FOMENTAR O ACESSO AOS MEIOS DE PRODUÇÃO, FORMAÇÃO, FRUIÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL COM VISTAS À AMPLIAR O RECONHECIMENTO, PROTEÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS PRÁTICAS CULTURAIS

GESTÃO COMPARTILHADA

PLANEJAR, COORDENAR, ACOMPANHAR E AVALIAR A IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DA SECRETARIA

ZELAR PELA CONSECUÇÃO DAS CONVENÇÕES, ACORDOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL, EM ESPECIAL A CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E A PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS DA UNESCO

FORTALECER A INTEGRAÇÃO E A COMPLEMENTARIDADE DE AÇÕES NO MINISTÉRIO E SUAS ENTIDADES VINCULADAS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS E A CRIAÇÃO ARTÍSTICA

FOMENTAR O INTERCÂMBIO, A PARTICIPAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL, E A GESTÃO PARTICIPATIVA DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

DISPONIBILIZAR INFORMAÇÕES E FOMENTAR O REGISTRO, O INTERCÂMBIO E O ACESSO AO CONHECIMENTO SOBRE EXPRESSÕES CULTURAIS, CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO SOCIAL – GESTÃO COMPARTILHADA E INTERLOCUÇÃO

IMPLEMENTAR E APERFEIÇOAR MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DOS ENTES FEDERADOS NA EXECUÇÃO DA POLÍTICA

IMPLEMENTAR E APERFEIÇOAR OS INSTRUMENTOS DE FOMENTO E INCENTIVO NO SISTEMA MINC - FOCO NO PROGRAMA CULTURA VIVA

APERFEIÇOAR OS MARCOS REGULATÓRIOS - FOCO NA LEI CULTURA VIVA

DESENVOLVER E IMPLEMENTAR SISTEMAS DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

IMPLEMENTAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - INTEGRAÇÃO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE UNIDADES

IMPLANTAR MECANISMOS DE GESTÃO POR RESULTADO:
 * Gestão estratégica
 * Gestão de projetos
 * Gestão de processos
 * Controle interno

APRIMORAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - CRIAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

ESTRUTURAR UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EFICAZ - GESTÃO DO CONHECIMENTO

CONSOLIDAR AS PARCERIAS INTRA E INTER INSTITUCIONAIS

ESTRUTURAR O QUADRO DE PESSOAL DESENVOLVENDO E VALORIZANDO O COMPETÊNCIAS

VIABILIZAR A SUSTENTABILIDADE DOS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS

Anexo III – Planejamento Operacional

PLANO INSTITUCIONAL DA SCDC 2012/2013
O desafio da cidadania na diversidade
cultural brasileira

Versão Fevereiro de 2012

MINISTÉRIO DA CULTURA**Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC****Márcia Rollemberg**

Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural

Ione Maria de Carvalho

Diretora da Cidadania e da Diversidade Cultural

Elaine Rodrigues Santos

Chefe de Gabinete

Daniel Castro

Assessor do Gabinete da SCDC

Giselle Dupin

Assessora de Cooperação Internacional

Pedro Domingues

Coordenador Geral de Programas e Projetos

Magali G. de M Moura

Coordenadora Geral de Acompanhamento e Fiscalização

Antônia Rangel

Coordenadora Geral de Cooperação, Articulação e Informação

Claudio Prata

Assessor de Planejamento da SCDC

Marcelo Nóbrega

Assessor de Planejamento da SCDC

Alceu Castello Branco

Assessor de Planejamento da SCDC

Documento elaborado em dezembro de 2012 por:

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. FUNDAMENTOS	06
2.1 MISSÃO REGIMENTAL	09
2.2 VISÃO ESTRATÉGICA	09
2.3 VALORES INSTITUCIONAIS	09
2.4 COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS	09
2.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	10
2.6 PRINCIPAIS DESAFIOS	10
2.7 COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SCDC	12
3. ESTRUTURA DO PLANO INSTITUCIONAL	15
3.1 MACRO AÇÃO 01 - ANÁLISE E RECONSTRUÇÃO ORGANIZACIONAL	15
3.1.1 ESTRATÉGIA 01 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO 2011	15
3.1.2 ESTRATÉGIA 02 – DIAGNÓSTICO DO MARCO LEGAL	15

3.1.3 ESTRATÉGIA 03 - RECONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE – PARCERIAS ESTRATÉGICAS	18
3.2 MACRO AÇÃO 2 – AÇÕES ESTRUTURANTES	19
3.2.1– ESTRATÉGIA 04 - AÇÕES IMEDIATAS, CONCLUSIVAS, PREVENTIVAS E PROPOSITIVAS	19
3.2.1.1 – AÇÕES IMEDIATAS	19
3.2.1.2 – AÇÕES CONCLUSIVAS	20
3.2.1.3 – AÇÕES PREVENTIVAS	20
3.2.1.4 – AÇÕES PROPOSITIVAS	29
3.2.2 - ESTRATÉGIA 05 - PLANEJAMENTO DA SCDC	22
3.2.2.1 – REDESENHO DO PROGRAMA CULTURA VIVA	22
3.2.2.2 – EVENTOS ESTRATÉGICOS	25
3.2.2.3 – INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DE GESTÃO	26
4. PROPOSIÇÕES À AGENDA SCDC 2013	27
4.1 - CONSULTA AOS DIRIGENTES	27
4.2 - AGENDA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO REDESENHO DO PCV	29
4.3 - CONTRIBUIÇÕES À AGENDA PRELIMINAR DE IMPLEMENTAÇÃO DO REDESENHO	32
5 ANEXOS	

RELAÇÃO DE ANEXOS AO PLANO INSTITUCIONAL DA SCDC

DOCUMENTOS CITADOS – PASTA 01

1. Planejamento Estratégico da SCDC - Relatório de Progresso do (inclue versão aprovada do Mapa Estratégico SPOA)
2. Diagnóstico da Situação – SCC 2011
3. Parecer Técnico Nº 01-2012/GABIN/SCDC/MINC
4. Plano Intersetorial de Trabalho, Secretarias, Vinculadas e outros organismos – Mapa Geral de Pactuação
5. Plano de Fiscalização de Transferências Voluntárias para o Exercício 2013
6. Plano Editorial SCDC 2012 - 2013
7. Relatório Redesenho do Cultura Viva
8. Seminário de Redesenho do PCV - Resumo de Proposições
9. Agenda de Eventos 2013
10. Redesenho do Programa Cultura Viva – Plano de Ação da SCDC para a Implementação – Matriz Gerencial das Propostas de Redesenho
11. Acordo de Desempenho SCDC/MinC

CADERNOS TEMÁTICOS – PASTA 02

12. Caderno Temático Juventude
13. Caderno Temático Culturas Populares
14. Caderno Temático Pessoas com Deficiência
15. Caderno Temático Cultura dos Povos Ciganos
16. Caderno Temático Cultura e Infância
17. Caderno Temático Mulheres e Cultura
18. Caderno Temático Povos de Terreiros
19. Caderno Temático Povos Indígenas
20. Caderno Temático Cultura LGBT
21. Caderno Temático Pessoa Idosa
22. Caderno Temático Cultura Digital – Repositório de textos

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES – PASTAS 03

23. RELATÓRIO PERIÓDICO QUADRIENAL SOBRE AS MEDIDAS PARA PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS
24. PORTARIA Nº 156, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012 - Aprova o Plano de Trabalho Anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para o exercício de 2013
25. PROJETO DE LEI Nº 757, de 2011 (Apenso: PL 1.378, de 2011) "Institui o Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania"
26. Projeto de Lei que Dispõe Sobre a Política Nacional de Cultura e o Sistema Nacional De Cultura – Exposição de Motivos
27. PORTARIA Nº 39, DE 04 DE MAIO DE 2011
28. PORTARIA INTERMINISTERIAL CGU/MF/MP 507/2011
29. ACORDO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA – SNC (SAI)
30. METAS PPA/MINC – PROGRAMA Nº47: CULTURA, PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO
31. MATRIZ DA REPRESENTAÇÃO DA SCDC EM PROGRAMAS, CONSELHOS, COMISSÕES, COMITÊS, GT E OUTROS
32. MENSAGEM PRESIDENCIAL 2012 - SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL - Realizações previstas 2012/2013 – principais realizações do ano em curso
33. APRESENTAÇÕES DO GABINETE – COMPILADO DOS CONTEÚDOS 2013
34. BRIEFING PARA A MINISTRA EM 14/01/2013 – PROGRAMA CULTURA VIVA/PROBLEMAS APONTADOS PELA CGU
35. RELATO DA REUNIÃO DOS PONTOS DE CULTURA COM A MINISTRA
36. REGIMENTO INTERNO DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA
37. TERMO DE ADESÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO COMPARTILHADA DO PROGRAMA CULTURA VIVA – PROPOSTA PRELIMINAR
38. SUPORTE DOCUMENTAL DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA (DESTAQUE) – PROPOSTA PRELIMINAR
39. GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA ESTADOS, MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – PROPOSTA PRELIMINAR
40. MANUAL DE EVENTOS SCDC 2013

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 01 - Diagrama dos Objetivos Estratégicos da SCDC

10

Quadro 02 - Ações Integrantes dos Programas Brasil Plural e Cultura Viva.	15
Quadro 03 - Ações de Pactuação da SCDC Específicas para o Fortalecimento e Expansão do PCV	24
Quadro 04 - Plano de Ação da SCDC para a Implementação do Redesenho	30
Quadro 05 – Contribuições à Agenda Preliminar de Implementação do Redesenho	32

1. INTRODUÇÃO

A presente versão do Plano Institucional 2012/2013, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC, oficializada pelo Decreto nº 7.743, de 01 de junho de 2012, tem como escopo a atualização dos fundamentos estratégicos da nova unidade, constituído da missão, visão, valores, competências essenciais, linhas estratégicas, desafios e estrutura operacional. Para tal a SCDC constituiu no período uma Assessoria de Planejamento, que contou com a parceria do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, no contexto do processo de redesenho do Programa Cultura Viva.

A publicação de nova versão do Plano Institucional cumpre, também, o papel de organizar os documentos produzidos ao longo do exercício de 2012, contribuindo a que os esforços desenvolvidos pela equipe e grande número de parceiros e colaboradores, internos e externos à SCDC e ao Ministério da Cultura, sejam conhecidos e disponibilizados como acúmulos estratégicos para o desenho do futuro da SCDC. Não se trata de um relatório de atividades, mas de um registro com a finalidade de apoiar o planejamento da consolidação da SCDC para o desafio da cidadania na diversidade cultural brasileira.

Neste sentido os Cadernos Temáticos e os Planos Setoriais (anexos ao documento), constituem acervos inestimáveis ao promoverem o registro de deliberações e desenvolvimentos com o meritório propósito de proporcionar organicidade e consenso às demandas dos segmentos sociais que constituem o perfil da cidadania e da diversidade cultural brasileira – elemento imprescindível à elaboração das políticas específicas. Nenhum deles ou o conjunto se pretende definitivo posto que a sociedade evolui na interpretação de seu papel na produção da cultura brasileira, portanto a atualização deve ser um compromisso a ser compartilhado.

Incorporado ao conjunto de anexos se encontram os documentos conclusivos derivados do processo de Redesenho do Programa Cultura Viva iniciativa conduzida em parceria com o IPEA, que tem sua origem em 2006, tendo produzido um volume considerável de publicações resultantes de pesquisas de campo e trabalhos em grupos e que em 2012 finalizou um amplo processo de consulta às distintas partes interessadas da SCDC e do MinC com o propósito de identificar oportunidades de melhoria na gestão do Programa. Estão igualmente incorporados ao conjunto: o Diagnóstico da Situação – SCC 2011, documento de partida nas ações de estruturação da SCDC, o Plano Editorial, a Agenda de Eventos 2013, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização e demais documentos de interesse, constituindo acervo das realizações da SCDC no período.

O Plano Institucional se presta especialmente como instrumento de integração das informações administrativas, de gestão interna e da relação da SCDC com as demais instâncias de governança do MinC, o que contribuirá para o desenho da linha do tempo da unidade (outros anexos).

Com este propósito, estão também incluídos, os documentos referentes ao processo iniciado em 07 de fevereiro de 2013, conduzido pelo MinC, e coordenado pela SPOA, de elaboração do Mapa Estratégico do ministério e seu desdobramento no âmbito das secretarias e organismos vinculados, na forma de Mapas Colaborativos.

O ano de 2012, como pode ser observado, foi pautado por esforços de estruturação e instalação da nova unidade (SCDC), conduzidos de forma concomitante ao atendimento às demandas pré-existentes da extinta Secretaria da Cidadania Cultural – SCC, além da agenda de projetos do Programa Brasil Plural, que até 31/12/2010 teve como Unidade Gestora a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID.

2. FUNDAMENTOS DA SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

Um processo de Planejamento Estratégico foi conduzido no ano de 2012, na SCDC, com o propósito de subsidiar a consecução dos objetivos institucionais da nova unidade, o qual possibilitou a definição compartilhada com a equipe da Secretaria, das linhas prioritárias de atuação e dos seus novos desafios, tendo por base o Plano Plurianual 2012. O processo de trabalho foi conduzido segundo duas instâncias distintas e complementares.

AÇÃO 1 – Matriz de Ações Prioritárias por Unidade Finalística da SCDC.

Nesta ação foram executadas oficinas individuais, por Coordenação Geral, com a participação de todos os colaboradores de cada unidade, com o objetivo de identificar e priorizar os compromissos já assumidos pelas duas Secretarias pré-existentes (SID e SCC), tendo por base um conjunto acordado previamente de critérios. (Anexo 01 – Relatório de Progresso do Planejamento Estratégico).

O resultado dessa ação deu origem a um conjunto de matrizes de planos de ação por unidade da Secretaria e propiciou a que as unidades (coordenações e assessorias) identificassem as pendências e os encaminhamentos possíveis e principalmente construíssem seus portfólios de projetos, elegendo os respectivos responsáveis e tempo estimado de finalização.

O passo seguinte (em andamento), considerando a possibilidade de sobreposição de ações entre as unidades, é a priorização negociada com as partes interessadas internas e externas, pelas próprias coordenações e assessorias, do Plano de Ação por unidade finalística da SCDC.

AÇÃO 2 – Integração do Planejamento Estratégico da SCDC com o Redesenho do Programa Cultura Viva/IPEA

Considerando que a SCDC já vinha contando com a parceria do IPEA no projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva, e que essa iniciativa já previa se iniciar pela definição dos objetivos estratégicos da nova Secretaria, considerou-se como oportuno que a ação de elaboração do Plano Estratégico da nova unidade (objetivos estratégicos), fosse conduzida de forma associada à do referido Redesenho, potencializando as agendas dos participantes. Para tal, aceita a proposição pela equipe de consultores do IPEA, um novo cronograma das ações do Projeto de Redesenho do Programa Cultura Viva foi elaborado, incorporando as demandas da agenda do Planejamento Estratégico SCDC.

Estão apresentados à seguir: os objetivos institucionais derivados desse exercício, os objetivos estratégicos, os desafios, as competências, a estrutura organizacional e o regimento interno:

2.1 MISSÃO REGIMENTAL

Planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas, programas, projetos, ações e iniciativas para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira, de forma a ampliar a capacidade de reconhecimento, proteção, valorização e difusão do patrimônio, da memória, das identidades, das expressões, práticas e manifestações culturais.

2.2 VISÃO ESTRATÉGICA

A atuação da SCDC/MinC será reconhecida como política pública de referência na promoção do desenvolvimento econômico e social pela via da cultura, focada na cidadania e na diversidade das expressões culturais e na garantia dos seus direitos de cidadão.

2.3 VALORES INSTITUCIONAIS

- a) Respeito aos direitos humanos e a diversidade como elementos fundamentais da promoção cultural.
- b) Valorização de métodos e práticas consolidadas de gestão, como estratégia de obtenção de resultados superiores.
- c) Respeito à ética, aos direitos humanos e à diversidade como elementos fundamentais da promoção cultural.
- d) Garantia no atendimento às demandas por informação oriundas da sociedade.
- e) Atendimento às Convenções e demais orientações de âmbito internacional.
- f) Impessoalidade e transparência na gestão dos recursos.
- g) Qualificação e valorização dos quadros técnicos.

2.4 COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS

- a) Formulação e gestão de políticas públicas, programas, projetos, iniciativas e ações de cunho social relacionadas à diversidade e a cidadania cultural.
- b) Formulação e gestão de instrumentos de fomento a programas e projetos.
- c) Planejamento e gestão de ações de âmbito internacional.
- d) Representação institucional junto à sociedade e órgãos públicos.
- e) Gestão do Conhecimento.
- f) Gestão de redes.

2.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Objetivo 01 - Reconhecimento, Proteção, Valorização e Difusão
- Objetivo 02 - Acesso aos Meios de Produção, Formação, Fruição e Difusão
- Objetivo 03 – Direitos Culturais
- Objetivo 04 - Cooperação e Intercâmbio Nacional e Internacional
- Objetivo 05 - Cultura e Desenvolvimento Sustentável
- Objetivo 06 - Promoção da Convivência e Diálogo entre Diferentes

Quadro 01 - Diagrama dos Objetivos Estratégicos da SCDC



Fonte: Assessoria de Planejamento SCDC

2.6 PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os principais desafios da Secretaria pode ser apontada a necessária retomada e fortalecimento do diálogo com as partes interessadas dos seus principais programas e ações, dentre as quais se destacam: o Fórum dos Secretários de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas, os Gestores Estaduais e Municipais do Programa Cultura Viva, dentre outras instâncias de diálogo.

Alguns dos principais desafios da Secretaria estão relacionados:

- a) ao esforço de planejamento e implantação da nova unidade - Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC);
- b) à proposição de um novo marco legal;
- c) à gestão de conhecimento dos resultados dos programas, projetos e iniciativas conduzidas pelas duas secretarias pré existentes e em especial pelos parceiros e beneficiários dos programas, a exemplo dos Pontos e Pontões de Cultura;
- d) à necessidade de um modelo de gestão de processos com um sistema de monitoração ágil e eficiente dos processos internos da SCDC, haja vista o volume e a complexidade de gerenciamento dos instrumentos gerenciais de fomento;
- e) à necessidade de ampliação e diversificação estrutural das fontes de fomento a programas, projetos e ações;

- f) à identificação, reconstrução e valorização das entidades e instâncias parceiras e estratégicas para a governabilidade dos programas Cultura Viva e Brasil Plural;
- g) à necessidade de estruturar e implementar a estratégia de ação federativa do PCV;
- h) à caracterização das suas demandas específicas vis-a-vis ao sobreamento com outras secretarias;
- i) ao esforço de Redesenho do Programa Cultura Viva à luz das ações e metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), e do Plano Plurianual – PPA;
- j) à necessidade de um modelo de gestão dos programas e perfil e papel das instâncias de governança – maior exploração das tecnologias de informação visando agilizar processos e reduzir custos;
- k) à melhoria dos procedimentos de comunicação - reestruturação das estratégias de comunicação – TEIA, reuniões.

Como pode ser conhecido em maiores detalhes no documento anexo a este Plano (Diagnóstico de Situação – 2011. Brasília/DF – Fevereiro 2012), os pressupostos para a fusão dos programas Brasil Plural e Cultura Viva, antes sob a gestão da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) e Secretaria da Cidadania Cultural (SCC), respectivamente, são:

- a) proporcionar sinergia, adensamento e integração de conhecimentos, experiências e otimização dos recursos entre os programas já existentes, minimizando sobreposições de ações estruturantes de formulação, implantação, acompanhamento e avaliação, e;
- b) favorecer a implementação das políticas, o melhor aproveitamento dos recursos técnicos e financeiros, clareza dos conceitos e das ações, comunicação, participação, controle social e articulação com as redes sociais.

Para a formulação do Plano de Ação 2012 a SCDC contou, além das instâncias já citadas, com a parceria do IPEA, com os elementos advindos da pesquisa "**Cultura Viva: as práticas dos Pontos e Pontões**", que contém os resultados da 2ª pesquisa realizada pelo órgão. Mas o presente documento assume a lógica da dinâmica própria das políticas públicas oriundas de uma forte interação com a sociedade, o que significa dizer que as suas “apostas” poderão, a qualquer tempo, serem revisadas.

2.7 COMPETÊNCIAS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SCDC

Este capítulo apresenta as competências e a Estrutura Organizacional adotadas pela SCDC, conforme expressas em seu Regimento Interno, elaboradas com a ampla participação das coordenações.

2.7.1 Competências da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural:

- a) planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas, programas, projetos, ações e iniciativas para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira;
- b) promover e fomentar programas, projetos e ações que ampliem a capacidade de reconhecimento, proteção, valorização e difusão do patrimônio, da memória e das identidades, das expressões, práticas e manifestações artísticas e culturais;
- c) reconhecer e valorizar a diversidade das expressões culturais e a criação artística, individual ou coletiva, de grupos étnicos e suas derivações sociais;
- d) promover e fomentar o acesso aos meios de produção, registro, formação, fruição e difusão cultural, e o reconhecimento dos direitos culturais;
- e) promover ações que estimulem a convivência e o diálogo entre diferentes, a prática da interculturalidade, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade simbólica e étnica;
- f) fortalecer a integração e a complementaridade de ações no Ministério e suas unidades vinculadas para fomento, articulação e pactuações em prol da cidadania e da diversidade cultural;
- g) cooperar com órgãos e entidades públicas e privadas na efetivação de políticas, programas e ações em prol dos direitos humanos, da ética, da cidadania, da diversidade cultural, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável ;
- h) mapear, sistematizar e disponibilizar informações e fomentar o registro, o intercâmbio e o acesso ao conhecimento sobre as expressões culturais, a cidadania e a diversidade cultural;
- i) instituir programas de fomento às atividades de incentivo ao intercâmbio cultural e interação estéticas, como meios de promoção da cidadania e da diversidade;
- j) fomentar o intercâmbio, a participação, o controle social e a gestão participativa de programas, projetos e ações;

k) valorizar a diversidade e promover o exercício da cidadania cultural no fortalecimento das relações federativas e na implementação do Sistema e da Política e do Plano Nacional de Cultura;

l) zelar pela consecução das convenções, acordos e ações de cooperação nacional e internacional, com destaque para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em conjunto com a Diretoria de Relações Internacionais e com o Sistema Nacional de Cultura;

m) planejar, coordenar e acompanhar a implementação dos instrumentos necessários à execução e avaliação dos programas, projetos e ações da Secretaria;

n) planejar, coordenar e implementar ações para análise e avaliação de projetos culturais de incentivo, no âmbito de sua área de atuação;

o) subsidiar a Secretaria de Políticas Culturais no processo de formulação das políticas públicas da área cultural relacionadas à sua área de atuação;

e
p) planejar ações relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação.

2.7.2 Estrutura Organizacional

a. Gabinete

a.1 Coordenação de Comunicação e Difusão

Serviço de Difusão

a.2 Coordenação de Apoio Administrativo

Serviço de Apoio Administrativo

Serviço de Gestão Documental

b. Diretoria da Cidadania e da Diversidade Cultural

b.1 Coordenação-Geral de Programas e Projetos Culturais

Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Projetos

Divisão de Análise de Programas e Projetos

Coordenação de Seleção e Normatização

Divisão de Seleção de Projetos

Coordenação de Execução de Programas e Projetos

Divisão de Análise Técnica

Divisão de Gestão de Recursos

b.2 Coordenação-Geral de Cooperação, Articulação e Informação

Coordenação de Cooperação e Articulação

Divisão de Cooperação e Articulação

Coordenação de Gestão de Informação

Divisão de Acesso à Informação

Serviço de Gestão de Informação

b.3 Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização

Coordenação de Acompanhamento da Execução

Divisão de Acompanhamento

Serviço de Apoio Técnico de Acompanhamento

Coordenação de Fiscalização

Divisão de Fiscalização

Coordenação de Prestação de Contas

Serviço de Apoio Técnico de Prestação de Contas

Encontra-se em curso, como desdobramento do processo de planejamento estratégico da SCDC, ações de implantação das orientações oriundas dos instrumentos organizacionais – Regimento Interno e Estrutura Organizacional, com a elaboração da matriz de responsabilidades das coordenações gerais. Foram iniciadas ações nesta linha com a CGPPC e com a CGCAI e a elaboração do Plano de Trabalho do Planejamento Estratégico da CGAFI para 2013.

3. ESTRUTURA DO PLANO INSTITUCIONAL

O Plano Institucional da SCDC está estruturado segundo duas Macro-Ações, que visam atender aos seus objetivos estratégicos e estão assim organizadas:

3.1 MACRO AÇÃO 01 - ANÁLISE E RECONSTRUÇÃO ORGANIZACIONAL

3.1.1 ESTRATÉGIA 01 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO 2011

As iniciativas já levadas a efeito e constantes do presente instrumento estão refletindo, na necessária medida, o percurso histórico das duas unidades do MinC – SID e SCC, que integradas para formar a SCDC, sofrem, no período, forte influência da alternância de comando e da revisão tempestiva de compromissos. A análise da situação da SCC (anexo 02 – Diagnóstico de Situação 2011), que reflete as primeiras horas da atual gestão, é pré-requisito para entender o Plano Institucional, que tem seu ponto de partida na elaboração de uma nova Estrutura Organizacional e respectivo Regimento Interno, posto que a existência de sobreamentos entre ações/iniciativas e atividades é esperada e já identificada como existente – não há promoção da cidadania sem o requisito da diversidade. O quadro à seguir contribui ao entendimento desse contexto.

Quadro 2 - Ações Integrantes dos Programas Brasil Plural e Cultura Viva

PROGRAMA		AÇÕES	
1355	Identidade e Diversidade – Brasil Plural	2C70	Divulgação e Fortalecimento Das Culturas Populares
		2C71	Fomento a Projetos de Combate à Homofobia
		2C69	Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas
		6712	Fomento às Manifestações Culturais da Juventude
		6653	Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira
		8206	Proteção e Promoção dos Conhecimentos e das Expressões Culturais Tradicionais
Total		6 ações	

1141	Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania	8891	Apoio a Iniciativas de Economia Solidária Relacionadas à Cultura
		8886	Apoio e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura
		2948	Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural
		009L	Concessão de Bolsas para Agentes Culturais
		2A75	Escola Viva – Cultura, Educação e Comunidade
Total		5 ações	

Fonte: Diagnóstico da Situação – 2011 - Brasília/DF – Fevereiro 2012 – Gabinete SCC/MinC

O mesmo diagnóstico traz resultados, oportunidades de revisão de rumos e fortes elementos para tomada de decisão quanto ao escopo de compromissos/projetos/atividades a serem prometidos e entregues, dentre eles merece destaque o relativo à força de trabalho - de um total de 120 técnicos (entre servidores e terceirizados) 12 foram demitidos, exonerados e/ou cedidos para outras unidades do MinC durante o processo de fusão, o que condiciona a execução da carteira de compromissos da nova unidade. Embora nenhum compromisso já assumido pelo ministério tenha sido descontinuado por ausência de decisão ou execução técnica da SCC, alguns problemas podem ser apontados:

- a) equipe insuficiente para as atividades administrativas, de gerenciamento de documentos, formalização dos processos e de acompanhamento e fiscalização;
- b) ausência de consenso e clareza quanto ao arcabouço conceitual dos distintos programas (doravante integrados), dificultando o ordenamento de prioridades e a definição de uma matriz de competências e responsabilidades na implementação;
- c) ausência de ferramentas de gestão da informação e/ou inadequação das existentes ao perfil de alguns dos parceiros e beneficiados, e em decorrência desses fatores a presença de um alto índice de históricos passivos de contratação (em alguns dos casos com até cinco anos de atraso), repasses e finalização de projetos, são.

O conhecimento e o complexo reordenamento dos programas da SCDC, estruturados em Redes (e não redes) – estaduais, municipais, consórcios (exemplo notório do Programa Cultura Viva), mostra-se como um desafio de proporções ainda desconhecidas, mas assumido como estratégico para a prática da gestão compartilhada e, portanto, foco de uma das instâncias finalísticas da estrutura da nova unidade – Coordenação Geral de Cooperação, Articulação e

Mobilização. A “Cartografia dos Pontos de Cultura”, meta original do Programa Cultura Viva, e já com resultados em alguns estados brasileiros, toma novo impulso na parceria da SCDC com a Secretaria de Políticas Culturais – SPC do MinC, para a estruturação do Sistema Nacional de Informações Culturais – SNIC.

3.1.2 ESTRATÉGIA 02 - DIAGNÓSTICO DO MARCO LEGAL DO FOMENTO

Entre os gargalos ao desempenho das ações da SCDC, em particular a condução qualificada do Programa Cultura Viva (iniciativa de maior volume da Secretaria) pode ser apontada a evidência da inadequação do marco legal brasileiro no apoio a projetos sócio culturais - “*embora sejam estas normas importantes em termos da cultura política que valoriza a segurança jurídica e a lisura nos usos de recursos públicos*” – (Fonte: “Pesquisa e Avaliação Crítica PCV - marcos regulatórios e modelo lógicos” - IPEA).

Identificada esta demanda, a estratégia adotada e posta em prática pela direção da SCDC foi a de identificar os autores (parlamentares e demais participantes) e disponibilizar o apoio da expertise da casa visando à solução mais adequada possível, na lógica dos beneficiários dos programas e projetos aos quais se aplicam. Nesta linha estão sendo acompanhadas pelo menos duas das iniciativas parlamentares em curso:

- a) O Projeto de Lei da Deputada Federal Jandira Feghali, que institui o Programa Cultura Viva (aprovado em 27 de novembro de 2012); e
- b) O Relatório e Substitutivo do Deputado Nazareno Fonteles, a ele relacionado, e o Projeto de Lei n 2177, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual visa “*à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País*”, mas com alcance para os projetos apoiados por recursos públicos e, portanto sujeitos às mesmas normas de gestão.

Mas a secretaria não se limitou ao acompanhamento das iniciativas externas. Elaborou e encaminhou à Câmara Federal, o PARECER TÉCNICO Nº 01-2012/GABIN/SCDC/MINC, de 09 de outubro de 2012 - Análise do substitutivo apresentado pelo Deputado Federal Antônio Roberto (PV-MG) para o Projeto de Lei nº 757, de 2011, denominado Cultura Viva – Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, de autoria da Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), (anexo 03).

Ainda no campo do Marco Legal a SCDC coordenou o Grupo de Trabalho Permanente sobre Diversidade Cultural, criado pela Portaria nº 269, de 14 de setembro de 2004. A Convenção da Diversidade tem sido trabalhada no Ministério da Cultura como marco legal para diversos programas e ações, especialmente para os Programas sob a responsabilidade da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Esse instrumento jurídico reflete a preocupação da sociedade internacional com os atuais desequilíbrios das trocas de bens e serviços culturais, e visa a garantir a soberania dos países em adotar políticas públicas de cultura adaptadas às suas realidades sociais e culturais.

O relatório (anexo 04 – Relatório periódico quadrienal sobre as medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais), enviado à UNESCO em maio de 2012, demonstra que o governo brasileiro está alinhado à meta e aos desafios propostos pela Convenção, e resume os principais programas desenvolvidos pelo Ministério da Cultura, apresentando dados como objetivos, público alvo, recursos empregados, desafios justificados e impactos resultantes. Trata-se de um conjunto de informações que contribui para a divulgação da política de cultura junto às demais áreas da gestão pública e à sociedade em geral, de forma a permitir o aprofundamento e a criação de ações intersetoriais.

3.1.3 ESTRATÉGIA 03 - RECONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE – PARCERIAS ESTRATÉGICAS

Movimentos distintos, mas complementares, foram conduzidos pela SCDC, no período, no intuito da reconstrução da governabilidade das suas iniciativas, programas e projetos os quais estão apresentados no (anexo 05 - Plano Intersetorial de Trabalho – Secretarias, Vinculadas e Outros Organismos - Mapa Geral de Pactuação MinC/SCDC.) Participam desse Plano as seguintes unidades administrativas e de governança:

a) Secretarias do Ministério da Cultura

- SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA – SEC/MINC
- SECRETARIA DO AUDIO-VISUAL – SAV/MINC
- SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL – SAI/MINC
- SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA – SEFIC/MINC
- SECRETARIA EXECUTIVA – SE/MINC

b) Organismos vinculados ao Ministério da Cultura

- FUNDAÇÃO PALMARES
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM/MINC
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN
- AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA - ANCINE
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTE - FUNARTE
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FBN
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

c) Outros Ministérios

- MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS/FIOCRUZ
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – MPOG
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES/ PROGRAMA GESAC - MiniCom
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI

d) Outros organismos

- SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SDH/PR
- SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEPPIR/PR
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA – SPM/PR
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPq/MCTI
- SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – SIPAM

- CONSELHOS, COMISSÕES, COMITÊS, GRUPOS DE TRABALHO E OUTRAS INSTÂNCIAS (RELAÇÃO ANEXA)

3.2 MACRO AÇÃO 02 – AÇÕES ESTRUTURANTES

3.2.1 ESTRATÉGIA 04 – AÇÕES IMEDIATAS, CONCLUSIVAS, PREVENTIVAS E PROPOSITIVAS.

Foram colocadas em curso no período, visando resgatar as condições de desenvolvimento e gestão dos projetos e ações da SCDC, as seguintes iniciativas estratégicas:

3.2.1.1. AÇÕES IMEDIATAS

- a) Elaboração e aprofundamento do Diagnóstico de Situação 2011;
- b) Portaria de criação do Grupo de Trabalho visando ao Redesenho do Programa Cultura Viva, principal ação da secretaria, cujos resultados estão relatados em anexo a este documento;
- c) Levantamento, sistematização e divulgação de dados com destaque para os convênios;
- d) Retomada de diálogo com os parceiros e Redes de Pontos de Cultura – Realização de extensa agenda de trabalho, com destaque para as reuniões com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (Brasília/DF, em 31/10/2011; Brasília/DF, em 14 e 15/12/2011; e, Porto Alegre/RS, em 22 e 23/01/2012); e Realização de Encontro com Gestores das Redes Estaduais e Municipais de Ponto de Cultura em Porto Alegre/RS nos dias 22 e 23/01/2012;
- e) Elaboração e execução de Plano de Fiscalização das Transferências Voluntárias. (anexo 06 - Plano de Fiscalização das Transferências Voluntárias)

3.2.1.2. AÇÕES CONCLUSIVAS

- a) Implementação de Cronograma de Desembolso, para pagamento dos compromissos firmados e inscritos em Restos a Pagar;

- b) Criação de critérios e elaboração de cronograma para empenho de parcelas de convênios firmados em exercícios anteriores os quais não foram previstas nos orçamentos subsequentes;
- c) Inclusão dos processos de conveniamento no SICONV, descentralização de recursos e editais de premiação no SALIC (convênios também estão sendo inseridos no SALIC);
- d) Resolução das pendências relacionadas aos editais de premiação ; e,
- e) Publicada a homologação do Edital Prêmio Arte e Cultura Inclusiva – Edição Albertina Brasil – “Nada Sobre Nós Sem Nós”.

3.2.1.3 - AÇÕES PREVENTIVAS

- a) Solicitação de complementação da força de trabalho da secretaria (Gestores e 12 postos vagos em função de 4 pedidos de demissão e 8 exonerações/redistribuição no momento da junção dos programas);
- b) Reorientação e definição de fluxo de documentos; e
- c) Estabelecimento de parceria com órgãos de controle interno e externo para resolução dos problemas, minimização de risco na implementação dos Programas, Projetos e Ações, bem como para implementação de novo modelo de gestão.

3.2.1.4 - AÇÕES PROPOSITIVAS

- a) Elaboração dos Cadernos Setoriais
 - Caderno Temático Juventude - (anexo – 07)
 - Caderno Temático Culturas Populares - (anexo – 08)
 - Caderno Temático Pessoas com Deficiência - (anexo – 09)
 - Caderno Temático Cultura dos Povos Ciganos - (anexo – 10)

- Caderno Temático Cultura e Infância - (anexo – 11)
- Caderno Temático Mulheres e Cultura - (anexo – 12)
- Caderno Temático Povos de Terreiros - (anexo – 13)
- Caderno Temático Povos Indígenas - (anexo – 14)
- Caderno Temático Cultura LGBT - (anexo – 15)
- Caderno Temático Pessoa Idosa - (anexo – 16)
- Caderno Temático Cultura Digital - (anexo – 17)

b) Elaboração dos Planos Setoriais:

- Plano Setorial de Cultura Indígena - (anexo – 18)
- Plano Setorial de Culturas Populares - (anexo – 19)

c) Criação do Núcleo de Comunicação e elaboração de um Plano Editorial (anexo 20 – Plano Editorial 2012/2013), maior atualização da informação no site, com a edição de Boletins periódicos. Foram editados 8 Boletins periódicos – Cultura Viva em Números, de escopo nacional e de conteúdo regionalizado.

d) Alocação de recursos para contratação de tecnologia de informação – Projeto Cartografia da Diversidade;

e) Lançamento de novos Editais. Foram lançados no período 3 (três) Editais pela SCDC e 2 (dois) via Lei Rouanet, a saber:

- Edital de Divulgação n.º 11 de 14 de dezembro de 2011 - Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais 2011;

- Edital de Divulgação n.º 02 de 05 de novembro de 2012 - Prêmio Culturas Populares: 100 Anos de Mazaroppi - A Cultura Popular no Cinema;
- Edital Interações Estéticas 2012 - Bolsa de Intercâmbio

Prêmios via Lei de Incentivo Fiscal

- Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2011 – Edição Albertina Brasil – “Nada Sobre Nós Sem Nós”;
- Edital de Divulgação n.º 01 de 15 de outubro de 2012 - Prêmio Culturas Indígenas - Edição Raoni Metuktire.

f) Contratação de serviços de digitalização do acervo documental da SCDC.

Encontra-se em andamento a ação de digitalização de processos internos da secretaria (documentos de contratos e demais instrumentos de fomento), cujo resultado, estima-se, poderá ser incorporado à base de dados residente no servidor do MinC, conhecido como pasta CRONOS ou residente em sistema dedicado (a exemplo do SNIC), como parte integrante do projeto de Gestão do Conhecimento da SCDC.

g) Ampliação da infraestrutura de pessoal da SCDC com as propostas (em elaboração) de contratação de consultores (Termos de Referência) via acordos de cooperação internacional - PRODOC:

- PRODOC IBRAM/OEI – parceria com o Instituto Brasileiro de Museus e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.
- PRODOC UNESCO – parceria com a Secretaria de Articulação Institucional do MINC e a Organização das Nações Unidas.

3.2.2 - ESTRATÉGIA 05 - PLANEJAMENTO DA SCDC

3.2.2.1 REDESENHO DO PROGRAMA CULTURA VIVA

Destaca-se neste documento a ação de Redesenho do Programa Cultura Viva, que embora constitua uma iniciativa que antecede a atual gestão, encontrou no período o ambiente necessário para a sua conclusão. O Grupo de Trabalho criado pela SCDC para o Redesenho do Programa Cultura Viva apresentou, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012, no Seminário Redesenho do Programa Cultura Viva, o Relatório de proposições à melhoria da gestão do referido programa (anexo 21 - Relatório Final Programa Cultura Viva).

Conduzido em parceria com o IPEA o Relatório traz um conjunto expressivo de reflexões e proposições, na sua totalidade, formuladas no contexto das oficinas e diálogos virtuais conduzidos de forma compartilhada com os beneficiários diretos (Pontos e Pontões de Cultura), representados na Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

O redesenho do programa, como apresentado no Relatório Final, *“resulta de um processo de aprendizagem sobre o funcionamento do programa e é entendido como uma necessidade de readequação e realinhamento para mudar o patamar de desempenho e controle do PCV e qualificar seus resultados, aumentando sua estabilidade, efetividade, eficácia e autorrenovação, considerando uma política de continuidade e aprofundamento a partir dos macros temas orientadores da nova gestão da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural¹ (SCDC) bem como do conjunto do Ministério da Cultura (MINC)”*.

Iniciado pelo mapeamento dos problemas e dificuldades, para a consolidação da política, identifica-se a necessidade e a oportunidade para o esforço de atualização dos parâmetros conceituais e do modelo e práticas de gestão do programa. O redesenho é direcionado à superação dessas dificuldades com a finalidade de avançar nas mudanças necessárias, realizando, para tanto a sua atualização, que se convencionou designar de Redesenho.

O objetivo, como assinala o documento *“é promover a adequação e o realinhamento, a melhoria dos processos de controle e desempenho e qualificar os resultados do CV, aumentando sua estabilidade, efetividade, eficácia e autorrenovação, considerando uma política de continuidade e aprofundamento a partir dos macros temas orientadores da nova gestão da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) e do Ministério da Cultura (MINC)”*.

¹ O Decreto 7743/2012, de 01/06/2012, criou a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural-SDCD ao unir a Secretaria de Cidadania Cultural - SCC e a Secretaria da Identidade e Diversidade - SID e neste relatório vamos sempre grafar Secretaria ou SCDC, mesmo sabendo que desde 2004 a Secretaria antecessora teve respectivamente a denominação: SPPC, SCC, SCDC.

Destaca-se como relevante nesse processo de aprendizado a produção de consensos não necessariamente presentes entre as distintas instâncias de gerenciamento, como pode ser observada no Modelo Lógico do Programa Cultura Viva - explicação do problema e referências básicas do Programa (pag.12) e no Quadro Conceitual (pag.17) do relatório.

O esforço de redesenho da sua principal ação trouxe à SCDC importantes elementos ao seu próprio processo de reordenamento institucional, presentes nas propostas de readequação da Secretaria (Quadro 3). São analisadas ali as questões relativas ao Marco Legal da secretaria, de recursos orçamentários e financeiros, os recursos humanos e de natureza jurídica, posto que impactam a sustentabilidade do programa.

Uma Linha de Base (como é tratado o conjunto de apostas gerenciais do proceso de redesenho) complementa o conjunto de proposições, baseado na lógica da determinação de objetivos, metas e resultados e sua comparação com indicadores e outras medidas qualitativas derivadas dos instrumentos gerenciais da SCDC/MinC.

O quadro à seguir exemplifica a demanda de pactuação necessária ao cumprimento dos desafios enfrentados ao longo do processo de redesenho do Programa. Encontra-se anexo a este documento o Relatório Final do Redesenho, o documento resumo das contribuições recolhidas no Seminário (anexo 20 – Seminário Redesenho do PCV – Resumo de Proposições) e um resumo executivo com as principais proposições à alimentar a elaboração do Plano de Implementação a ser conduzido em 2013.

Quadro 3 - Ações de pactuação da SCDC específicas para o fortalecimento e expansão do PCV

SECRETARIAS	INICIATIVAS COMPARTILHADAS
SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA – SEC	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Capacitação para Gestores de Pontos e Pontões de Cultura. • Plano de Comunicação e Difusão – produção, circulação e distribuição de conteúdos culturais. • Plano de Capacitação em temáticas relacionadas à gestão • Plano de Ação envolvendo a Rede de Pontos de Cultura para a implementação do projeto – “apoio a atividades intensivas em

	<p>cultura.”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à criação e fortalecimentos da infraestrutura das comunidades detentoras de saberes e fazeres culturais tradicionais, que desenvolvem atividades simbólicas ou artísticas com forte potencial de aproveitamento econômico.
SECRETARIA DO AUDIO-VISUAL – SAV	<ul style="list-style-type: none"> • Customização de ementas dos cursos já existentes na SAV e parceiros com vistas à sua adequação às características do PCV. • Elaboração de instrumento de fomento adequado aos projetos e ações específicas. Inclui estratégia de parcerias externas (empresas etc.) • Pactuação do Plano de Circulação de Conteúdos • Acesso “facilitado” dos beneficiários do projeto (ponteiros e parceiros locais) às facilidade e serviços do CTAV(empréstimo de equipamentos,mixagem transfer de mídias, Oficina Básica de Animação, exportação temporária, etc.
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA – SEFIC	<ul style="list-style-type: none"> • Contatos com as estatais para efeito dos Editais (Eletrobrás, Banco do Brasil, Correios e Telégrafos, Caixa Econômica, BR Distribuidora, Petrobrás) • Formulação de um curso para elaboração e gestão de projetos de fomento.
<u>SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca da diversidade – inclui Ponto de Leitura de Ancestralidade Africana • Circuito Cultura Viva Centro de Desenvolvimento Integral CCDI - Sorrilandia em Sousa/Pb)
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SDH	<ul style="list-style-type: none"> • Programação cultural e Circuito Cultura Viva com acessibilidade exposições. • Acordo de Cooperação para ações conjuntas
VINCULADAS	INICIATIVAS COMPARTILHADAS

IPHAN	Pontões de Bens Registrados
IBRAM	Pontos de Memória
FBN	Pontos de leitura e Agentes de leitura
Palmares	Agente Cultural da Juventude Negra
Fio Cruz	Rede Saúde e Cultura
OUTRAS INSTITUIÇÕES E INSTÂNCIAS	INICIATIVAS COMPARTILHADAS
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	Parceria na condução do projeto Redesenho – coordenação técnica na aplicação do método de redesenho e elaboração das pesquisas e instâncias de formulação e elaboração das conclusões.
Controladoria Geral da União - CGU	Consulta e compartilhamento em análises relativas ao marco legal
Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC	Consulta e compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - CNDPC	Consulta e compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho
Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho em especial quanto à lógica federativa de gestão
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura e Região Metropolitana	Compartilhamento em análises relativas ao processo de redesenho em especial quanto à lógica federativa de gestão
Frente Parlamentar de Cultura	Consultas e compartilhamentos de análises do marco legal e acompanhamento da proposição do Projeto de Lei 757 Lei Cultura Viva

Fonte: Assessoria de Planejamento SCDC/MinC - 2012

3.2.2.2 EVENTOS ESTRATÉGICOS

Uma agenda de eventos foi realizada no período e é sumarizada à seguir:

- a) Rio + 20
- b) Seminários e Oficinas do Redesenho da PCV
- c) Seminário LGBT
- d) Dia dos Ciganos e Seminário
- e) Reunião dos Colegiados Setoriais
- f) Fóruns Nacionais
- g) Teias Estaduais e Municipais

Uma proposta preliminar de Agenda 2013 (anexo 22 – Agenda de Eventos 2013), já está em elaboração, da qual constam cerca de 20 (vinte) eventos que buscam cobrir as necessidades de reflexão, representação e reconhecimento demandadas pelos programas, projetos e ações da secretaria, e buscam oportunizar a que as partes interessadas da SCDC se integrem ao Plano Intersetorial da SCDC que se inicia.

3.2.2.3 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DE GESTÃO

As iniciativas e respectivas metas relacionadas à seguir, visam exemplificar os esforços em andamento na SCDC de reorganização, acompanhamento e avaliação de resultados de seus programas, projetos e ações.

- a) Consolidação da implementação dos Pontos de Cultura, para cumprimento das metas do Plano Nacional de Cultura - PNC;
- b) Mapeamento das ações do Edital Cultura e Saúde realizadas em 2008 e 2010;
- c) Ampliação do acervo audiovisual do Programa Cultura Viva e da sua divulgação para o público externo.

- d) Publicação do livro: "Cultura Viva: as práticas dos pontos e pontões", contendo os resultados da 2ª pesquisa realizada pelo IPEA;
- e) Assinatura do 3º Acordo de Cooperação Técnica com IPEA, para análise e redesenho a partir das pesquisas realizadas.
- f) Premiação de iniciativas culturais.
- g) Realização do Fórum Mundial, em Brasília (DF), de 21 a 24 de outubro de 2011 que contou com a participação do Conselho de 13 comunidades tradicionais de vários continentes várias tradições de diversos pontos do mundo. Publicação de livro contendo o resultado do encontro. Documentário produzido a partir do registro audiovisual do encontro a ser distribuído em escolas do Acre.
- h) Festival realizado de 15 a 20 de julho de 2011 na aldeia do povo Kuntanawa, Estado do Acre, com troca de experiências entre as 13 etnias do tronco linguístico do Povo Plano.

4- PROPOSIÇÕES À AGENDA SCDC 2013

Complementando as proposições oriundas das avaliações de programas e atividades da SCDC, em especial as relativas ao processo de Redesenho do Programa Cultura Viva, estão apresentadas à seguir, as reflexões conduzidas no período, com potencial de apoiar a elaboração do Plano de Ação SCDC 2013.

4.1 PRIORIDADES

1. Fortalecer o Programa Cultura Viva como política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura.

Estratégias

- a) Pactuação com os gestores das redes estaduais e municipais, com prioridade para capitais e regiões metropolitanas, para adoção das ações estruturantes do Programa, e renovação dos convênios, com planos de expansão e adoção de instrumentos normativos mais adequados e simplificados;
- b) Pactuação com os gestores do Sistema MinC na construção da política de fomento para a cidadania e a diversidade, alinhando a relação com a sociedade civil, ações, programas e projetos, e o atendimento aos segmentos específicos e da rubrica de acessibilidade, com destaque para o CEU das Artes e a maior socialização dos equipamentos públicos.

2. Qualificar a gestão compartilhada com ações de comunicação, mobilização, fomento e maior institucionalidade da participação social e articulação das redes sociais.

Estratégias

- a) Realizar a Teia e o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e dos Circuitos Cultura Viva, integrados aos encontros dos segmentos da diversidade, com agenda compartilhada com os pontos, e espaço nos circuitos para realização de teias estaduais, regionais e encontros de interesse na construção de políticas setoriais;
- b) Qualificar a gestão com o fortalecimento das redes de Pontões territoriais (regionais, estaduais, municipais e temáticos), com base em ações de informação, educação e comunicação, e criação de comitês locais para acompanhar o trabalho dos Pontos;
- c) Migrar os Prêmios para a Petrobras, e parceria com Fiocruz e Unesco;
- d) Adaptar o Circuito Cultura Viva para alinhamento ao Projeto da COPA;
- e) Implantar plataforma de comunicação e informação com acesso para o cadastro dos pontos, agenda da rede, Coleção Cultura Viva, instâncias participativas, cartografia dos premiados, dentre outros conteúdos e fontes de interesse;
- f) Elaborar Cartografia dos Premiados e de Glossário do PCV;

- g) Fortalecer a identidade visual do programa (com atualização das logomarcas).

3. Maior efetividade do Programa com a modernização da gestão institucional

Estratégias

- a) Estabelecer fluxo de dados e indicadores para apropriação de resultados, com implementação do Plano de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização, com ações alinhadas ao controle dos órgãos de governo e que ampliem o controle social;
- b) Qualificar os instrumentos do Programa, com edição de nova portaria normativa, modelo de convênio, editais, protocolos;
- c) Adotar o SALIC Web para gestão dos editais, com sua utilização pelos estados;
- d) Reposicionar os prêmios na estratégia de expansão da ação de reconhecimento e de fomento aos Agentes de Cultura, mestres e mestras, e de Pontos de Cultura por chancela, e de ações específicas para os segmentos;
- e) Valorizar os resultados e adequação dos instrumentos normativos ao público alvo do programa, com simplificação processual, da operação dos planos de trabalho e da prestação de contas.

4.2 AGENDA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO REDESENHO DO PCV

O processo de redesenho, como já referido neste documento, oportunizou importantes reflexões sobre as necessidades e demandas de melhoria na gestão da SCDC como pressupostos ou requisitos para a obtenção de resultados superiores do Programa Cultura Viva. Estas reflexões estão distribuídas ao longo do Relatório Final do processo de redesenho, mas estão organizadas, na íntegra, em documento anexo (anexo 23 – Redesenho do Programa Arte, Cultura e Cidadania - Cultura Viva – PCV - Plano de Ação da SCDC para a implementação e matriz gerencial das propostas de redesenho - Brasília 28 de Novembro de 2012).

Em apoio à elaboração do Plano Institucional da SCDC para 2013 optamos pela apresentação neste capítulo, das descrições, objetivos e operações, como sugeridas pelo documento do IPEA, tendo em vista a objetividade das reflexões.

Quadro 4 - Plano de Ação da SCDC para a Implementação do Redesenho

DESCRIÇÃO	OBJETIVOS	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DAS OPERAÇÕES
D1-Sobreposição de competências na estrutura interna;	Reestruturação da SCDC concluída até junho de 2013.	Planejamento estratégico: revisão e validação dos objetivos estratégicos - linhas e ações estratégicas da SCDC. Elaboração e implementação do fluxograma dos processos. Revisão, validação e implementação da matriz do Plano de Ação de cada coordenação.	<ul style="list-style-type: none"> • OP1 Reforma estrutural e planejamento de ações intercoordenações. • OP2 Formar equipe responsável pela revisão de papéis das coordenações e implementação do planejamento.
D2-Grande quantidade de prestação de contas pendentes.	80% das prestações de contas saneadas até dezembro 2012.	Realização de mutirões de trabalho para minimizar passivo.	<ul style="list-style-type: none"> • OP3 Criar fórum com participação de entes federados e da sociedade civil. • OP4 Realizar ações de formação, instrução e mapeamento de problemas. • OP5 Realizar ações coordenadas com entes federados, regionais e pontões para minimizar ações equívocas. • OP6 Implementar o uso mais amigável do Siconv.
D3-Atraso nos repasses de recursos para instituições componentes do programa	Cronograma de editais e estimativa de desembolso definido até junho 2013.	Implementação de programação orçamentária baseada em empenho e pagamento no ano.	<ul style="list-style-type: none"> • OP7 Definir cronograma de editais e referência de desembolsos.
D4- Insuficiência dos instrumentos de monitoramento;	Subsistemas de monitoramento de redes implementado até dezembro de 2013.	Validação do Redesenho, ampliação de recursos humanos e uso de ferramentas tecnológicas de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • OP8 Estudo de harmonização SALIC/ SICONV/ • Desenho de sistema de registro de atividades. • OP9 Plano B alternativo.

D5- Ambiguidade dos conceitos do programa para gestão por instrumentos	Redesenho finalizado em dezembro de 2012.	Validação - Redesenho em andamento	<ul style="list-style-type: none"> OP10 Reuniões com Capitais, Estados e Municípios. Os novos convênios a serem firmados terão como base a terceira geração de editais, a geração PNC/SNC/ Redesenho Estratégico.
D6- Indefinição de prioridades e estratégias;	Priorização ao término do redesenho em Dezembro 2012	Definição de prioridades em andamento, realização de ML e validação junto ao GT-CV e MINC	<ul style="list-style-type: none"> OP11 Cronograma de reuniões com Estados, Municípios de Capitais e outros entes federados; Discussão de contrapartidas, renovação de convênios e critérios definidos a partir da linha de base do programa.
D7- Insuficiência de recursos humanos;	Aumento de recursos humanos estáveis	Validação do redesenho, ampliação de recursos humanos e uso de ferramentas tecnológicas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> OP12 Estudo de harmonização SALIC/ SICONV/ Desenho de sistema de registro de atividades. OP13 Levantamento de necessidades de recursos humanos permanentes.
D8- Insuficiência de recursos financeiros;	Aumento de 40% de recursos financeiros para compromissos vigentes + 36% para realização das metas do PNC. Aumentos anuais conforme Matriz de necessidades da expansão do programa.	Validação do redesenho e suas metas financeiras junto ao MINC.	<ul style="list-style-type: none"> OP14 Construção de frente de apoio para consolidar orçamento. OP15 Registro permanente e organizado das decisões sobre variantes da linha de base. Aperfeiçoamento de critérios a partir da linha de base: critérios regionais sequência de ações prioritárias etc.

Fonte: IPEA – Redesenho do Programa Cultura Viva

4.3 CONTRIBUIÇÕES À AGENDA PRELIMINAR DE IMPLEMENTAÇÃO DO REDESENHO

As ações à seguir foram recolhidas no Seminário do Redesenho em contribuição à estruturação do Plano de Ação para a implementação do Redesenho.

Quadro 5 – Contribuições à agenda preliminar de Implementação do redesenho

AÇÕES	RELEVÂNCIA
a) SEMINÁRIO PESQUISADORES	O Programa Cultura Viva logrou sensibilizar e arregimentar, de forma espontânea, um contingente de pesquisadores do tema da gestão da cultura, cidadania e diversidade, pertencentes a organismos e instituições de origem diversas. A relevância de uma ação articulada de apoiar esse grupo está diretamente relacionada à capacidade de avançar na redução de incertezas trazidas pelo programa, a exemplos de temas polêmicos como o da sustentabilidade de programas e projetos sociais, entre outros.
b) REUNIÃO GESTORES DE PONTOS E REDES - GT REDESENHO	O Seminário, como esperado, não foi suficiente para a análise e estabelecimento de consensos quanto as proposições residentes no redesenho. A retomada pode se iniciar pela criação de novos espaços de diálogo.
c) ELABORAR PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO REDESENHO	O relatório do redesenho traz um conjunto expressivo de proposições na linha da melhoria da gestão, que, no entanto precisam ser priorizados e parametrizados visando a sua execução.
d) WORKSHOP UNIVERSIDADES PARCEIRAS	Há um consenso de que uma melhor organização das parcerias com as universidades pode trazer resultados superiores ao PCV, haja vista que alguns dos Pontos e Pontões com desempenho reconhecidos estão localizados nessas instâncias. Uma maior integração com a rede de pesquisadores pode ser um movimento natural.
e) REUNIÃO COM GESTORES DE PONTÕES	Uma maior integração da coordenação do PCV com os gestores de Pontos e Pontões é apontada pelo redesenho como estratégia de melhoria global dos resultados. A oferta de um programa de capacitação em gestão é uma das possibilidades.
f) REUNIÃO COM	O tema da cultura digital é identificado como estratégico para atender a

GESTORES DE PONTOS CULTURA DIGITAL	DE DE	meta do PNC de expansão do PCV para 15 mil novas unidades. Apesar da existência de Pontos/Pontões de Cultura Digital e de uma unidade gerencial no MinC dedicada ao tema (Coordenação Geral de Cultura Digital–SPC/MinC), a sua contribuição ao PCV pode ser ampliada.
g) ELABORAR PROPOSTA DO GLOSSÁRIO PCV	DO	Apesar do currículo, da existência de instâncias de deliberação, da sua produção intelectual e dos resultados obtidos até o presente, observa-se que o amadurecimento do programa está demandando a criação de consenso em torno de uma “linguagem” comum.
h) ELABORAR PROPOSTA DE CIRCUITO CULTURA VIVA	DE	A capacidade do programa de produzir resultados (culturais, econômicos e sociais) precisa ser evidenciada para além dos relatórios gerenciais.

Fonte: Seminário de Redesenho do PCV - Resumo de Proposições

4.4 CRONOGRAMA DE METAS TRIMESTRAIS PARA 2013

JANEIRO A MARÇO

- a) Prêmio Culturas Populares;
- b) Dia Nacional da Mulher / Seminário Cultura e Mulher;
- c) Reunião com Gestores do Programa para pactuação;
- d) Reuniões bilaterais com os secretários e técnicos gestores, por UF;
- e) Chamamento Público para edição dos prêmios – via lei Rouanet;
- f) Reunião com Comissão Nacional de Pontos de Cultura;
- g) Reunião com a Rede de Pontões de Cultura.

ABRIL A JUNHO

- a) Resultado do Prêmio de Cultura Indígena;
- b) Reuniões bilaterais com os secretários e técnicos gestores por UF;
- c) Novos instrumentos do PCV:
 - Edição de portaria do Programa Cultura Viva;
 - Protocolo de adesão dos entes federado;
 - Novos Modelos de Convênios e de Editais;
 - Protocolo de chancela dos pontos de cultura;
 - Atualização das Logomarcas do PCV: foco em “Ponto de Cultura” (e não no PCV).
- d) Novo Parecer dos Marcos Legais (PL Cultura Viva e PL dos Mestres);
- e) Prêmios em parceria com Petrobras com uso do SALIC: Hip Hop, Mulheres e outros;
- f) Seminário Internacional Cultura e Desenvolvimento Sustentável;
- g) Circuito Cultura Viva – Copa das Confederações.

JULHO A SETEMBRO

- a) Resultados do Prêmio de Culturas Populares;
- b) Reuniões bilaterais com os secretários e técnicos gestores por UF;
- c) Lançamento da Cartografia dos Premiados;
- d) Circuito Cultura Viva – Copa das Confederações;
- e) Plataforma Digital Interativa do PCV.

OUTUBRO A DEZEMBRO

- a) Reuniões bilaterais com os secretários e técnicos gestores por UF;

Realização da TEIA 2013.

Anexo IV – Quadro de Beneficiários

**Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Posição em 31.12.2013**

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Secretaria da Cidadania Cultural										
CNPJ:					UG/GESTÃO: 420029/00001					
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
CONVENIO	701333	51531051000180	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	54.580.101,00	18.000.000,00		36.000.000,00	30/12/2008	01/04/2014	Em execução
CONVENIO	703060	05297512000185	THYDEWA	1.312.500,00	262.500,00	1.050.000,00		14/08/2009	16/11/2015	Em execução
CONVENIO	703106	78479763000154	CONSERVATORIO MUSICAL CONCORDIA	222.187,58	44.997,12	112.241,90		03/09/2009	20/05/2015	Em execução
CONVENIO	703126	04874425000180	GUAIMBE ESPACOE MOVIMENTO CRIATIVO	233.000,00	48.000,00	185.000,00		01/07/2009	27/01/2014	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	703260	24851511000185	MUNICIPIO DE PALMAS	1.800.000,00	600.000,00	1.200.000,00		23/07/2009	30/12/2014	Em execução
CONVENIO	703416	46523247000193	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE DIADEMA	4.650.000,00	2.325.000,00		2.325.000,00	21/08/2009	19/01/2015	Em execução
CONVENIO	704060	49607336000106	FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP	213.285,68	43.500,00	103.767,34		26/08/2009	31/03/2015	Em execução

			FUNCAMP							
CONVENIO	704231	46523270000188	MOGI DAS CRUZES PREFEITURA	1.800.000,00	600.000,00		800.000,00	29/09/2009	09/06/2014	Em execução
CONVENIO	704232	46634101000115	BOTUCATU PREFEITURA	1.080.000,00	540.000,00	540.000,00		03/12/2009	08/08/2014	Em execução
CONVENIO	704235	46137410000180	BAURU PREFEITURA MUNICIPAL	1.800.000,00	900.000,00	900.000,00		01/10/2009	08/02/2015	Em execução
CONVENIO	704236	46523239000147	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO	2.700.000,00	1.350.000,00		900.000,00	10/11/2009	31/07/2016	Em execução
CONVENIO	704238	01062213000100	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	3.700.000,00	1.200.000,00	2.500.000,00		08/12/2009	30/11/2015	Em execução
CONVENIO	704285	46523056000121	PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO	1.620.000,00	360.000,00	1.260.000,00		17/09/2009	04/04/2016	Em execução
CONVENIO	704303	07156833000195	FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA - FUNDAC	2.700.000,00	900.000,00	1.800.000,00		20/10/2009	16/07/2014	Em execução
CONVENIO	761862	46248837000155	MUNICIPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL	102.800,00	2.800,00		100.000,00	19/12/2011	31/05/2013	INVÁLIDO
CONVENIO	762001	04305923000102	INSTITUTO SODETEC DE DESENVOLVIMENT O SOCIAL	4.692.240,00		2.774.697,21		30/12/2011	26/07/2015	Em execução
CONVENIO	762521	04987850000186	CENTRO DE APOIO E PESQUISAS INDIGENISTAS	1.037.570,00			189.216,47	30/12/2011	30/12/2014	Em execução

CONVENIO	762529	0008190600018 8	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	4.975.820,00				19/04/2012	20/04/2015	Convênio Anulado
CONVENIO	762536	0430592300010 2	INSTITUTO SODETEC DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.759.590,00		1.040.511,45		30/12/2011	13/04/2015	Em execução
CONVENIO	762619	0529751200018 5	THYDEWA	1.564.080,00		285.718,14		30/12/2011	31/12/2017	Em execução
CONVENIO	762652	0008190600018 8	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	2.491.610,00				19/04/2012	20/04/2015	Convênio Anulado
CONVENIO	763224	8793467500019 6	RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO	18.130.000,00	3.630.000,00		2.500.000,00	30/12/2011	18/04/2015	Em execução
CONVENIO	768434	9083669300014 0	CAPAO DA CANOA- PREFEITURA MUNICIPAL	158.900,00	8.900,00		150.000,00	30/12/2011	12/04/2013	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	778547	0343479200010 9	MUNICIPIO DE PONTA PORÁ	439.755,33	40.377,13	399.378,20		17/05/2013	21/02/2014	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	779281	8825487500016 0	MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO	312.000,00	30.000,00	235.800,00		01/03/2013	03/10/2014	Em execução
CONVENIO	781568	9423533000010 0	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	3.340.000,00	340.000,00	3.000.000,00		16/09/2013	15/09/2014	Em execução
CONVENIO	781573	0243687000013 3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	312.500,00	62.500,00	250.000,00		21/01/2013	31/10/2013	Prestação de Contas enviada para Análise
CONVENIO	781597	1774989600010 9	SAO JOAO DEL REI PREFEITURA	118.000,00	18.000,00	100.000,00		21/01/2013	17/06/2013	Aguardando Prestação de Contas
CONVENIO	781630	0803256700015 1	FUNDACAO DO PATRIMONIO HISTORICO E	947.500,00	49.393,75	898.106,25		18/02/2013	09/07/2014	Em execução

			ARTISTICO PERNAMBUCO							
CONVENIO	782168	0578235200016 0	FUNDACAO CULTURAL DO PIAUI	1.246.807,95	403.335,82	843.472,13	01/03/201 3	30/07/201 4	Em execução	
CONVENIO	782933	4531878900016 1	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO CORRENTE	160.000,00	10.000,00	150.000,00	17/07/201 3	30/12/201 3	Prestação de Contas em Complementaçã o	
CONVENIO	785055	8799080000018 5	CACHOEIRINHA PREFEITURA MUNICIPAL	253.360,70	54.360,70	199.000,00	09/09/201 3	28/04/201 4	Em execução	
CONVENIO	786480	0578235200016 0	FUNDACAO CULTURAL DO PIAUI	954.192,00	54.192,00	900.000,00	27/11/201 3	26/10/201 4	Em execução	
CONVENIO	791997	1039359300015 7	MUNICIPIO DE ICAPUI - PREFEITURA MUNICIPAL	198.551,92	3.971,04		14/01/201 4	14/06/201 4	Em execução	
CONVENIO	793307	0768265100015 8	PENTECOSTE PREFEITURA	154.900,00	5.000,00	149.900,00	13/12/201 3	14/03/201 4	Aguardando Prestação de Contas	
CONVENIO	793525	2485151100018 5	MUNICIPIO DE PALMAS	700.000,00	200.000,00		05/02/201 4	04/08/201 4	Em execução	

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DW Convênios

Anexo V – Controle de Auditorias

PLANILHA DE CONTROLE DE AUDITORIAS - SCDC/MINC -2013

	DOCUMENTO RECEBIDO	S.A / NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO	ASSUNTO	DOCUMENTO RESPOSTA
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO - CGU/PR				
1	Solicitação de Auditoria nº 201216918/001	Solicitação de Auditoria nº 201216918/001	Ajustes no Relatório de Gestão do Exercício de 2012	Ofício nº 07/GABIN/SCDC/MinC
2	Ofício nº 3545/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU/-PR	Relatório Preliminar 201303919	Encaminhamento do relatório Preliminar 201303919	Ofício nº 61/GABIN/SCDC/MinC
3	Memoando nº 10/2013/DPCOR/CGEP/SPOA/SE/MINC	Proc. 01400.006612/2009-11 - Edital nº 04/2009	Instauração de processo de apuração de responsabilidade - Proc. 01400.006612/2009-11 - Edital nº 04/2009 - Pontões de Cultura	Memorando nº 86/GABIN/SCDC/MINC

4	Ofício nº 7.147/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR - 27.09.2013 - OF 29506/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR	Relatório de Avaliação da Gestão nº 201203213- Exercício 2012	Encaminha Nota Técnica contendo análise do Plano de Providências Permanente, tendo em vista as recomendações exaradas no Relatório de Avaliação da Gestão nº 201203213-Exercício 2012 - OF: 29506 - DATADO 27.09.2013 - Acompanhamento do Plano de Providência Permanente das recomendações emitidas por meio do Relatório nº 201203213	Ofício nº 1106/GAB/SCDC/MinC
5	Ofício nº 8542/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR	Relatório de Ação de Demandas Externas 000190.010534/2012- 04	Encaminha Resposta Relatório de Demandas Externas 00190.010534/2012-04 11/04/2013 - Of. nº8542/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, de 20/03/2013 - Encaminha o Relatório de Ação de Demandas Externas 000190.010534/2012-04	Ofício nº 311/GABIN/SCDC/MINC
6	Memorando nº. 049/2013- AECI/GM/MinC		Encaminha Ofício 7144/DiligTCE/DP/SFC/CGU-PR, 8/3/2013 e solicita o envio do Parecer conclusivo sobre as contas do Termo de Parceria nº 01/2009(SID e Instituto Empreender com a OSCIP)	Memorando nº 179/GABIN/SCDC/MINC
7	Memorando nº 258/SE/MinC	Solicitação de Auditoria Nº 201305606/004	Solicitação de Auditoria Nº 201305606/004 - Solicita informações acerca da gestão de compras e contratos	Memorando nº 16/DCDC/SCDC/MinC

<p>8</p>	<p>Memorando nº 56/2013-AECI/GM/MinC</p>	<p>Memorando nº 74/2013-AECI/GM/MinC - Constatação I-Recomendações 2 e 10; Constatação III-Recomendação 014</p> <p>Memorando nº 70/2013-AECI/GM/MinC - Informa que a Recomendação 004- Constatação 012 foi considerada atendida pela NT nº 731/2013/DRCUT/DR/CGU-PR</p> <p>Memorando nº 66/2013-AECI/GM/MinC - Complementa Mem nº 56/2013- AECI/GM/MinC - Constatação 015- Recomendações 001 a 003; Constatação 016-Recomendações 001 a 004</p> <p>Memorando nº 65/2013-AECI/GM/MinC - Complementa Mem nº 56/2013- AECI/GM/MinC - Referente à Constatação nº 012-Recomendações 001 a 004</p> <p>Memorando nº 61/2013-AECI/GM/MinC - Complementa Mem nº 56/2013- Haiti/GM/MinC - Altera prazo para atendimento as Recomendações: 31/05/201</p> <p>Encaminha Ofício nº 8602/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR - acompanhada de NT nº 731/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR - que trata da análise do Plano de Providências Permanente da SE, relativo às Recomendações exaradas no relatório de Avaliação da Gestão nº 201109316 - Constatação nº 005-Recomendação 001; Constatação nº 010-Recomendação 001;</p>	<p>Memorando nº 289/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 288/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 290/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 288/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 288/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 288/GAB/SCDC/MinC</p> <p>Memorando nº 307/GAB/SCDC/MinC</p>
----------	--	--	---

			<p>Constatação nº 011-Recomendações 001 e 002; Constatação nº 012-Recomendações 001 e 003; Constatação nº 013-Recomendações nº 001,002 e 004; Constatação nº 014-Recomendações 001 a 002</p>	
--	--	--	--	--

9	Ofício nº 10377/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR		Encaminha Relatório de Auditoria nº 201303919 - solicita manifestação por parte desta SCDC quanto a publicação das informações no site da CGU	Como não houve manifestação por parte desta SCDC subentende-se que não há objeção quanto a publicação das informações no site da CGU
10	Memorando nº 086/2013-AECI/GM/MinC		S A-201305605/018, de 09/04/2013, que trata do Relatório de Gestão no exercício de 2012- inconsistências no preenchimento do Quadro A.10.4	Memorando nº 227/GABIN/SCDC/MinC
11	Memorando circular nº 04/2013-AECI/GM/MinC -SA 201305605/018, de 09/04/2013		Solicita análise do Acórdão nº 3.488/2012-TCU-2º Câmara - item 9.3	Memorando nº 228/GABIN/SCDC/MinC
12	Memorando nº 105-2013-AECI-GM-MinC		Encaminha-se para ciência e providências cabíveis, cópia do OF-13.234-2013-DRCUT-DR-SFC-CGU-PR - onde solicita análise das prestações de contas dos convênios firmados entre o ICP e o MinC	Memorando nº 242/GABIN/SCDC/MinC

13	Solicitação de Auditoria nº 201303919/001	Solicitação de Auditoria nº 201303919/001	Com vista a subsidiar os trabalhadores de auditoria que são sendo realizados na análise do Edital SCC nº 04/2009, conforme o Ofício nº 38.446//2012/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, de 26/12/2012 e o Ofício nº 902/2012/GABIN/SCDC/MinC, de 27/12/2012, e em consonância com o disposto no artigo 26 da Lei nº 10.180, de 6.2.2001, solicitamos, a Vossa Senhoria, manifestação.CONSTATAÇÃO 007	Respondida na S.A 201303919/002
14	Solicitação de Auditoria nº 201301127/001	Solicitação de Auditoria nº 201301127/001	Informações relativas à participação e a atuação do Ministério da Cultura em Convênios para a Copa das Confederações	Ofício nº 647/GAB/SCDC/MinC - Responde à CGU e encaminha cópia por Mem nº 337/GAB/SCDC/MinC à AECI
15	Ofício nº 18967/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR	Relatórios de Ação de Controle para providências cabíveis - 201216813	Encaminha relatórios de Ação de Controle para providências cabíveis - 201216813 - Município de Unai/MG, 201217159 - Município de Guarajá Mirim/RO e 201217160 - Município de Porto Velho/RO	Ofício nº 1096/GAB/SCDC/MinC
16	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/001	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/001	CGU devolve o processo nº 01400.013532/2007-41 (volumes I e XXVI Solicita a disponibilidade do processo físico - Convênio nº 611268, firmados entre a SCDC SecultBA, para análise	Ofício nº 670/GAB/SCDC/MinC

17	Solicitação de Fiscalização nº201216891/002	Solicitação de Fiscalização nº201216891/002	Solicita situação atual dos convênios de Pontos de Rede dos estados: AC, AP, AM, BA, GO, MS, RS, ES, PB, RR, TO	Ofício nº 681/GAB/SCDC/Minc
18	Ofício nº21.360/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR		Solicita apresentação de listagem dos pontos de cultura que foram objetos de ações e acompanhamento e fiscalização mediante visita in loco e que seja enviado por email eletrônico os respectivos; Informar a metodologia /acompanhamento que vem sendo utilizada na execução dos convênios	Ofício nº1095/GAB/SCDC/MinC
19	Solicitação de Auditoria nº201303919/002	Solicitação de Auditoria nº201303919/002	Encaminha documento com as principais questões evidenciadas ao longo dos trabalhos realizados pela equipe de auditoria da CGU, quanto ao Edital de Seleção nº 04/2009	OF-836/GAB/SCDC/MINC OF-876-GAB/SCDC/MinC OF-887/GAB/SCDC/MinC
20	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/003	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/003	Solicita subsídios para os trabalhos de auditoria de Acompanhamento da Execução do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura, referente aos Convênios - Pontos de Rede	OF-876-GAB/SCDC/MinC OF-887/GAB/SCDC/MinC

21	Solicitação de Fiscalização nº201216891/003	Solicitação de Fiscalização nº201216891/003	Solicita apresentação de listagem dos pontos de cultura que foram objetos de ações e acompanhamento e fiscalização mediante visita in loco e que seja enviado por email eletrônico os respectivos; Informar a metodologia /acompanhamento que vem sendo utilizada na execução dos convênios	Ofício nº 876/GAB/SCDC/MINC Ofício nº 876/GAB/SCDC/MINC Ofício nº 887/GAB/SCDC/MINC
22	Solicitação de Fiscalização nº201216891/004	Solicitação de Fiscalização nº201216891/004	Solicita: os quantitativos de relatório das obrigações do Convenientes e dos Intervinentes; Preenchimento da tabela referente aos Estados (Redes) que foram orientados quanto a implementação dos mecanismos de controle e avaliação; Apresentação acerca das Tomadas de Contas Especiais (TCE's); informar em quais termos de convênios firmados foi inserido a cláusula que discipline à reversão dos bens adquiridos; Qual aferição da meta 23 estabelecida no PNC/2020; Apresentar resultados sobre o desempenho dos indicadores referente a ação do Governo; reitera-se os termos da S.A 201216891/002 - Convênios - Pontos de Rede	OF-937/GAB/SCD/MINC OF-890/GAB/SCDC/MinC Ofício nº 910/GAB/SCDC/MinC

23	Solicitação de Fiscalização nº201216891/005	Solicitação de Fiscalização nº201216891/005	Com vista a subsidiar os trabalhadores de auditoria de Acompanhamento da Execução do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura que estão sendo realizados nessa Unidade e em consonância ao disposto artigo 26 da Lei nº10.180, de 06/02/2001	OF-925/GAB/SCDC/MinC Of.918/GAB/SCDC/MinC OF-890/GAB/SCDC/MinC
24	Solicitação de Auditoria nº201314092/001	Solicitação de Auditoria nº201314092/001	Com vistas a subsidiar os trabalhos de auditoria de acompanhamento da gestão em realização nessa Entidade e em consonância com o disposto no artigo 26 da Lei nº 10.180, de06/02/2001	Memorando nº 483/GAB/SCDC/MinC
25	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/006	Solicitação de Fiscalização nº 201216891/006	Com vista a subsidiar os trabalhos de auditoria de Acompanhamento na Execução do PCV - Pontos de Cultura, referente aos Convênios - Pontos de Rede	OF.922/GAB/SCDC/MinC Of.918/GAB/SCDC/MINC Ofício nº 888/GAB/SCDC/MinC Desp nº 113/GAB/SCDC/MinC
26	Memorando nº 737/SE/MinC		Solicita indicação de informações sujeitas a sigilo e atualização do Plano de Providências Permanente	OF-922-GAB/SCDC/MinC

27	Ofício nº29401/2013/DRCUT/DR/DFC/CGU-PR	Relatório 201303919	Encaminhamento do relatório 201303919 - Informa que o presente não foi classificado como sigiloso e que será divulgado o site da CGU no prazo de até 30 dias	Ofício nº998/GAB/SCDC/MINC
28	Memorando nº790/2013/SE/MinC	Relatório Preliminar de Auditoria nº 201303919	Solicita providência a serem adotadas para atender o Relatório Preliminar de Auditoria nº 201303919 (Ofício nº 27326/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, de 11/09/2013)	Memorando nº 551/GAB/SCDC/MINC
29	Ofício nº 32086/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR		Suposta irregularidade no Convênio nº 762001 - celebrado entre o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social e o Ministério da Cultura	Ofício nº1050/GAB/SCDC/MinC
30	Solicitação de Auditoria nº 201314092/002	Solicitação de Auditoria nº 201314092/002	Ausência de lançamento no SICONV de dados referentes à execução dos convênios	Ofício nº1075/GAB/SCDC/MinC
31	Solicitação Final de Auditoria nº 201216891/007	Solicitação Final de Auditoria nº 201216891/007	Convênios - Pontos de Rede solicita-se manifestação desta Unidade caso haja fatos novos ou esclarecimentos adicionais	Ofício nº1038/GAB/SCDC/MinC

32	Ofício n°32768/2013/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR	Relatório de Demandas Externas 00190.004342/2013-31	Encaminha Relatório de Demandas Externas 00190.004342/2013-31	Ofício m°1046/GAB/SCDC/MinC
33	Memorando-Circular n°111/SE/MINC/		Encaminha Ofício n° 29395/2013/DRCUT/DC/SFC/CGU-PR, para icência e adoção de providências quanto a identificação de convênios com vigênia expirada e sem registo de apresentação de prestação de contas	Memorando n/ 601/GAB/SCDC/MINC
34	Solicitação de auditoria n°201314092/003	Solicitação de auditoria n°201314092/003	Solicita disponibilizar o processo relativo ao termo de cooperação n° 001/2013 - FIOCRUZ	Ofício n°1036/GAB/SCDC/MinC
35	Solicitação de auditoria n° 201314092/003	Solicitação de auditoria n° 201314092/003	Solicita disponibilizar o processo relativo ao convênio n° 629313 - CEPATEC	Ofício n°1045/GAB/SCDC/MinC
36	Solicitação de auditoria n° 201314092/005	Solicitação de auditoria n° 201314092/005	Solicita disponibilizar o processo relativo ao Termo de cooperação: - Acordo de Cooperação Técnica n° 102/2010 (MinC e MS) - Termo de Cooperação n° 134/2011 (SCDC/MinC e FIOCRUZ)	Ofício n°1067/2013/GAB/SCDC/MinC

1	Memorando nº 84/SE/MinC	Acórdão 2965/2012-	Acórdão 2965/2012- TCU Plenário - solicita finalização das análises financeiras do Convênio nº751409 (Projeto "Clube de Voleiros Caipira de Brasília), Pronac 09-7414, Termo de parceria com o Instituto Empreender	Foi prorogado por mais 180 dias, através do MEM-CIRC nº 15/SE/MinC e respondido pelo MEM nº 693/GAB/SCDC/MinC
2	Ofício nº58/2013-TCU/SecexEdu		Relatório de Gestão referente ao exercício de 2012 - Solicita relação dos responsáveis , previamente cadastrados, pelo envio do relatório de gestão	Ofício nº 58/GABIN/SCDC/MinC
3	Ofício nº 0327/2013-TCU/SecexEduc	Processo TC 015.605/2013-2	Processo TC 015.605/2013-2 - Comunica a iniciação do trabalho de fiscalização na função cultural, com objetivo de realizar levantamento nas unidades e programa da função cultural	Ofício nº 656/GAB/SCDC/MinC
4	Memorando-Circular nº 15/SE/MINC		Encaminha Ofício nº 0278/2013-TCU/SecexDesen, de 12/07/2013 - prorroga por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do prazo anteriormente concedido	Memorando nº693/GAB/SCDC/MinC

5	Ofício nº 1330/2013-TCU/SECEX-CE		Encaminha cópia integral dos auto,s acerca da existência de irregularidades nos convênios 122/2011 e 123/2011, celebrados entre a SECULT-CE e os sindicatos de servidores públicos de Ocara/CE e Icapuí/CE, para ciência e adoção de medidas pertinentes	Ofício nº 1097/GAB/SCDC/MinC
6	Memorando nº 1007/SE/MinC		Encaminha cópia do OFÍCIO 0723/2013-TCU/SECEX-SC que solicita informações acerca dos recursos federais transferidos aos Municípios do Estado de Santa Catarina, em especial o número do ajuste 560003	Memorando 485/GAB/SCDC/MinC
DEMANDAS EXTERNAS (MINISTERIO PUBLICO, DEFENSORIA PUBLICA,ORGAO JUDICIAIS,etc.(envio de subsidio CONJUR				
1	Processo nº 01400.004037/2013-90		Apuração de irregularidades cometidas pela Prefeitura Municipal de Marília/SP na aplicação de verbas recebidas pelo Governo Federal – Programa Agente Jovem de Cultura	DESPACHO Nº 20/2013/COPC/CGAF/DCDC/SCDC/MINC - encaminhado à CONJUR

2	Processo nº 01400.027834/2011-83		Visando instruir os autos referidos, solicita à Sra. Ministra que informe sobre a existência de verbas federais oriundas desse Ministério, e situação de eventual prestação de contas, destinadas ao Instituto Cultural de Artes e Esportes de Aragarças/GO	Encaminha-se o presente processo e anexado a Informação nº00/2013-CGAFI/DCDC/SCDC/MinC
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO - AECI				
1	Memorando-Circular nº 103/SE/MinC	Acórdão 2965/2012	Acórdão 2965/2012- TCU Plenário	Memorando nº 05/GABIN/SCDC/MinC Memorando nº 061/2012-CGAF/DCDC/SCDC/MinC Memorando nº 475/GABIN/SCDC/MinC
2	Memorando nº 084/2013-AECI/GM/MINC - SAD: 13462/2013	Relatório de Auditoria nº 201303919 - Edital nº 04/2009	Solicita informações sobre servidores e ex dirigentes da SCDC (Relatório de Auditoria nº 201303919 - Edital nº 04/2009 - SCC)	Memorando nº 207/GABIN/SCDC/MINC
3	Memorando - Circular nº 3/2013 AECI/GM/MINC - SAD: 13101/2013 (003)	Solicitação de Auditoria 201305605/017	Solicitação de Auditoria 201305605/017, de 8/4/2013 - o qual envia Acórdão nº3.304/2011-TCU-Plenário para providências à determinação contida no item 9.4	Memorando nº 22/GABIN/SCDC/MINC

Anexo VI – Relacionamento com a Sociedade

RELATÓRIO DE OUVIDORIA MINC – AVALIAÇÃO GERAL

I- Introdução

As manifestações de junho de 2013 evidenciaram para todo o país um forte desejo de nossa população por maior participação social e política. Para ir ao encontro desse desejo, o Governo Federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, pôs em discussão pública uma proposta para adotar a participação social como método de governo, instituindo uma Política Nacional de Participação Social – PNPS, fortalecendo o diálogo do Estado com a Sociedade Civil e ampliando, deste modo, os mecanismos de democracia participativa no Brasil.

Dentre as instâncias de participação privilegiadas por esta proposta estão as ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, ao lado dos conselhos de políticas públicas e de outros órgãos colegiados de participação social, além das conferências de políticas públicas; das mesas de diálogo; dos fóruns interconselhos; das audiências públicas; das consultas públicas; e das interfaces e ambientes virtuais voltados ao diálogo e participação social nas políticas públicas.

Em paralelo a esta iniciativa acima citada, a Ouvidoria Geral da União, também em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, colocou em discussão uma proposta para criação de um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas. Para tanto, além de disponibilizá-la na internet, também percorreu o país em caravana pelas cinco grandes regiões brasileiras, fomentando a discussão e colhendo contribuições para o texto final do decreto presidencial.

Fato é que as ouvidorias acompanham o amadurecimento de uma democracia. O número de ouvidorias públicas no Brasil mais que quintuplicou nos últimos dez anos.

Neste contexto, e afinada com estes propósitos, a Ouvidoria do Ministério da Cultura, por meio de seus técnicos, buscou participar e levar suas contribuições ao debate. Estivemos presente em todas as Caravanas e nos eventos promovidos pelos organizadores. Além de participar de todos os debates promovidos pela Secretaria Geral da Presidência.

Tal conjuntura não tinha como não interagir com nossa disposição em ampliar o papel da Ouvidoria no Ministério enquanto instrumento de qualificação de procedimentos administrativos. Pois, além de ser um importante canal de comunicação com o cidadão e instrumento de participação e exercício de cidadania, e de também ser uma eficaz modalidade de controle social e de defesa de direitos, uma ouvidoria é também uma importante ferramenta qualificadora da gestão pública.

Pode-se mesmo dizer que esta é a natureza mais particular de uma ouvidoria. Foi precisamente com este formato que as ouvidorias se institucionalizaram no mundo ocidental, em torno da figura do ombudsman, a partir de 1809, na Suécia. Tem-se aí um aspecto de fundamental importância, a ser sempre considerado na razão de ser de uma ouvidoria. Sem esquecer que o exercício deste papel faz de uma ouvidoria também uma instância de mediação de conflito, não apenas entre servidores, mas também com cidadãos, e, aqui, particularmente com “proponentes” de projetos culturais.

Caso uma ouvidoria não consiga ir além do atendimento ao cidadão, contribuindo para aperfeiçoarmos com a crítica que chega pela demanda, ou mesmo pela simples observação do que nos revelam as manifestações dos cidadãos, ela, no máximo será um “Serviço de Atendimento ao Cidadão”, ou ao consumidor - SAC, como são mais comumente chamados esses tipos de atendimento. Sem com isso querer menosprezar o importante serviço prestado por essa modalidade de interação com a sociedade. Muito pelo contrário, a necessidade de ter por perto um SAC, como parte de uma ouvidoria, será especificadamente argumentada mais adiante. O que se quer aqui, entretanto, é destacar o papel de uma ouvidoria. Para isso precisamos dizer o que somos. Quando o fazemos estamos, ao mesmo tempo, dizendo o que não somos.

Por fim, deve-se dizer que para melhor relatar os caminhos que trilhamos em 2013 dividimos este documento em duas partes. Uma primeira, predominantemente qualitativa, busca dar conta da política que adotamos, das ações que realizamos, do rumo que tomamos, e, ainda, daquele que estamos tomando. Nos ajuda a entender melhor onde avançamos, e como avançamos. A segunda parte deste relatório, por sua vez, apresenta e analisa os números de nosso atendimento no exercício em questão. Revela, e faz uma

radiografia do diálogo que temos com o cidadão, em seus mais diversos aspectos. Fonte para uma melhor qualificação.

Parte I – Ações e visões na política institucional

Para ampliar o papel da Ouvidoria do MinC privilegiamos concentrar nossos esforços na viabilização de uma ferramenta de trabalho que nos desse segurança e agilidade, que nos permitisse produzir relatórios gerenciais, e que, por tudo isso, pudesse liberar nosso tempo para ir além, rumo a implantação de outras ouvidorias no Sistema MinC. Foi assim que em novembro de 2013 finalizamos a implantação de um novo sistema de ouvidoria, após seis meses de permanentes idas e vindas, de críticas e testes.

Antes do atual software operávamos quatro programas e não conseguíamos relatórios, muito menos gráficos, sem que imprimíssemos grande esforço manual. O grau de automação que conseguimos, sem dúvida, potencializou o nosso esforço, nos permitiu, por exemplo, automaticamente assumir toda a demanda do “Fale com a Cultura”, antes assistida pela Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC, isso sem implicar em qualquer aumento de pessoal. O fizemos de comum acordo porque estávamos preocupados em qualificar as respostas e o diálogo com o cidadão.

Este é um zelo que temos sempre que ter. Pois não se pode esquecer que a Ouvidoria é um privilegiado canal de comunicação institucional, cuja credibilidade depende precisamente da sua capacidade de diálogo com o cidadão, muitas vezes de sua capacidade em atender as demandas que lhe chegam, e, como não poderia deixar de ser, de sua capacidade de propor as soluções sugeridas pelas dificuldades enfrentadas pelos cidadãos. E foi precisamente para melhorar o esse diálogo que passamos, com o novo sistema, a “ouvir” o cidadão sobre a qualidade do atendimento realizado pelo MinC. Isso, o estamos fazendo por meio de uma pesquisa de opinião sugerida ao cidadão no final de cada atendimento.

Ao organizarmos os dados apurados ao longo de 2013, como se verá a seguir, notamos que o que mais se destaca nos números apresentados neste relatório é o tamanho da queda do quantitativo de manifestações dirigidas à Ouvidoria. Foi bastante significativa: caiu quase pela metade. Mais exatamente caíram 41%. As razões desta brusca redução estão associadas à melhor disponibilização das informações que mais ultimamente passamos a fornecer no site institucional, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação – LAI, que completou um ano de vigência em maio de 2013. Em parte também porque certo número de manifestações deixou de ser dirigidas à Ouvidoria, passou a ser recepcionada pelo Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, o canal de comunicação estabelecido pela LAI. Hoje, muitas informações são solicitadas via e-SIC1. Tudo isso é ainda mais significativo quando consideramos que mais de 70% das manifestações que chegam à Ouvidoria buscam por informações.

Para irmos mais além, no diálogo com o cidadão, propusemos uma central de atendimento, ou call center, como se queira chamar. Iniciamos um diálogo com a SEFIC, secretaria que mais demanda este tipo de serviço, por ser aquela para quem se demanda parcela considerável das manifestações que chegam via Ouvidoria, e que ainda mantém uma estrutura especificamente dedicada ao atendimento por telefone. No passado, a SEFIC chegou a administrar uma central de atendimento, que foi, em um segundo momento, diluída nas áreas técnicas. Isso explica o grande número de reclamações por falta de atendimento telefônico.

Além do apoio à ideia, portanto, a SEFIC nos forneceu informações importantes para o dimensionamento de uma proposta de call center. Uma central não apenas qualifica o diálogo com o cidadão e multiplica as portas de seu acesso ao Ministério, ela também organiza o fluxo de manifestações. Ao prestar o primeiro nível de atendimento, descongestiona e reduz enormemente o número de manifestações que chegam à área técnica.

Buscamos conhecer centrais de atendimento que fossem boas referências e mais facilmente acessíveis. Para melhor nos inteirarmos quanto ao assunto, visitamos a central de atendimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e estamos obtendo junto à SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração informações sobre o número de ligações não atendidas aqui no Ministério da Cultura. Para dar mais consistência ao Termo de Referência que deveremos entregar no primeiro trimestre de 2014, seguimos pesquisando e levantando dados sobre outras experiências. Foi isso o que fizemos visitando as estruturas do Ministério da Fazenda e da Agência Nacional de Transportes Terrestre – ANTT. De todos eles recebemos vasta documentação de apoio. Com

isso, podemos dizer que estamos prontos para elaborar uma proposta para implantação de uma Central de Atendimento no MinC ainda em 2014.

Não se pode deixar de mencionar o importante passo dado com a instituição de um Grupo de Trabalho para em seis meses criar a “Carta de Serviços ao Cidadão”, conforme nos cobra o Decreto nº 6.932, de agosto de 2009. Com ela deveremos não apenas tornar mais acessíveis os serviços prestados pelo MinC, mas também potencializar nossa comunicação. A montagem de uma “Carta de Serviços” necessariamente exerce uma crítica sobre a maneira com que apresentamos para o cidadão os canais de acesso à informação e os serviços prestados; alinha processos e procedimentos; serviços, atendimento e comunicação.

Todo este esforço seria em vão se não vier a se fortalecer pela visibilidade que sua ação exige. Esta não é uma opinião, é uma constatação. Uma Ouvidoria demanda muita exposição de imagem. Precisa ser o mais acessível possível, ser confiável, utilizar-se das técnicas e dos meios de comunicação com eficácia. Preocupados em construir uma identidade visual, e alcançar a visibilidade almejada, provocamos a nossa Assessoria de Comunicação Social para que criasse uma marca conosco e nos orientasse por meio de um manual de uso da marca. Já o Plano de Comunicação deixamos para o ano de 2014, e também a sua operacionalização, momento em que muitos destes esforços mencionados aqui deverão convergir.

¹ A segunda parte deste relatório está circunscrita aos números do SIC. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), a CGU disponibiliza relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados, bem como informações gerais sobre os solicitantes, gerados a partir dos dados existentes no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação aos Cidadãos – e-SIC

Parte II – Uma radiografia do diálogo com o cidadão

A seguir apresentamos um balanço das demandas atendidas na Ouvidoria do MinC. Assim não apenas contribuimos para a transparência e controle social das ações públicas como também para a melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Ao longo de 2013 a Ouvidoria totalizou a recepção de **4.510** manifestações, uma média de **376** manifestações/mês. Isso significa uma queda de razoável monta: cerca de 40% a menos que no ano anterior. Em 2012 recebemos 7.527 manifestações, numa média de 627 manifestações/mês. Veja-se o quadro 1, abaixo:

Comparativo da variação mensal das manifestações recebidas nos anos de 2012 e 2013 >>>

	2012	2013	Evolução (%)
Janeiro	708	649	-8,3%
Fevereiro	667	588	-11,8%
Março	673	758	12,6%
Abril	592	325	-45,1%
Maio	888	298	-66,4%
Junho	605	304	-49,8%
Julho	629	271	-56,9%
Agosto	759	251	-66,9%
Setembro	577	255	-55,8%
Outubro	649	406	-37,4%
Novembro	435	196	-54,9%
Dezembro	345	209	-39,4%
TOTAL	7.527	4.510	-40,1%

Fonte: Ouvidoria/MinC – 2012/2013.

Vale salientar que nestes números não estão totalizadas as ligações telefônicas recebidas, as mediações realizadas, os atendimentos presenciais e os e-mails que nos chegam diretamente, ou seja, sem

cadastrar a manifestação no sistema informatizado da Ouvidoria. Embora não sejam poucos esses tipos de atendimento, a sua ausência não compromete o que os dados aqui apresentam. Importante registrar que a Ouvidoria já está pensando em alternativas para computar tais demandas.

Após alguma observação em busca das razões que explicam tamanha queda no volume de manifestações recebidas, nos convencemos que tal diminuição só pode ter sido, em grande medida, resultado da implementação da LAI e consequente consolidação do SIC, que em pouco tempo tornou-se uma poderosa ferramenta de acesso à informação.

Deve-se mencionar, primeiramente, que o aumento de demandas via SIC absorveu em parte as manifestações endereçadas, anteriormente, à Ouvidoria: em 2013, o SIC recebeu 1.135 solicitações de acesso à informação. Isto representa um atendimento mensal médio de 94,58 solicitações. Ver quadro 2, logo abaixo.

Se somarmos o quantitativo de demandas da Ouvidoria e do SIC, chegaremos a um total de 5.645 manifestações. Isso reduz a queda no número de manifestações recebidas em 2013 – que com isso passa de 41%, como vimos acima, para algo em torno de 25%.

Quadro 2. Manifestações recebidas pela Ouvidoria e pelo SIC em 2013 >>>

	Ouvidoria	SIC	Total
Janeiro	649	103	752
Fevereiro	588	101	689
Março	758	67	825
Abril	325	115	440
Maio	298	98	396
Junho	304	91	395
Julho	271	77	348
Agosto	251	91	342
Setembro	255	108	363
Outubro	406	134	540
Novembro	196	105	301
Dezembro	209	45	254
TOTAL	4.510	1.135	5.645

Fonte: Ouvidoria MinC/CGU – 2013.

Um segundo aspecto, também relacionado à Lei de Acesso à Informação, deve ser considerado como fator de redução das manifestações dirigidas à Ouvidoria do MinC. A LAI estabeleceu que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitações, informações de interesse geral ou coletivo, especialmente em seu site institucional, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal.

Assim, com o advento da LAI, o sítio eletrônico do MinC passou por algumas alterações: incluiu a aba de Acesso à Informação e passou a disponibilizar com mais visibilidade e a fazer constar os seguintes registros:

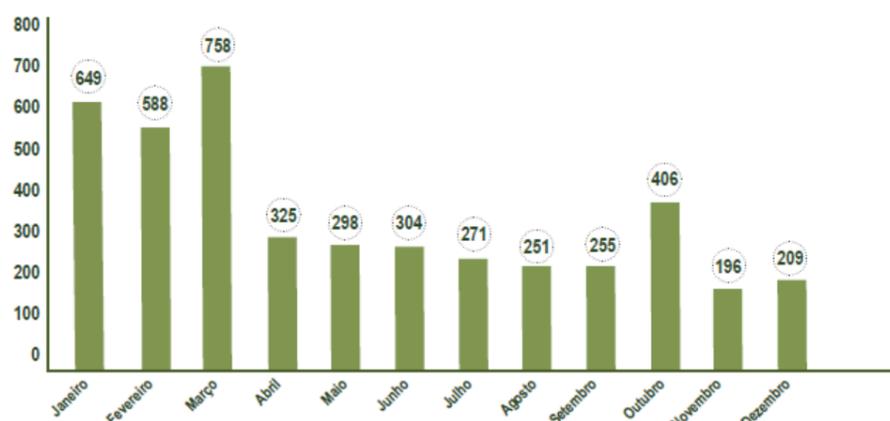
- Competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das unidades e horários de atendimento ao público;
- Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- Informações sobre as despesas realizadas;
- Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como de todos os contratos celebrados;
- Dados gerais para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras;

- Ampliação do link de respostas a perguntas mais frequentes.

Enfim, com o acesso prévio à informação, o cidadão deixou de demandá-la, não precisando acionar os órgãos e entidades públicas, gerando, com isso, benefícios para ele e para a administração pública, em função da economia de tempo e recursos que tal atitude produz.

A partir de novembro de 2013, com a implantação do novo sistema, a Ouvidoria absorveu o “Fale com a Cultura”, canal de comunicação anteriormente operacionalizado pela SEFIC. Mesmo assim, a tendência de queda permaneceu. Observe-se o comportamento dos números nos gráficos e quadros abaixo.

Total de mensagens recebidas por mês



Fonte: Ouvidoria/MnC - 2013.

Em todo início de ano é recorrente um aumento nas solicitações por informações a respeito de projetos culturais financiados pela Lei Rouanet, especialmente por solicitação de prorrogação do prazo de captação e de execução. Tal fato certamente contribuiu para que o segundo maior pico de mensagens fosse registrado no mês de janeiro.

Pode-se verificar que o gráfico anterior quase reproduziria o sentido de uma escada, decrescente a cada mês, não fosse uma “recaída” para patamares mais altos no mês de março e outra no mês de outubro. Nos dois casos, devido a períodos em que o Vale Cultura foi notícia de grande destaque. Como se pode ver, a maior concentração de manifestações ocorreu no mês de março, resultado de uma grande cobertura pela mídia impressa e televisiva sobre o Vale. Muito se discutiu sobre o que seria permitido gastar/ consumir com o benefício, como por exemplo, TV a Cabo e Jogos Eletrônicos, o que impulsionou o quantitativo de manifestações.

Evolução mensal de pedidos registrados em 2013

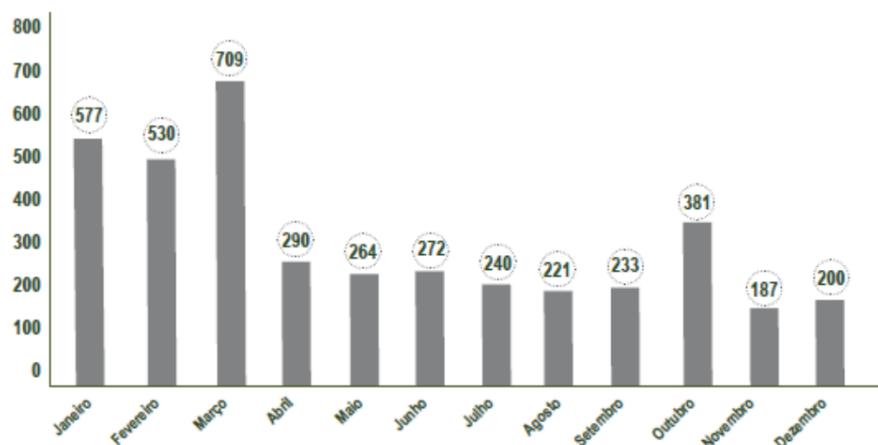
	Quant.	%	Evolução mensal
Janeiro	649	14,39%	-
Fevereiro	588	13,04%	-9,4%
Março	758	16,81%	28,9%
Abril	325	7,21%	-57,1%
Maio	298	6,61%	-8,3%
Junho	304	6,74%	2,0%
Julho	271	6,01%	-10,9%
Agosto	251	5,57%	-7,4%
Setembro	255	5,65%	1,6%
Outubro	406	9,00%	59,2%
Novembro	196	4,35%	-51,7%
Dezembro	209	4,63%	6,6%
TOTAL	4.510	100,00%	-

Fonte: Ouvidoria/MinC – 2013

Em outubro, novamente o Vale Cultura provoca novo pico de manifestações, embora menor. Esse aumento coincide com o início do cadastramento das empresas interessadas em oferecer o Vale Cultura a seus funcionários.

Dentre as mensagens recebidas, 4.104 foram destinadas às unidades internas do MinC2. Ou seja, mais de 90% das manifestações recebidas na Ouvidoria. Não por outro motivo o gráfico 2 abaixo reproduz a estrutura do gráfico 1. Estes dados nos revelam como é pequeno o número daqueles cidadãos que não enxergam a autonomia administrativa das instituições vinculadas3. Tal aspecto, aliás, fortalece o argumento da necessidade de fortalecer a estruturação de ouvidorias e centrais de atendimento nas vinculadas.

Total de mensagens recebidas por mês – Unidades internas do MinC



Fonte: Ouvidoria/MinC – 2013.

² Unidades internas do MinC: unidades pertencentes à estrutura organizacional interna do MinC - Secretarias; Diretorias; Coordenações-Gerais; Subsecretaria; Representações Regionais; e Assessorias.

³ Entidades vinculadas: O Ministério da Cultura possui em sua estrutura organizacional sete entidades vinculadas, sendo três autarquias e quatro fundações: IPHAN; ANCINE; IBRAM; FCRB; FCP; FUNARTE; e FBN.

Em síntese: dentre as demandas recebidas pela Ouvidoria, 91% foram solucionadas por Unidades Internas do MinC, restando apenas 9%, a serem encaminhadas às Unidades Vinculadas.

Do total das manifestações destinadas às unidades do MinC, destacamos alguns aspectos importantes:

A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC recebeu o maior número de manifestações, perfazendo um total de 1.510, o que representa 33% do total de manifestações recebidas durante o ano. Isso sem considerar aquelas que lhe dizem respeito e que a Ouvidoria responde diretamente. A relevância das ações desenvolvidas pela SEFIC explica o número bem superior de manifestações a ela dirigidas. A título de ilustração destacamos algumas de suas responsabilidades de gestão:

- A coordenação e operacionalização do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC;
- A coordenação do Fundo Nacional da Cultura – FNC;
- A gestão do Programa de Cultura do Trabalhador – Vale Cultura; e
- A coordenação do Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural.

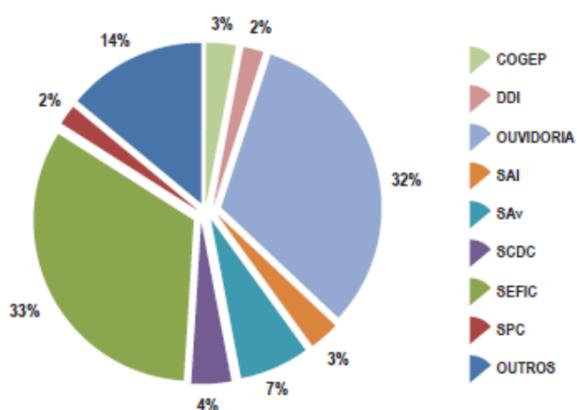
Essas duas áreas (Ouvidoria e SEFIC) perfizeram 65% do total de manifestações registradas e enviadas às unidades do MinC.

A Secretaria do Audiovisual - SAV e Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural – SCDC completaram o quadro com os valores mais significativos, tendo recebido, respectivamente, 303 (6,7%) e 161 (3,5%) mensagens.

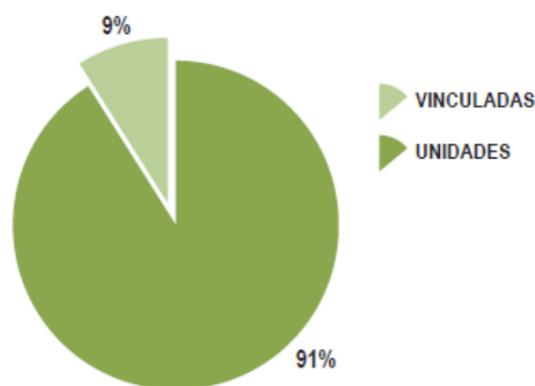
O maior quantitativo de manifestações recebidas na Ouvidoria diz respeito às informações e solicitações acerca de projetos culturais em andamento e apoiados pela Lei Rouanet, bem como sobre lançamentos ou resultados de editais promovidos pelo MinC ou por suas entidades vinculadas, destacando-se neste ano o Vale Cultura, protagonista de muitas manifestações dirigidas ao MinC em 2013.

Antes de passar adiante, convém esclarecer que a Ouvidoria do MinC tem atuado proativamente na solução das manifestações recebidas. Para se ter uma ideia, a Ouvidoria respondeu, diretamente, a 1.489 manifestações, nada mais nada menos que 32% do total de manifestações recebidas durante o ano, um terço. Este fato, sem dúvida, tem contribuído para uma maior agilidade na solução das demandas apresentadas e reflete diretamente na diminuição do tempo médio para resposta ao cidadão. Afinal, é compromisso da Ouvidoria oferecer respostas conclusivas com celeridade. Para tanto, ela mantém banco de informações com respostas voltadas a elucidar questões e assuntos corriqueiros – prestando, com isso, um atendimento mais imediato, sem a necessidade de encaminhamentos para instrução junto às unidades e áreas responsáveis.

Mensagens enviadas às unidades internas



Unidades MinC X Vinculadas

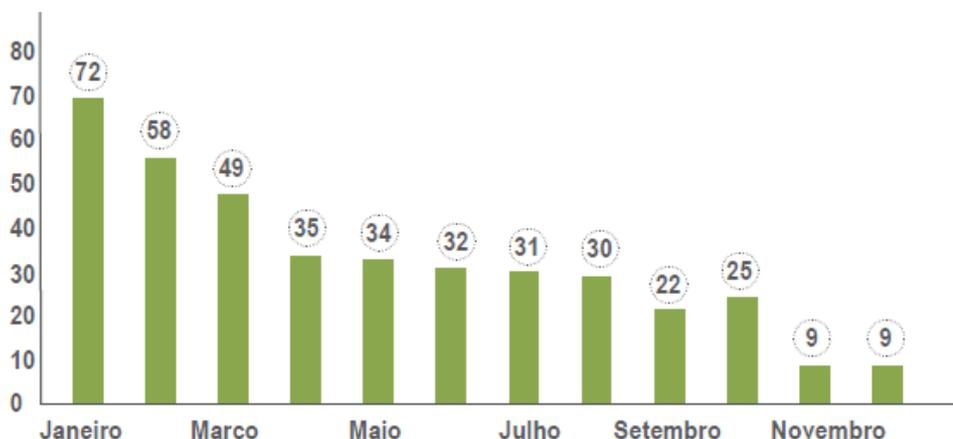


Em suma, para as entidades vinculadas do Ministério da Cultura, foram destinadas 406 mensagens. O gráfico abaixo representa muito bem esta proporção de que se fala.

O gráfico ao lado abaixo nos dá uma ideia bem precisa das proporções.

A proporção aqui apresentada entre o percentual que cabe às manifestações dirigidas às unidades internas do MinC e suas unidades vinculadas guardam uma consonância com os percentuais apurados em 2012, quando a relação entre elas ficou em 89,70% e 10,30%, respectivamente.

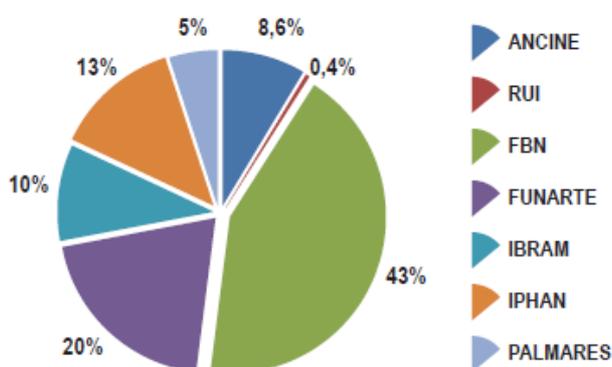
MENSAGENS RECEBIDAS POR MÊS – Unidades Vinculadas



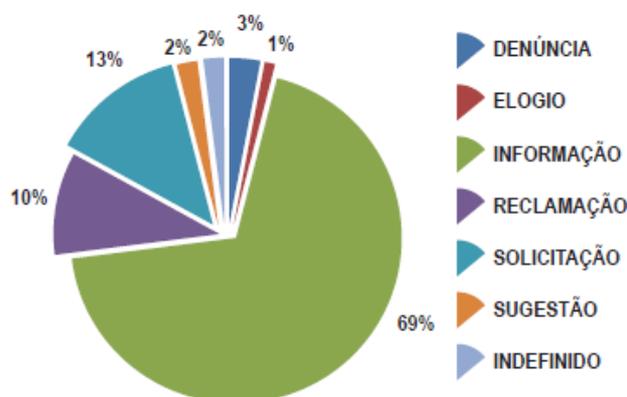
Fonte: Ouvidoria/MinC – 2013

Das entidades vinculadas a Fundação Biblioteca Nacional - FBN foi a mais demandada, recebendo 175 mensagens. Em seguida, destaca-se a Fundação Nacional de Artes – Funarte, com 81. Juntas, essas duas vinculadas respondem por 63% do total de mensagens recepcionadas e encaminhadas pela Ouvidoria às entidades do sistema MinC.

Mensagens enviadas às unidades vinculadas



Classificação das mensagens



A demanda por informação destaca-se entre as motivações que fazem o cidadão procurar a Ouvidoria do MinC. É certo que a LAI e o SIC vieram para atender a esta necessidade, mas não atuam com os casos mais urgentes. A LAI estima o prazo de resposta pelo máximo, é que ela busca absorver

casos mais trabalhosos, aqueles que exigem mais tempo para a produção da resposta. Para fazer frente a esta questão as ouvidorias ou absorvem o papel de atendimento de primeiro nível, ou trabalham com uma central de atendimento conjugada, ou, como acontece frequentemente, a absorve como parte dela. Assim tradicionalmente às ouvidorias competem lidar com reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios. Assim está descrito seu papel no inciso I, do artigo 13, do Regimento Interno do Ministério da Cultura, instituído por portaria em 30 de abril de 2013: *à Ouvidoria compete receber, examinar e encaminhar as reclamações, sugestões, elogios e denúncias, referentes a procedimentos e ações de agentes, diretamente ligados ou subordinados às unidades do Ministério ou às entidades vinculadas.*

Conforme se pode constatar no próximo gráfico, logo a seguir, é grande a concentração de projetos culturais e, principalmente, de proponentes, na região Sudeste do país. Reflexo disso é que tal região foi a que esteve mais presente dentre os demandantes, com 51% das manifestações cadastradas. A federalização do acesso à cultura é um ideal que se persegue.

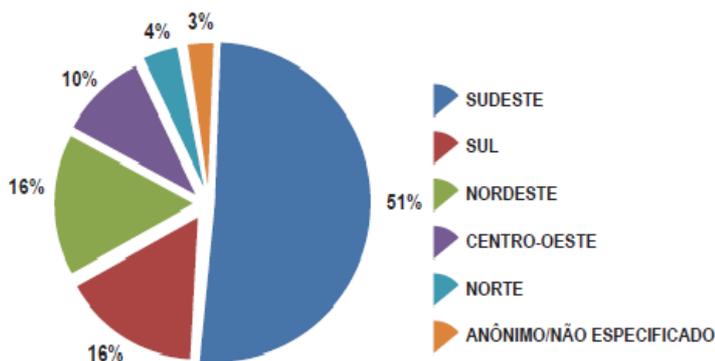
Na mesma linha, os cidadãos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro são os que mais procuraram a Ouvidoria, representando 25% e 14% das mensagens registrada no ano, respectivamente.

Novamente o mesmo gráfico, apresentado logo a seguir, nos permite visualizar o assunto muito claramente. Chama a atenção como a região Norte se destaca pela pouca expressão que tem. Note-se o baixo índice apresentado por ela, comparativamente às outras regiões. Isso explica o direcionamento dado por um edital especialmente voltado para ela, lançado em 2013, o Programa Amazônia Cultural.

Em 2013, o tempo médio para resposta final ao cidadão foi de 11 dias. Dentro desse período abarca-se toda a tramitação da manifestação: cadastro / análise e triagem pela Ouvidoria / envio à área técnica / análise e produção de resposta / retorno à Ouvidoria / análise da resposta dada pela área técnica / formalização da resposta ao cidadão.

Ante a tramitação da manifestação, consideramos razoável esse prazo de 11 dias. Observa-se que no início do ano o tempo médio de resposta foi mais dilatado. Isso é reflexo direto do quantitativo de mensagens no período. É natural que o tempo médio de resposta aumente, com o aumento do número de manifestações.

TOTAL DE MENSAGENS RECEBIDAS POR REGIÃO ECONÔMICA



Ademais, nos últimos dois meses do ano, já com o novo sistema da Ouvidoria implementado, observou-se uma queda satisfatória na média de dias para resposta: a média foi reduzida para cinco dias. Esperamos que com a consolidação do novo sistema, que traz consigo maior possibilidade de controle de prazos e pendências por parte da Ouvidoria e das áreas técnicas envolvidas, o tempo médio de resposta possa continuar na casa dos cinco dias, prazo considerado como muito bom.

Média mensal de dias para resposta ao usuário

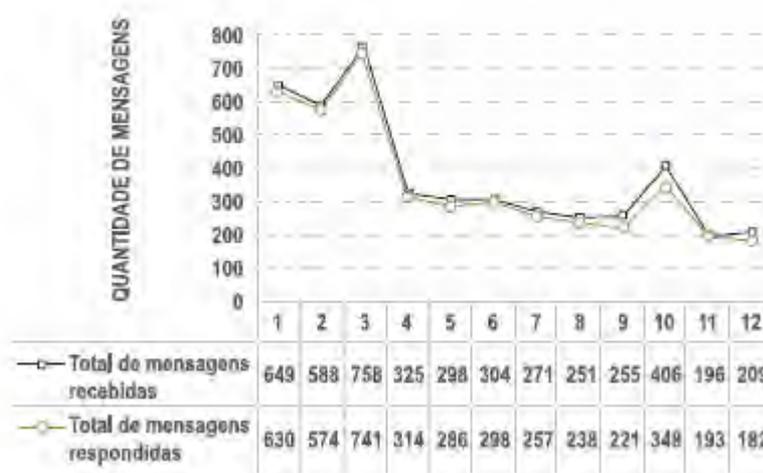


Para garantir a resposta dentro de um prazo razoável – os prazos estabelecidos são aqueles dispostos no Regimento Interno do MinC, a Ouvidoria emite, regularmente, alertas a respeito de manifestações pendentes por parte das unidades do MinC ou das entidades vinculadas, cobrando-as.

É claro que trabalhamos para ver 100% das demandas atendidas dentro do prazo. Fato é que o trabalho desempenhado pela Ouvidoria depende sobretudo das áreas técnicas envolvidas, e que não são todas as áreas que se comprometem com prazos e qualidade nas respostas.

Em 2013, como se pode ver abaixo, obtivemos um percentual de resolubilidade que entendemos ser muito bom, de quase 95%.

Resolubilidade



⁴ Até três dias úteis para resposta a solicitações diversas; até cinco dias úteis para resposta à reclamação; até trinta dias úteis para manifestação sobre apuração de denúncia, podendo ser estendido em razão da natureza da solicitação.

O índice de resolubilidade foi calculado a partir do quantitativo de mensagens recebidas no mês, subtraído o quantitativo dessas demandas que foram devidamente respondidas até o dia 31/12/2013.

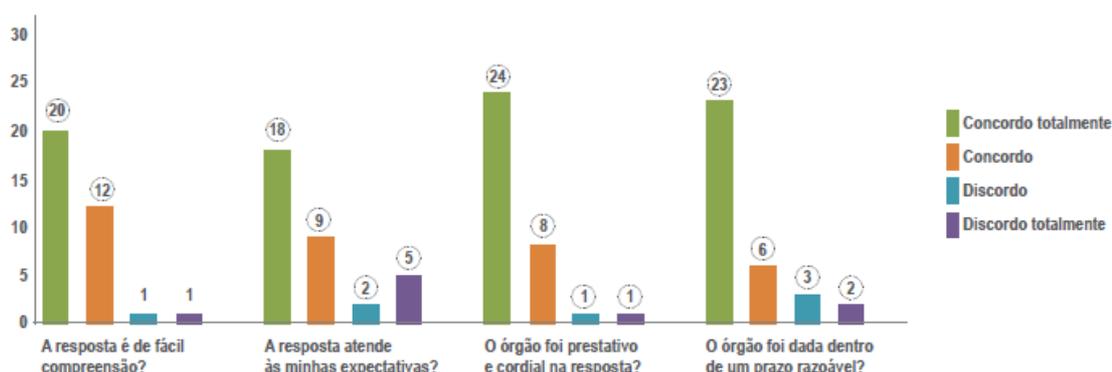
Assim, tem-se:

Mês	Respondidas	Total Geral	Pendências	% Respondidas
Janeiro	630	649	19	97,07241911
Fevereiro	574	588	14	97,61904762
Março	741	758	17	97,75725594
Abril	314	325	11	96,61538462
Mai	286	298	12	95,97315436
Junho	298	304	6	98,02631579
Julho	257	271	14	94,83394834
Agosto	238	251	13	94,82071713
Setembro	221	255	34	86,66666667
Outubro	348	406	58	85,71428571
Novembro	193	196	3	98,46938776
Dezembro	182	209	27	87,08133971
Total	4282	4510	228	94,94456763

Fonte: Ouvidoria/MinC – 2013

Por meio da pesquisa de satisfação, implementada a partir de novembro de 2013 – com o advento do novo sistema – a Ouvidoria deu mais um importante passo para uma melhor qualificação do seu atendimento ao cidadão e, ao mesmo tempo, cumpriu uma exigência legal e regimental. Seus resultados, apresentados abaixo, ajudam-nos a diagnosticar fragilidades e priorizar ações. Por fim, sua implantação corrobora com o compromisso institucional de buscar melhores padrões na qualidade do atendimento.

Questionário



Quando dialoga com o cidadão a Ouvidoria passa uma imagem do Ministério. Neste sentido, seu ofício exige muito zelo no trato e na qualidade da informação que disponibilizamos. Por isso à Ouvidoria cabe primar pela qualidade da resposta.

Para isso, antes de concluir a demanda, a resposta final é submetida a um controle de qualidade, em que se observa, dentre outros:

- se a resposta é clara e de fácil entendimento;

- se a resposta realmente atende à demanda;
- se a unidade foi prestativa e cordial; e
- se a resposta foi dada dentro de um prazo razoável.

Vale salientar que a pesquisa de satisfação é sugerida ao cidadão quando da resposta final, ficando a critério do destinatário a decisão de responder ao questionário.

Dentre aquelas opiniões dos que avaliaram as respostas dadas, orgulha-nos, é claro, a “nota” obtida, conforme demonstra o gráfico anterior. Fato é que embora a amostra ainda não seja tão significativa, anima-nos muito o feedback positivo.